



EXAMÃPAKU

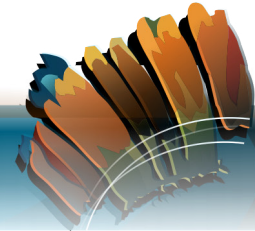
VOL. 7 - Nº 2

Revista Eletrônica de Ciências Sociais,
História e Relações Internacionais

ISSN 1983-9065



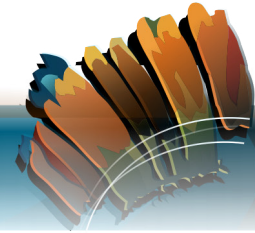
UFRR



APRESENTAÇÃO

O desafio de colocar uma revista científica no ar está mais em combinar esforços de subsistência deste veículo que no de escolher os textos para sua existência. No caso da Examãpaku isso é tão prazeroso quanto desvendar os elementos da simplicidade da vida cotidiana e desmistificar complexidades. A revista mora na Amazônia e fala de coisas da Amazônia, do Brasil, e do Mundo assim como Graciete da Costa em seu *As Cidades Amazônicas da América Portuguesa*. Jordana Cavalcante nos convida a entender melhor a inserção da Venezuela no Mercosul através do turismo; esta ainda uma terra feita de homens e mulheres é a Amazônia de Brena Caroline Miranda ao retratar de um lócus no período pré-colonial; se o norte desta revista é ser leitura que tal um estudo sobre a leitura na base do ensino – o fundamental - como atividade dura ou lúdica? Essa é a proposta de Maria Francisca em seu texto. Levando em consideração os aspectos jurídicos, temos a análise de João Jarochinski e Tainan Siqueira sobre jurisprudência na relação entre STF e o Direito Internacional. Nosso mosaico nos leva também às reflexões econômicas de Fábio Martinez acerca de Normandia. Estar na edição 14 desta experiência é uma realidade graças ao acreditar no imaginário que a Universidade nos permite: difundir conhecimento científico sem fronteiras e limites, com mãos no papel, ou melhor, no teclado. Cativar reflexivamente é nossa meta. Sejam bem-vindas e bem-vindas à leitura.

Comitê Editorial



VENEZUELA NO MERCOSUL: TURISMO E REGIÃO DE FRONTEIRA EM RORAIMA

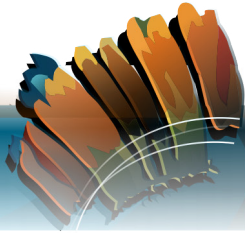
*Jordana de Souza Cavalcante*¹

RESUMO

O artigo pretende analisar a importância da entrada da Venezuela no Mercosul para o turismo e desenvolvimento na fronteira Brasil/Venezuela. Quais as transformações e vantagens que o Mercado Comum do Sul-Mercosul pode trazer para o turismo e desenvolvimento do Estado de Roraima. A metodologia utilizada foi bibliográfica e documental de fonte secundária. Ficou evidenciado que a entrada da Venezuela no bloco influencia de forma positiva na economia do país, e a variável que mais desenvolve a economia local é a o turismo na fronteira, característico em suas diversas atividades. O desenvolvimento do turismo nas áreas fronteiriças depende da integração e do fortalecimento da relação e benefícios que o Mercosul irá trazer, assim, o processo precisa estar calcado na construção de novos planos que possam sustentar e desenvolver essa região de fronteira. Por fim, até o presente momento os resultados a inserção da Venezuela no Mercosul apontam boas propostas para o desenvolvimento na fronteira, porém ainda há muito a ser realizado, pois o benefícios para essa fronteira ainda é incipientes.

Palavras-chave: Mercosul, turismo e fronteira.

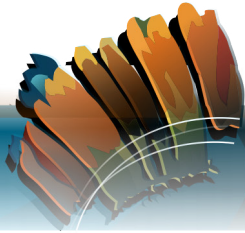
¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional da Amazônia pela Universidade Federal de Roraima-UFRR.



ABSTRACT

The paper analyzes the importance of Venezuela's entry into Mercosur for tourism and development in frontier Brazil / Venezuela. What are the advantages and transformations that Mercosur could bring tourism and development of the State of Roraima. The methodology used was literature and documents from a secondary source. It was evident that the entry of Venezuela into bloc influences positively on the economy of the country, and the variable that most develops the local economy is tourism on the border, characteristic in its various activities. The development of tourism in border flights depends on the integration and strengthening of relationship and benefits that Mercosur will bring, so the process must be underpinned by the construction of new plans that can sustain and develop this frontier region. Finally, to date the result of the insertion point Venezuela in Mercosur good proposals for development on the border, but there is still much to be done, because the benefits to this frontier is still incipient.

Keywords: Mercosur, tourism and border.



INTRODUÇÃO

O trabalho enfoca a análise dos fatores que permeiam a inserção da Venezuela no Mercosul e sua importância para o turismo e o desenvolvimento do Estado de Roraima na fronteira Brasil/Venezuela, tendo como enfoque as cidades de Pacaraima/RR e Santa Helena do Uiarén/VE.

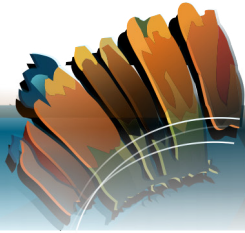
Considerando a complexidade desta fronteira Brasil/Venezuela e a carência de estudos sobre esse novo tema, torna-se evidente a necessidade de relatar fatores, a qual poderá contribuir para o debate sobre este tema, junto com os atores envolvidos nesta atividade, possibilitando ainda, realização do turismo como alternativa de desenvolvimento econômico junto as vantagens que o Mercosul traz para as fronteiras. Destaca-se ainda, sobretudo pelo fato de que, em Roraima, artigos publicados no campo do turismo e fronteira ainda são raros, comparando as outras fronteiras do Sul do Brasil, seja essa carência pelo fato de ser um assunto novo, ou pelos próprios escritores do estado não se interessarem pelo tema.

Há consideráveis estudos acadêmicos enfocados em turismo de compra, integração regional, desenvolvimento econômico, exportação entre outros, sobre a Fronteira Brasil/Venezuela, que de forma indireta podem contribuir para configurar esse artigo em sua relação com o turismo e o Mercosul. Assim, por não haver tantos trabalhos publicados nessa área surge a dificuldade em se obter fontes a esse respeito.

Portanto, os trabalhos sobre questão teórica do turismo em áreas de fronteiras ainda são escasso, e bastante necessário até para suprir e complementar a pouca atenção que os trabalhos do governo têm dado ao turismo. Além disso, ainda há localização da fronteira que fica distante dos grandes centros.

Para Vaz (2008) a região amazônica do país se localiza distante dos grandes centros: no caso Brasil, esta voltado para o eixo Rio de Janeiro-São Paulo e a costa Atlântica.

Segundo Lima (2011), os intercâmbios fronteiriços com os países vizinhos do Norte foram agravados pelas grandes distâncias e pelo baixo povoamento, que encontrou como barreira a própria floresta Amazônica. Distância essa, que também influencia no desenvolvimento da fronteira e turismo, a partir da implantação do Mercosul na região norte do país.



MERCOSUL NA FRONTEIRA NORTE DO BRASIL COM A VENEZUELA

Em nível global, a Amazônia é uma fronteira percebida como espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta. Em nível nacional, o interesse e a percepção dominantes ainda atribuem à Amazônia a condição de fronteira de recursos, isto é, área de expansão do povoamento e da economia nacional, que deve garantir a soberania do Brasil sobre esse imenso território (BECKER, 2007).

Para Lima (2011), pensar a questão das fronteiras no Norte do País é necessariamente tratar da Amazônia a maior das regiões brasileiras e aquela que estabelece fronteira com Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela as duas Guiana e Suriname.

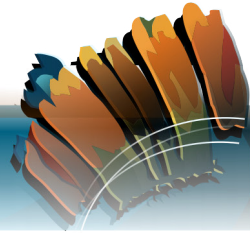
Desse modo, a fronteira Norte corresponde à faixa da Amazônia Legal que se limita a sete países da América do Sul, constituindo no mais extenso segmento fronteiro do Brasil, representando cerca de 70% do total da área de fronteira terrestre brasileira (BECKER, 2007).

Nota-se, portanto que toda essa extensão territorial de fronteira só traz benefícios para a integração e desenvolvimento dos países vizinhos.

Dentro dessas fronteiras se destaca a fronteira norte do Brasil com Venezuela onde faz divisa com o município de Pacaraima/Roraima e Município de Santa Helena do Uairén/Estado Bolívar. Além disso, no norte do Brasil, além da Amazônia, é constituído de estados com fronteiras internacionais (exceto o Maranhão) (LIMA, 2011).

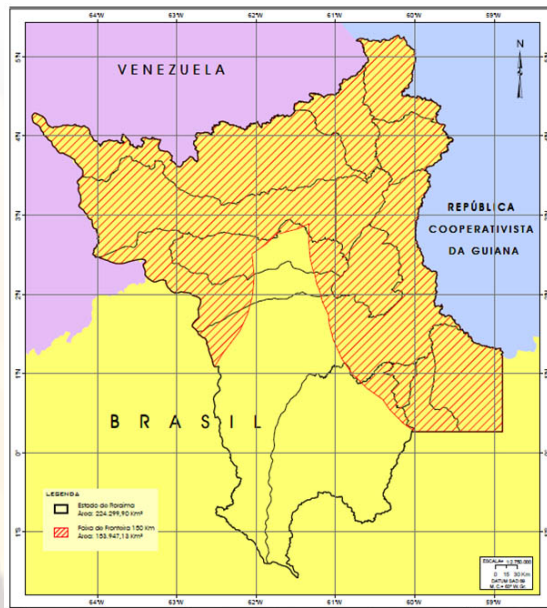
Para a sociedade regional, em particular, e parte brasileira, a fronteira é o espaço de proteção para o futuro. Em nível regional/local, a incidência dessas percepções e ações, somadas às demandas sociais, é expressa numa dinâmica territorial de grande velocidade de transformação e numa nova geografia Amazônica (BECKER, 2007).

Constatam-se percepções diferentes do que representa o espaço fronteiro do norte do País a partir de vários olhares da sociedade, seja ela global ou local e em especial seus espaços geográficos e suas potencialidades naturais.



A fronteira do Brasil com a Venezuela, delimitada pelo tratado de 1859 e pelo Protocolo de 1928, tem uma extensão de 2199,0 km e está perfeitamente demarcada, sendo 958km através do estado de Roraima (VAZ, 2008).

Para Becker (2007), a Faixa de Fronteira no cenário amazônico é aquela onde a densidade de ocupação é das mais baixas (Ver figura).

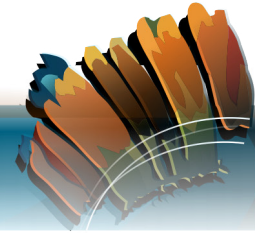


Fonte: Faixa de Fronteira 150km - Departamento de Geotecnologia, e Cartografia e Planejamento Territorial – COPTERR/ SEPLAN (2010).

Para Lima (2011), ao longo do processo histórico, foram poucos os relacionamentos da Amazônia como os vizinhos do Sul, como os do Norte esses intercâmbios foram ainda menores, agravados pelas grandes distâncias e pelo baixo povoamento.

Portanto, as dificuldades de distância e pouca densidade nessa parte da fronteira dificultam ou dificultou um maior número de intercâmbio entre o Brasil e Venezuela, apesar do grande esforço e das fortes políticas executadas pelo Governo Federal na Região.

Dessa maneira, deve-se então estabelecer estratégias de desenvolvimento considerando a relevância da região ser fronteira e avaliar as possibilidades de articulação com a América Central e o Caribe, sendo um tempo de globalização as tecnologias de informação amplia as oportunidades de intercâmbio de natureza diversas (LIMA, 2011).



Em 31 de julho de 2012, a Venezuela passou a ser integrante do Mercado Comum do Sul (Mercosul) sendo democraticamente convidado a se unir ao bloco.

Após 21 anos de criação do Mercosul, a Venezuela entra no bloco. Porém, a questão da fronteira do Norte do Brasil ainda é problemática e apesar dessa nova integração, ainda há muito que ser resolvido.

Segundo o Itamaraty (2012), com o ingresso da Venezuela, o Mercosul contará com uma população de 270 milhões de habitantes (70% da população da América do Sul), um PIB a preços correntes de US\$ 3,3 trilhões (83,2% do PIB sul-americano) e um território de 12,7 milhões de km² (72% da área da América do Sul).

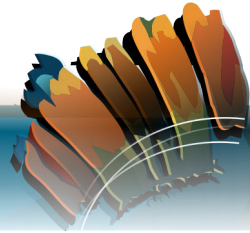
A incorporação da Venezuela, ainda de acordo com o Itamaraty, altera o posicionamento estratégico do bloco, que passa a estender-se do Caribe ao extremo sul do continente e torna-se potência energética global tanto em recursos renováveis quanto em não renováveis. Fator importante para o desenvolvimento regional da fronteira Brasil e Venezuela, pois até o momento, como relata Vaz (2008) o Mercosul visou a integração dos eixos dinâmicos das economias desses países. Rio-São Paulo e a metropolitana de Buenos Aires.

Ter a Venezuela como membro pleno do Mercado Comum do Sul (Mercosul) estabelece uma abertura, pois se cria uma poligonal que articula o espaço regional e retira do tratado sua característica marcante sulista – o que permitirá, em alguns anos, a participação efetiva dos estados do Nordeste brasileiro no processo de integração (LIMA, 2011, p. 230).

Sendo assim, a incorporação da Venezuela no Mercosul posiciona a região norte do Brasil como mais um objetivo estratégico de estimular processos sub-regionais de desenvolvimento na América do Sul, uma vez que o Brasil faz fronteira com dez países da América do Sul e busca a ocupação e a utilização da Faixa de Fronteira de forma compatível com sua importância territorial estratégica integrando assim o dois países.

Portando, “Esse alargamento do bloco para o Norte também aproxima os países do Pacto andino e amplia a perspectiva de consolidação de uma unidade sul-americana em médio prazo.” (LIMA, 2011, p. 230).

Por outro lado quando se fala na fronteira Brasil/Venezuela o Mercosul que enfatiza as ações que se originam no território de fronteira rumo ao centro, como o Rio- São Paulo. No caso de Roraima, Vaz



(2008) afirma que para Boa Vista, no Brasil, o centro pode ser Margarita ou Puerto Ordaz na Venezuela ou Georgetown, na Guiana, o ultimo por meio de outros acordos.

Por fim, além de alterar o posicionamento estratégico do bloco, que passa a estender-se do Caribe ao extremo sul do continente e torna-se potência energética global tanto em recursos renováveis quanto em não renováveis.

Em turismo o Mercosul facilita o intercâmbio/entrada de Brasileiros e Venezuelanos no país entre ambos, sem a necessidade de passaporte, uma vez que, nem todos possuem o documento para adentrar além das fronteiras, esse sendo substituído pelo registro geral de seu respectivo país. Dessa maneira facilita a integração e fluxo do turista em ambos os países, aumentando o número de turistas além das fronteiras.

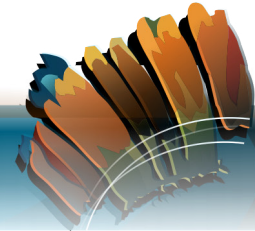
CONTEXTO DO TURISMO E REGIÃO DE FRONTEIRA

Na região de fronteira a circulação de um país ao outro permite aos turistas a convivência com o diferente, sendo este, muitas vezes, o maior atrativo turístico dessas regiões. A diversidade cultural consome positivamente a ideia do desconhecido, do novo, proporcionando aos turistas uma troca salutar de informações que possibilitam integração entre diferentes culturas e um crescente potencial a desenvolver nas regiões fronteira.

Na América Latina houve várias tentativas de mecanismo de integração por meio de outros programas que o governo federal criou para integrar o comércio entre os países vizinhos. Neste o turismo vem como alternativa multiplicadora dessa integração, uma vez que para Costa, Figueiredo e Silva (2010, p.42): “A fronteira representa para o turismo uma oportunidade de promover um processo de integração”.

Conforme descreveu Lima Filho (2011), apesar de o turismo favorecer a integração sociocultural, o fenômeno migratório, em alguns casos, torna-se complexo e contraditório entre os próprios fronteiriços, pois aos olhos de muitos, proporciona uma diminuição do trabalho nacional, onde o outro se torna competitivo e indesejável.

Do contrário da afirmação a fronteira em turismo promove essa integração garantindo o intercâmbio entre os países e proporcionando mais alternativas de emprego e renda para as comunidades que vivem na fronteira.



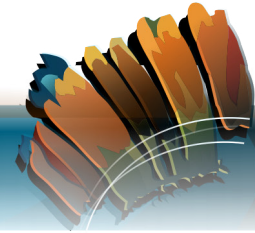
Conviver com outros costumes, outra cultura e outro jeito de viver promovem a integração de paz entre o países e facilita na comercialização de produtos. A exemplo disso, pode perceber o serviços de táxi oferecido pelos venezuelanos que levam brasileiros de Pacaraima no Brasil, para Santa Helena do Uairén na Venezuela, que pela moeda ser menos valorizada só há benefícios para os taxistas da Venezuela que recebem em real ou bolívar. Porém, por outro lado, quem sai ganhando são os brasileiros que consomem a gasolina por preço insignificante em relação ao Brasil, favorecidos pela moeda e pelo baixo preço da gasolina na Venezuela.

O turismo de aventura ou ecoturismo e turismo de compras, também fortalece o quadro sociocultural e econômico dessa região fronteira. Essa diversidade atrativa proporciona uma multiplicidade de segmentos ligados à exploração turística e se torna de grande importância na percepção e benefício que o turismo e a integração entre Brasil e Venezuela trazem para a fronteira, que ao visualizar todo o potencial econômico da região se depara a sua legislação. Que por um lado facilita o intercâmbio na Venezuela na aquisição do ecoturismo na região e por outro lado, as compras que saem mais em conta para os brasileiros que ali chegam.

O turismo de aventura ou ecoturismo é realizado do lado venezuelano, pois do lado brasileiro as riquezas naturais localizam-se em terras indígenas, sendo este, o brasileiro proíbe tal atividade. Além do ecoturismo e turismo de compras há outras atividades a serem explorada positivamente em diversos segmentos, incentivando o turismo local, não só como turismo de aventura ou compras, possibilitando um aumento na oferta de empregos e desenvolvimento da economia local, agregado a manifestação de suas especificidades como território fronteiro e sua integração.

O turismo de fronteira proporciona interações entre diversas nacionalidades, estudantes, pesquisadores, músicos, curiosos, lazer, shows, saúde e os turistas de fato, que procuram essas localidades por diversas razões: como comprar produtos importados na Duty free no lado venezuelano, explorar da fauna e flora local, atração pelo contraste cultural, ou mesmo pela curiosidade de conhecer um território fronteiro.

Com toda essa multiplicidade de razões, a rede hoteleira, o comércio, restaurantes, agência de viagem, produtoras de eventos de ambos os lados apresentam outras formas econômicas de maximizar o potencial turístico gerando renda e emprego para os moradores que ali vivem, pois sem o turismo não haveria fluxo econômico na fronteira.



Juntamente com todo esse potencial o Governo do Estado implantou o curso Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual de Roraima, onde se matriculavam estudantes da Venezuela e Brasil, porém devido ao pouco número de profissionais para trabalharem na Universidade o curso foi retirado.

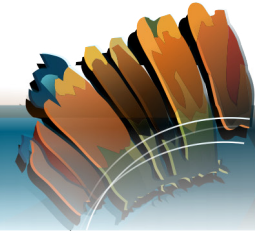
Estudando o fenômeno do turismo, Paixão (2006) percebe três situações: o turismo pela fronteira, o turismo na fronteira e o turismo de fronteira. O turismo pela fronteira baseia-se em seu conceito clássico, onde há burocracias, militarização, aparatos de segurança, causando certo grau de desconforto ao turista.

O turismo na fronteira ressalta a importância de políticas públicas que resguardem o empreendedorismo turístico de forma bilateral, para que não ocorra a turistificação unilateral dessas fronteiras, que apesar de aparentemente possuir uma paisagem homogênea, possuem atrativos turísticos dispersos nos dois territórios nacionais, uma relativa ausência do Estado em uma das partes territoriais, proporciona um desequilíbrio, pois o turismo tende a concentrar-se apenas na parte assistida pelo Estado, pois nesse tipo de fronteira é intenso o acontecimento de conflito étnico e/ou religioso [...](OLIVEIRA E COSTA, 2008).

No turismo de fronteira, Paixão (2006) aponta que apesar de semelhante às tipologias anteriores, associa-se à distribuição natural dos elementos fisiográficos e os aspectos humanos. Nessas ocorrências pode ser citado o município de Pacaraima no Brasil e Santa Helena do Uairén na Venezuela onde os estabelecimentos de demarcações podem ficar mascarados pela homogeneidade paisagística, pois ambos apresentam a savana como vegetação predominante chegando a se confundir.

Portanto, para haver o turismo na região de fronteira é necessário existir um processo de integração entre os territórios e/ou sociedades onde o turismo é parte significativa dessa integração.

Em vários campos de estudos o turismo vem sendo discutido, na geografia, vem-se produzindo vários debates sobre a potencialidade do turismo de fronteira. Cruz (Apud SOUZA, 2010, p.161) afirma que: “o turismo é a única prática social que consome elementarmente espaço”. Para Trigo (1993), foi a partir de 1950 que o turismo se transformou em uma atividade bastante significativa em termos socioeconômicos e culturais. Dessa forma, a região de fronteira está ligada ao paradoxo cultural, potencializando a atividade turística intrafronteiriça. Nas palavras de Costa, Figueiredo e Silva (2010, p.39):



A fronteira é, sobretudo, um lugar marcado pela diferença. [...] A atividade turística vem crescendo e cada vez mais se busca incorporar novos territórios, lugares e, sobretudo, o diferente. Assim sendo, a fronteira significa potencialidade, pois contempla o diverso, o diferente. [...] A fronteira ainda é vista como uma palavra tingida por um forte etnocentrismo cultural.

Tal diversidade, aliada a excentricidade e especificidade características da fronteira, gera uma atividade turística dinâmica nas regiões fronteiriças. O fluxo turístico proporciona aos turistas, integração às práticas comerciais e econômicas da localidade. Vale lembrar que além do turismo ser de grande importância na construção social fronteiriça, empresários se beneficia pelo potencial turístico devido às condições geográficas salutares da região de fronteira.

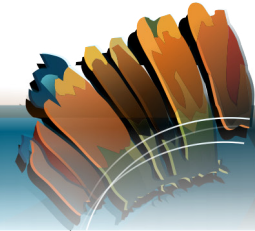
Para Costa, Figueiredo e Silva (2010, p.43). “Os potenciais turísticos existentes na fronteira devem ser explorados de forma articulada estabelecendo entre os atores do turismo uma rede de cooperação a fim de possibilitar esse processo de integração”. É o que vem acontecendo como na fronteira entre Brasil e Venezuela, onde o turismo é desenvolvido em vários segmentos e contextos.

TURISMO DE FRONTEIRA EM RORAIMA

Localizado no extremo norte do país, Roraima tem como sua capital a cidade de Boa Vista que faz fronteira ao norte e nordeste com a Venezuela, ao leste com a República Cooperativa da Guiana, além de divisas a oeste e ao sul com o Estado do Amazonas e ao sudeste com o Estado do Pará. Seu território compreende uma área de 225.116,1 km², sendo composto em sua maior parte, por terrenos cristalinos pertencentes ao Escudo das Guianas (RUFINO, 2005).

Essa fronteira apesar da distância e todas as dificuldades apresenta um grande potencial a partir das suas belezas naturais e por ter um dos maiores pontos do turístico nessa fronteira, o Parque Nacional do Monte Roraima e uma grande riqueza cultural. Localizado próximo às terras indígenas brasileiras o Monte tem como guias das trilhas índios venezuelanos, já que para desfrutar do Monte Roraima é necessário adentrar na Venezuela.

Como afirma Silveira (2010), atualmente ocupam o extremo norte do Estado de Roraima, na Cordilheira de Pacaraima, sob jurisdição do Município de Uiramutã, dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e



distribuído pelas comunidades Awendi, Comaipá, Manalai, Pipi, Sauparú, Serra do Sol I e Serra do Sol II, revelando essas terras grande potencial turístico, mormente os espaços mais próximos ao Parque Nacional do Monte Roraima.

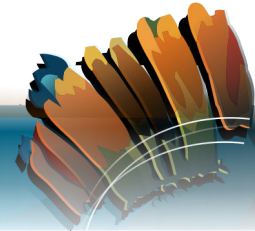
Roraima é um espaço de múltiplas fronteiras, uma vez que compreende fronteiras geopolítica, étnica e cultural, que inclui o município de Pacaraima que faz fronteira com a Venezuela, especificamente com a cidade de Santa Helena do Uairén, principal porta de entrada para o país venezuelano, entretanto, as fronteiras são limites imaginários no contexto social, e numa visão geopolítica, como um limite burocrático administrativo ambíguo que, ao mesmo tempo em que aplica as ações protecionistas com o intuito de equilibrar a economia interna, permite ultrapassá-las (MELO, 1997; RUFINO, 2005).

Além disso, os municípios fronteiriços de Gran Sabana e Pacaraima apresentam características muito similares quanto à inserção regional e ocupação dos territórios estaduais e nacionais. São municípios de projetos de expansão agrícola, áreas de intensa exploração mineral ao longo de suas histórias, e possuem um grande contingente de população indígena (RODRIGUES, 2006).

Fator esse presente nos serviços prestados aos turistas que desfrutam das belezas naturais da Venezuela e são recebidos por índios.

Dessa maneira, o Estado Bolívar ao sul da Venezuela e o Estado de Roraima na Região Norte do Brasil possuem similitudes, tais como o fato de se constituírem em grandes espaços em relação aos seus respectivos territórios nacionais; viverem processos de expansão da fronteira econômica, cujos programas oficiais de exploração de recursos naturais enfatizavam o caráter de “espaços vazios”, culminando com políticas de ocupação baseadas no conceito de desenvolvimento vinculado à doutrina de Segurança Nacional; são palcos de constantes conflitos pelo controle dos recursos naturais travados por diversos atores sociais (índios, garimpeiros, madeireiros, empresários, fazendeiros, militares); possuem populações indígenas significativas e estão situados em áreas de fronteira internacional; portanto, em área que delimita a soberania das duas nações (RODRIGUES, 2006).

A partir dessa realidade, faz-se necessário que no Mercosul o governo Federal proponha diferentes planos de enfrentamento e gestão do turismo voltados para as regiões fronteiriças. Sobretudo em decorrência da heterogeneidade dos fatores de ordem social, econômica e legislativa desses países aos quais, somando-se a Guiana, não restam dúvidas

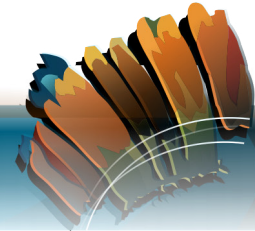


quanto à necessidade de um plano para enfrentamento do turismo nessa fronteira.

Esses planos podem agrupar o potencial turístico das realidades de ambos os países com o segmento do ecoturismo no Brasil e Venezuela e seus indicadores. E um segundo plano para a fronteira Brasil e Guiana.

Em turismo, segundo Paixão (2006), a região de fronteira, percebida no e pelo turismo, leva em conta que a apreensão de uma dada realidade deve considerar as diferenças inerentes à configuração geográfica dos objetos e sua manifestação na paisagem, decorrente da interação sociedade-natureza e ativadas por movimentos dialéticos entre os lugares.

Por fim, a elaboração e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local da área de fronteira são dificultadas por barreiras legais, diplomáticas, falta de articulação do território com o centro político-decisório do país, e, em muitas vezes, pelos próprios estados a que pertence, consequência da falta de informações sobre a região e o elevado grau de informalidade de diversas ações executadas na linha de fronteira.



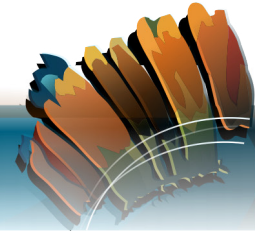
CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar a implantação do Mercosul na fronteira Brasil e Venezuela e suas contextualização do turismo na fronteira de Roraima no desenvolvimento econômico e local do município de Pacaraima(Brasil) e Santa Helena do Uairén(Venezuela). Ficou evidenciado no estudo que, a implantação da Venezuela no Mercosul tem influência positiva no desenvolvimento turístico local e econômico, uma vez que, o Mercosul abre portas para novas parcerias e integração entre os dois países, levando em consideração o turismo de aventura e ecoturismo e o turismo de compras a partir do câmbio favorável ao Brasil. Ainda, coopera com uma possível potência energética global tanto em recursos renováveis quanto em não renováveis.

Em relação à questão de integração no bloco é visível que a incorporação da Venezuela venha transformar o posicionamento estratégico do Mercosul, que passa a estender-se do Caribe ao extremo sul, pois o Mercosul visou a integração dos eixos dinâmicos das economias desses países Rio-São Paulo e a metropolitana de Buenos Aires e passa a integrar o Brasil de Norte a Sul com a entrada da Venezuela.

A fronteira em turismo promove essa integração garantindo o intercâmbio entre os países e proporcionando mais alternativas de emprego e renda para as comunidades que vivem na fronteira, além disso, o Mercosul facilita o intercâmbio/entrada/saída de Brasileiros e Venezuelanos, sem a necessidade de passaporte, uma vez que, nem todos possuem o documento para adentrar além das fronteiras, esse sendo substituído pelo registro geral de seu respectivo país.

O desenvolvimento do turismo nas aéreas fronteiriças depende da integração e do fortalecimento da relação e benefícios que o Mercosul irá trazer, em ações e proposta de planejamento que visem o desenvolvimento econômico e turístico na fronteira. Tal processo precisa estar calcado na construção de novos planos que possam sustentar e desenvolver essa região de fronteira. Pode-se então afirmar que, até o presente momento os resultado a inserção da Venezuela no Mercosul apontam boas propostas para o desenvolvimento na fronteira, porém ainda há muito o ser realizado, pois o benefícios para essa fronteira ainda é incipientes em relação a fronteira sul do Estado.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARILIO, Francisco Leonor de; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. **Pescadores artesanais: o caso de Corumbá e Ladário** – MS. II Seminário de Estudos Fronteiriços. Corumbá, MS: Ed. UFMS, 2010.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COSTA, Edgar Aparecido da. FIGUEIREDO, Nilze de Paula, SILVA, Aguinaldo. **Fronteira: limite ou potencialidade para as práticas do turismo?** II Seminário de Estudos Fronteiriços. Corumbá, MS: ed. UFMS, 2010.

ITAMARATY. Ingresso da Venezuela no MERCOSUL. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/apos-jantar-com-dilma-hugo-chavez-afirma-que-ingresso-da-venezuela-no-mercosul-fortalece-o-bloco/>>. Acesso: em 23 de ago. 2012.

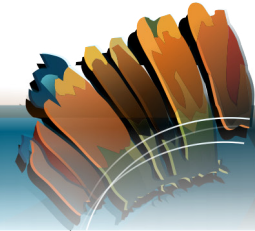
LIMA FILHO, Francisco das C. **Mecanismos de proteção jurídica ao trabalhador migrante fronteiriço**. II Encontro de Mato Grosso do Sul em Memória às Vítimas de Acidente de Trabalho; I Colóquio Internacional Sobre Trabalho na Fronteira do Rio Paraguai. PEREIRA, C.R. et al (Org). Campo Grande-MS: Ed. Formato Gráfica, 2011.

LIMA, Marcos Costa. **Região e desenvolvimento do capitalismo contemporâneo: uma interpretação crítica**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MELO, José Luiz Bica de. Reflexões Conceituais sobre Fronteira in CASTELLO, Iara Regina et al (Orgs.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 1997, p. 68.

OLIVEIRA, Érica dos Santos. COSTA, Edgar Aparecido da. **Arranjo Espacial Da “Feirinha Boliviana”**, Em Arroyo Concepción (Bo). UFMS, 2008.

PAIXÃO, Roberto Ortiz. **Turismo na Fronteira, identidade e planejamento de uma região**. Série Fontes Novas. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2006.



RODRIGUES, Francilene. **Migração transfronteiriça na Venezuela.** Estudos Avançados, 2006.

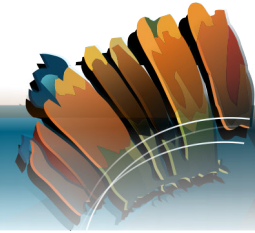
RUFINO, Alessandra Santos. **A mídia impressa roraimense e as representações sociais sobre a fronteira e os imigrantes.** Roraima, 2005 p.7.

SILVEIRA, Edson Damas da. **Meio ambiente, terras indígenas e defesa nacional: direitos fundamentais em tensão nas fronteiras da Amazônia brasileira.** Curitiba: Juruá, 2010. 312p.

SOUZA, Edson Belo Clemente de. **Territórios turísticos na fronteira do Brasil e o Paraguai: uma regionalização do planejamento.** In. COSTA, E.A; OLIVEIRA, M.A.M. Seminário de estudos fronteiriços. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009, p. 145-168.

TRIGO, Luiz G. G. **Turismo e Qualidade: Tendências Contemporâneas.** 5.ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.

VAZ, A. C. (Org.); MOREIRA, F. K. (Org.); Haroldo Eurico Amoras dos Santos (Org.) **Amazônia: Discursos e Realidades.** Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2008. v. 1.



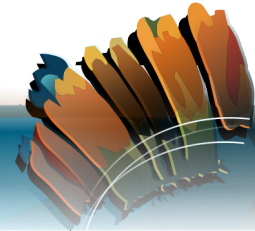
AS CIDADES AMAZÔNICAS NA AMÉRICA PORTUGUESA

Graciete Guerra da Costa

RESUMO

Esta comunicação faz parte de um projeto em andamento sobre a história da ocupação de cidades Amazônicas de 1616 a 1750 examinando a documentação dos viajantes, e alguns mapas dentre eles: a Carte du cours du Maragnon ou de la Grande Riviere de Amazones (1745) de La Condamine; a Carte de l'Amérique méridionale (1748), de Bourguignon D'Anville e o Mapa das Cortes (1749), organizado por Alexandre de Gusmão. De 1535 a 1542, diversas expedições tentaram sem sucesso penetrar o Amazonas. O privilégio do descobrimento do Rio Negro coube, inteiro, a Francisco de Orellana, que realizou a primeira expedição ao longo do Rio Amazonas, descendo-o a partir dos Andes, e lhe pôs nome a 3 de junho de 1542. Somente depois da viagem de Pedro Teixeira, em 28 de outubro de 1637, começou o devassamento do território amazonense. Os sertanistas, partindo de Belém, Gurupá e Cameté, foram adentrando em viagens ousadas, com a fundação da cidade de Santarém em 1661, passando do Tapajós para o lado do Ocidente, região conhecida por Sertão das Amazonas, rumo aos limites com as colônias espanholas. O primeiro plano urbanístico proposto para as cidades foi parte integrante do projeto do Marquês de Pombal (1750-1777) em integrar a Amazônia ao território português e dar às cidades da Amazônia feições lusas. As intervenções do Marquês de Pombal abrangeram todo o território português, incluindo aí, obviamente, todas as suas colônias. O projeto do Marquês de Pombal objetivava, principalmente, consolidar o vale amazônico como território luso e para isso, não bastava assegurar o domínio territorial da mesma forma que vinha sendo feito há mais de um século. A fundação de novas vilas e cidades em todo o vale do rio Amazonas, em substituição às missões religiosas dos Jesuítas, a nomeação dessas novas cidades com topônimos portugueses como Almeirim, Monte Alegre, Alenquer, Santarém, Óbidos, e outras além da construção do plano urbanístico aos moldes das cidades portuguesas, dando uma feição lusa a todo o Vale Amazônico.

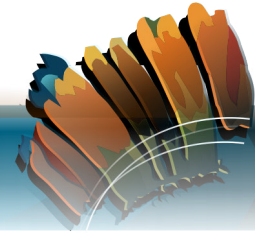
Palavras-chave: Origem Portuguesa, Cidades Amazônicas, Fundação.



ABSTRACT

This documentation is part of a project under development about the story of the occupation occurred in Amazon cities, between 1616 and 1750. While examining the documentation of travelers, among some maps we could find: the Carte du cours du Maragnon ou de la Grande Riviere des Amazones (1745) from La Condamine; Carte de l'Amérique méridionale (1748), from Bourguignon D'Anville and the Mapa das Cortes (1749), set together by Alexandre de Gusmão. From 1535 to 1542, many expeditions were held without any success to penetrate into the Amazon. The privilege of discovering the Rio Negro is entirely due to Francisco de Orellana, that made the first expedition bordering the Amazon River, going down from the Andes, and gave its name on July 3rd 1542. Only after Pedro Teixeira's travel, on the 28th October 1637 that the real exploration of the Amazon territory began. The sertanistas went from Belém, Gurupá and Cametá to challenging destinations and established the city of Santarém in 1661, while bordering the Tapajós river across the East, a region renowned as the Amazons' Sertão, in order to find the Spanish colonies. The first urbanite plan proposed to the cities made part of Marquês de Pombal's (1750-1777) project which aimed to integrate the Amazon to the Portuguese territory and give the cities of Amazon some Portuguese traits. Marquês de Pombal's interventions were widely spread among the Portuguese territory, including there, obviously, all of its colonies. The project aimed mainly to consolidate the Amazonian valley as a Portuguese territory, and for that, holding the territory as it was being made for more than a century wasn't enough anymore. The foundation of new villages and cities in all the Amazon river valley, in substitution to the many Jesuit order missions, the nomination of these new cities with Portuguese toponyms like Almeirim, Monte Alegre, Alenquer, Santarém, Óbidos, and others beyond the construction of the urbanite plan following small city models, giving Portuguese appearance to all the Amazonian valley.

Keywords: Portuguese origin, Amazon cities, Foundation.



INTRODUÇÃO

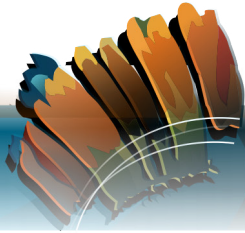
A pesquisa anterior realizada na Amazônia (COSTA, 2006) nos permite afirmar que a imensa floresta de terra firme, os rios de diferentes cores, várzeas, serras, cachoeiras, igarapés e lagos foram habitados há mais de 10 mil anos em populações indígenas distribuídas em cinco troncos linguísticos: Tupi, Aruak, karib, Pano e Gê. Assim a Amazônia que os europeus pensam que descobriram no século XVI já estava habitada, e as cidades de origem portuguesa cujas fundações datam dos séculos XVII e XVIII já possuíam populações e nomes indígenas anteriores a essa data.

A presente comunicação faz parte de um projeto em andamento, que busca estudar a ocupação da Amazônia brasileira de cidades de origem portuguesa de 1616 a 1750 examinando a documentação dos viajantes, e alguns mapas dentre eles: a Carte du cours du Maragnon ou de la Grande Riviere de Amazonas (1745) de La Condamine; a Carte de l'Amérique Méridionale (1748), de Bourguignon D'Anville e o Mapa das Cortes (1749), organizado por Alexandre de Gusmão, observando, particularmente, a contribuição de cartógrafos e engenheiros militares na construção de um espaço pouco ocupado na Região Amazônica.

Assim esse trabalho se refere à história da ocupação de algumas cidades do Baixo Amazonas: Almeirim, Monte Alegre, Alenquer, Santarém, Óbidos, para concluir que existe uma rede de cidades amazônicas de origem portuguesa.

Essa rede de cidades escolhida configura uma das áreas mais importantes da região, pois tem como nós em seus “extremos”, as capitais dos estados com seus dois maiores núcleos urbanos (Belém - Pará (1616) e Manaus - Amazonas (1669)). Como eixo de fluxos variados, o Rio Amazonas configura o corredor de transporte de mais significativo volume de capitais, produtos e pessoas, sendo a via que dá acesso à sua foz. É também o mais característico meio de transporte da Amazônia, o curso de alguns de seus maiores rios, tais como: Solimões, Negro, Purus, Madeira, Tapajós, Trombetas, Nhamundá, Curuá-Una, Arapiuns e Xingu.

Para que se compreenda o processo de ocupação da Amazônia, e se reconheça a sua importância, é fundamental que busquemos suas raízes históricas (CARVAJAL, 1992) e seus mapas (COSTA, 2007).



A CHEGADA DOS PORTUGUESES NA AMAZÔNIA

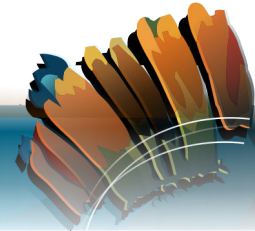
A América entrou na História com a aventura da viagem de Cristóvão Colombo, em 1492. Pelo Tratado de Tordesilhas, firmado em 7 de junho de 1494, a maior parte das terras da Amazônia passou a pertencer à Espanha. Porém, a Coroa espanhola dedicou pouca atenção à região durante o século XVI, posto que não havia ainda encontrado quaisquer fontes de riqueza imediata que lhe fosse interessante, a exemplo do que ocorreu em outras áreas de colonização (REIS, 2001).

Em 1498, Cristóvão Colombo chegou à altura da foz do Rio Orinoco. Dois anos depois, a expedição comandada por Vicente Yañez Pizón atingiu o território do atual Brasil e alcançou o estuário do Rio Amazonas, tomando posse em nome da Espanha e o batizando de “Santa Maria de la Mar Dulce”. Entretanto, o historiador português Duarte Leite contesta a afirmação de que Vicente Yañez Pinzón, Diego de Lepe e Alonso de Hoje da estiveram no Brasil antes de Cabral.

“Segundo os dados oficiais, muitas expedições foram realizadas com a finalidade de conquistar a Amazônia. Os espanhóis foram os que mais tentaram, chegando a realizar, entre 1500 a 1570, vinte e duas expedições. Os ingleses empreenderam oito (...) Os franceses, no mínimo, sete (...), na fundação do forte do Presépio, em 1616”.

A primeira expedição européia a navegar por toda a extensão do Rio Amazonas foi a do espanhol capitão Francisco de Orellana que, em 1542, fez o reconhecimento de sua foz e lhe deu o nome atual, tendo como cronista da viagem o frei Gaspar de Carvajal (CARAJAL, 1992). O viajante encontrou as margens do rio e de seus afluentes densamente povoadas (MONTEIRO, 1994), com aldeias atingindo várias “léguas” de extensão, algumas das quais considerou bem construídas, com “vias” longas, amplos ancoradouros e muitos barcos. Nelas, os espanhóis conseguiram, em troca de objetos de pouco valor, a alimentação necessária para a manutenção da expedição pioneira. Os nativos cultivavam milho, mandioca e inhame, e dedicavam-se ainda à caça, à pesca e à criação de tartarugas.

Em seu relato da viagem, frei Gaspar de Carvajal descreveu a chegada dessa expedição à região. Acredita-se que a aldeia a que se refere seja a grande aldeia dos Manãos.



“Em cada porto, havia uma multidão de índios (...) Esta aldeia se estendia por mais de duas léguas e meia (...) No sábado, o Capitão mandou aportar em uma aldeia onde os índios se preparavam para se defender; apesar disso, os expulsamos de suas casas. Provimo-nos de comida (...). Nesse mesmo dia, prosseguimos viagem, vimos a boca de um outro grande rio que entrava pelo que navegávamos, pela margem esquerda, cuja água era negra como tinta e, por isso, o denominamos Rio Negro..” (CARVAJAL, 1992).

Foi difícil a ocupação do Rio Amazonas por parte dos europeus. Dominavam o vale quase inteiro os índios Manáos, que se distribuíam pela Zona do Alto, do Uarirá até a ponta inferior da Ilha de Timoni, fronteira à Barra do Rio Xinará. Em seu relatório, frei Gaspar de Carvajal descreve a quantidade e diversidade de tipos de grupos locais encontrados nas mais diversas formas e tamanhos na Amazônia.

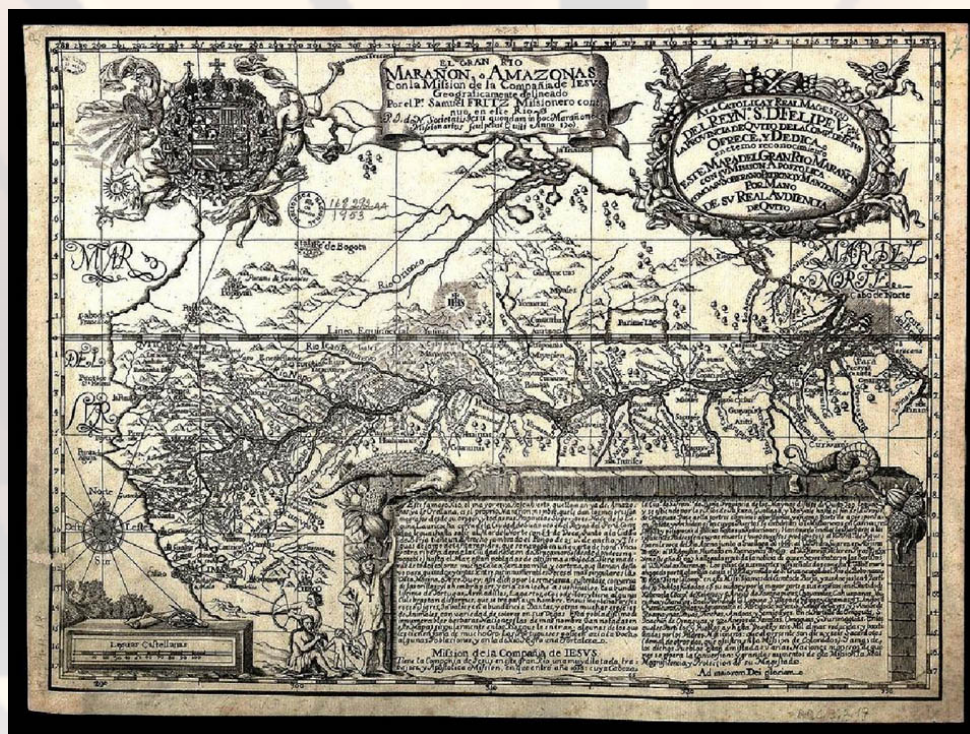
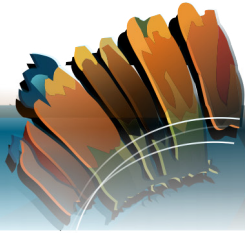


Figura 1 – Mapa do Grande Rio Marañon ou das Amazonas de Samuel Fritz, 1691. Fonte: CINTRA, JP, In: Região amazônica: perspectivas de uma cartografia comparada, 1ºSLBCH, Paraty-RJ, 2011.

Portugal e Espanha estiveram sobre a mesma coroa entre 1580 e 1640, sob os governos sucessivos do rei Felipe da Espanha e de Portugal ao mesmo tempo (GARCIA, 2006). Com isso a entrada dos portugueses



em territórios amazônicos foi facilitada naturalmente, assim como foi incentivada a presença de outros europeus na Amazônia (REIS, 1989).

Na primeira metade do século XVII, os portugueses deram início a um processo sistemático de exploração e ocupação do interior amazônico.

Francisco Caldeira Castelo Branco chegou à foz do Rio Amazonas em 12 de janeiro de 1616, fixando residência na confluência do Rio Guamá com o Parauaçu, o grande rio dos índios Tupinambás, hoje denominado Rio Pará. Construiu o Forte do Presépio, em torno do qual fundaria a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.

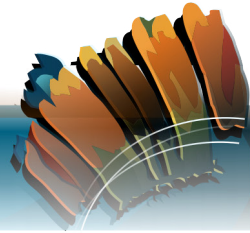
A partir daí, os portugueses foram devidamente autorizados por Madri, a defender toda a região do Baixo Amazonas, movendo contínuas guerras contra os invasores estrangeiros que apareciam, e em pouco tempo foram expulsos das margens dos rios. E assim, foram adentrando o território fixado pelos limites de Tordesilhas, erguendo fortificações, realizando expedições de reconhecimento pelos rios, e iniciando um lento processo de ocupação na região amazônica (MENDONÇA, 2005).

De São Luís do Maranhão, enviaram para a região uma série de expedições de resgate, empenhadas em capturar e escravizar indígenas e recolher drogas do sertão. Por vezes, acabaram por fundar povoados (como o da enseada do Rio Tarumã), por outras, apenas descobriram bons sítios para a montagem dos acampamentos das tropas-de-resgate (formadas por militares, religiosos, índios, degredados e prostitutas).

Em 28 de outubro de 1637 a expedição portuguesa de Pedro Teixeira subiu pela primeira vez o Rio Amazonas, partindo de Belém, abrindo as comunicações com Quito, provando-as exeqüíveis, e tornando mais bem conhecido o trecho fluvial entre os Andes e o Atlântico. Sua frota era formada por quarenta e sete canoas com setenta soldados portugueses, movida por cerca de mil e duzentos índios e negros. No caminho, fundou o povoado de Franciscana, na junção dos rios Solimões e Aguarico, marco da futura posse lusa na região (ACUÑA, 1994).

Somente depois da viagem de Pedro Teixeira (1637-39) que começou o devassamento do território amazonense. Bento da Costa, piloto da armada de Pedro Teixeira, produziu em 1638 o Mapa do rio das Amazonas.

Os sertanistas, partindo de Belém, Gurupá e Cametá, foram conquistando o território, em viagens ousadas, passando do Tapajós para o lado do Ocidente, região conhecida por Sertão das Amazonas, rumo aos limites com as colônias espanholas.



Tais sertanistas buscavam ouro, caçavam índios e coletavam drogas do sertão. As drogas – no linguajar da época – eram o cacau, a baunilha, a canela, o cravo, as raízes aromáticas, apreciadíssimas riquezas naturais, abundantes em todo o vale. Em suas penetrações, levaram à escravidão quantos indígenas encontrassem. Os nativos, assim subtraídos à liberdade, carregados às centenas para Belém, eram vendidos aos moradores por preço definido pelo governador e pela Câmara local.

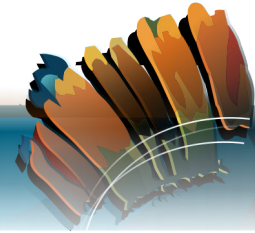
Pedro Teixeira foi também o primeiro europeu a fazer o trajeto terrestre de Belém até São Luís, até então desconhecida dos portugueses. Essa rota era estratégica para garantir a comunicação entre as capitanias do Maranhão e do Grão-Pará, caso o caminho marítimo estivesse bloqueado.



Figura 2 - Carte de la Terre Ferme, du Perou, du Brésil et du Pays des Amazones, de Guillaume de L'Isle, 1716.

Fonte: Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império
Organização Antonio Gilberto Costa – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Os padres formaram, juntamente com os militares, funcionários civis, aventureiros e degredados a estrutura do sistema colonial português que se implantou na Amazônia. A participação de religiosos no processo de colonização se intensificou ao correr do século XVII com a chegada de outras congregações mercedárias, carmelitas e jesuítas. A chegada dos jesuítas a Belém, liderados pelo Padre Antônio Vieira, em 1659 fez surgir os primeiros obstáculos a aquelas operações de caça ao indígena (AZEVEDO, 1901).



OS ESTUDOS CARTOGRÁFICOS AMAZÔNICOS

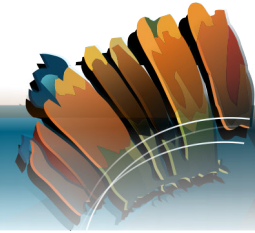
Os estudos cartográficos referentes à Amazônia, produzidos antes de 1750, trazem informações de cartógrafos holandeses, franceses, espanhóis, alemães e italianos, como é o caso dos mapas abaixo relacionados (ADONIAS, 1963).

Os portugueses preocupados em assegurar e expandir os limites de seus domínios nos confins da Amazônia sentiram necessidade de conhecer e levantar informações técnicas sobre as características físicas da região. A pedido de Alexandre de Gusmão, secretário de D. João V, rei de Portugal, e participante das negociações do Tratado de Madri foi solicitado a José Gonçalves da Fonseca fazer estudos cartográficos que resultaram no Mapa do Rio Madeira, desde as nascentes dos rios Beni e Mamoré até a foz, no rio Amazonas, em 1747. Em 1750, ele desenhou a Carta hidrográfica em que descreve as origens de vários e grandes Rios da América Meridional Portuguesa (...).



Figura 3 - Carte du cours du Maragnon ou de la Grande Riviere de Amazones de La Condamine, 1743-1744.

Fonte: Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império
Organização Antonio Gilberto Costa – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.



ORIGEM DAS CIDADES NA AMAZÔNIA

O Rei de Portugal D. José subiu ao trono, em 31 de julho de 1750, vago pela morte de seu pai, D. João V. Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal foi nomeado membro do Conselho do Rei, ministro e secretário de Estado e Inspetor-Geral do Real Erário. Cuidou rapidamente das obrigações diplomáticas do Tratado de Madri para por em prática seu plano de transformação na estrutura da Amazônia Colonial Portuguesa.

Em 1751, chegou a Belém Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, para assumir o cargo em 24 de setembro do mesmo ano, como governador da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, e com obrigações de plenipotenciário das Demarcações e Limites do Tratado de Madri na região norte. Trouxe consigo um projeto de reformulação das cidades da região (MENDONÇA, 2005).

O plano urbanístico proposto para as cidades na Amazônia foi parte integrante do projeto do Marquês de Pombal (1750-1777) em integrar a Região ao território português e dar às cidades da Amazônia feições lusas (MAXWELL, 1996), visando torná-las economicamente rentáveis à Portugal e estruturalmente subordinadas a ele. Ou seja, na base de toda a ação pombalina da Amazônia estava a ideia de um novo “desenho”, que implicava não só a fixação de fronteiras concretamente demarcadas no espaço, como também a transformação do quadro sócio-económico da região, que assim seria “redesenhada” em moldes iluministas.

O processo de reforma urbana da Amazônia implicou numa reorganização de praticamente todas as povoações da região. As ocupações que anteriormente possuíam nomes indígenas ganharam nomes de santos, quando foi implantado o Regimento das Missões, com Pombal foram rebaptizadas com nomes lusos. Na maior parte dos casos foram redesenhadas para que, com uma nova forma racional e clara expressassem os valores ideológicos da Reforma. Na tabela abaixo, informamos os outros nomes anteriores das vilas amazônicas que tiveram denominação portuguesa.

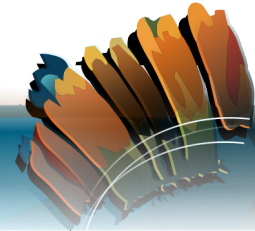


Tabela 1 – Lista de origem dos nomes das cidades amazônicas

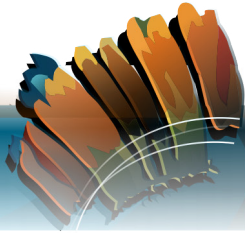
ORIGEM DOS NOMES DE CIDADES AMAZÔNICAS		
Nome Indígena	Nome de Santo	Nome Português
Aldeia dos Tupinambás	Santa Maria de Belém do Grão Pará	Belém
Paru	-	Almeirim
Gurupatuba	São Francisco de Assis	Monte Alegre
1542 - Tupaius ou Tapajós	Fortaleza do Tapajós	Santarém
Arabés - Surubiú	-	Alenquer
Pauxis	Forte de Santo Antônio dos Pauxis	Óbidos
Manaós	Forte de São José da Barra	Manaus

MIRANDA (2005, ISLBCH) baseada em Renata Araújo informa que para a execução do plano foram convocados mais uma vez os homens que já há muito faziam a “escola portuguesa de arquitetura e urbanismo”, a qual Pombal sabiamente fez uso, quer no Reino, quer na colônia.

A intervenção urbanística portuguesa idealizada pelo Marquês de Pombal fez com que as vilas, até então espontâneas, tivessem sua paisagem transformada. Elas passaram a ter traçado urbano, com ruas e praças bem definidas, e os prédios públicos projetados hierarquicamente para abrigar os poderes da época, como a Igreja, a Câmara e a Cadeia.

ARAÚJO (2008) relata que foram nas casas de comércio e nas residências particulares, que as referências da cultura portuguesa se manifestaram mais fortemente. As intervenções do Marquês de Pombal abrangeram todo o território português, incluindo aí, obviamente, todas as suas colônias. Como o Brasil era a principal colônia de Portugal teve seu espaço profundamente marcado pelas ações pombalinas que estavam baseadas em submeter a nobreza ao controle da coroa, fortalecer o comércio português, e evitar a interferência da Igreja em assuntos do reino. Pombal idealizou e executou uma nova forma de administração para as colônias de Portugal, que previa além da ocupação do território, o controle de circulação de embarcações não portuguesas, a fundação de vilas e cidades e a execução do projeto urbanístico. Sendo assim, foi na Amazônia que as marcas do período pombalino se constituíram de forma mais expressiva, o que possibilitou a execução do projeto na sua forma mais original possível.

Para Elis Miranda, o projeto do Marquês de Pombal objetivava, principalmente, consolidar o vale amazônico como território luso e para



isso, não bastava assegurar o domínio territorial da mesma forma que vinha sendo feito há mais de um século. Assim, a fundação de novas vilas e cidades em todo o vale do rio Amazonas, em substituição às missões religiosas dos Jesuítas, a nomeação dessas novas cidades com topônimos portugueses: Almeirim, Monte Alegre, Santarém, Alenquer, Óbidos, além de Belém. Manaus é a excessão dessas cidades já que seu nome voltou às origens indígenas da tribo dos Manaós.

A construção da reforma urbana aos moldes das cidades portuguesas estabeleceu uma feição lusa a todo o Vale Amazônico, impondo, dessa maneira, a cultura lusa em todo o território. A mesorregião do Baixo Amazonas é uma das seis mesorregiões do Estado do Pará. Trata-se de uma planície verdejante quase contínua, formada pela união de quatorze municípios que abriga três microrregiões: Almeirim, Óbidos e Santarém. As características dessas cidades são basicamente as mesmas, cada uma delas fica situada em frente a um rio que pode ser o próprio Amazonas, ou a um de seus afluentes: Trombetas, Nhamundá ou Tapajós (MACHADO, 1990).

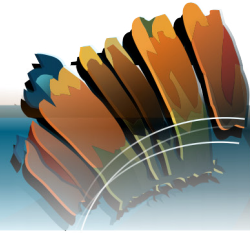
As elevações raramente ultrapassam 300 metros de altitude. Possui uma complexa bacia hidrográfica, traçada por lagos, igapós, paranás e igarapés, tem azantes e enchentes anuais que se alternam de seis em seis meses.

Belém - Pará (1616)

A fundação da cidade de Belém culminou com a grande cruzada das monarquias ibéricas contra a presença estrangeira no litoral norte de Pernambuco. Em 12 de janeiro de 1616, o capitão Francisco Caldeira Castelo Branco, vindo de São Luís do Maranhão fundou a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, em uma aldeia Tupinambá, edificando o Forte do Presépio, marco de sua fundação. Portugal e Espanha plantaram-se à foz do Rio Amazonas e se preparavam para o combate contra os ingleses e holandeses, então donos do vantajoso comércio na calha do Rio Amazonas.

Os exploradores portugueses acreditaram que a estrela de Belém guiara Castelo Branco até chegar a bom porto. Transeamus usque Bethlem, segundo o Evangelho de São Lucas (AZEVEDO, 1901).

Sempre generosos na distribuição de nomes evocativos, os portugueses designaram inicialmente o local de Feliz Lusitânia, para lembrar que a conquista era lusa, embora Portugal e Espanha estivessem unidos pelo mesmo cetro real. A igreja, erguida na fortaleza, ficou sob a invocação de Nossa Senhora da Graça (TOCANTINS, 1976).



O Forte do Presépio, primeiro nome da antiga fortaleza, erguido às margens do Rio Pará, dominava a sua grande bacia, voltado para o estuário do Amazonas com suas águas, ilhas e matas. A localidade alta, de quatro a cinco braças acima do nível comum das terras, adaptava-se bem aos dispositivos de defesa militar. Tinha duas faces para os dois rios, sendo por esse lado escarpada, ligada ao continente por uma estreita faixa de terra, fácil seria isolá-la e defendê-la. O forte erguido era de paliçada, em quadrilátero, feito de taipa de pilão na parte do rio e guarnecido por cestões na parte de terra. Peças de artilharia apontavam para os inimigos eventuais (GARCIA, 2006). Hoje se chama Forte do Castelo.

Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará, a misericórdia da Santa e a grandeza do rio Pará. Parauassú, na linguagem dos Tupinambás, significa “rio grande” abreviado para Rio Pará é o desaguadouro dos rios Moju, Acará e Guamá, formando a Baía de Guajará no ponto em que se ergue a cidade de Belém (TOCANTINS, 1996).

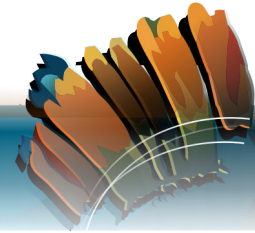
O rio e a floresta para o primitivo habitante da região, como também para o conquistador que queria dominá-la, foram e serão sempre as entidades modelares da cultura amazônica, imprimindo-lhe identidade própria ao longo do seu processo sócio-histórico. E sobre as águas da floresta e em meio à floresta, no correr dos séculos XVII e XVIII, dar-se-ia a ampla e envolvente penetração do conquistador, colono ou missionário, no hinterland amazônico, explorando suas riquezas e modelando a sua fisionomia pluriétnica.

Historicamente, o Forte do Presépio foi o ponto de irradiação de forças civis, militares e eclesiásticas que se lançaram na construção da Belém seiscentista.

Ao longo da primeira metade do século XVII, a cidade ganhou as suas primeiras ruas, saídas, todas, da área dominada pelo Forte e pela Igreja Nossa Senhora da Graça, a primeira erguida na cidade. Também nesse período observaram-se as primeiras edificações civis e eclesiásticas, feitas com materiais simples, predominantemente de taipa e taipa de pilão. Acanhada entre o rio e o igarapé, cercada por grandes massas hídricas e florestais, Belém chegou à primeira metade do século XVII como um núcleo colonial sem maior expressão.

Almeirim – Pará (1685 - 1690)

O município de Almeirim, situado na zona fisiográfica do Baixo Amazonas (IBGE, 2013), é uma das cidades de origem portuguesa no es-



tado do Pará. Localiza-se a uma latitude 01°31'24" sul e a uma longitude 52°34'54" oeste, estando a uma altitude de 65 metros. Possui uma área de 72.960,274 km².

A Aldeia do Paru, "Paru" nome de peixe também chamado de peixe-enxada e peixe-frade, foi originada com os índios descidos do centro, e prosperou quando se uniu à taba dos índios do Rio Uacapari. Mais tarde, os fundamentos do povoado foram lançados pelos frades capuchos de Santo Antônio no mesmo local onde existia a aldeia(MACHADO, 1990).

Manoel da Mota Siqueira, objetivando defender o território, construiu à margem esquerda do Rio Amazonas, no local onde se encontra a Sede Municipal, um forte de pedra e barro, denominado Forte do Paru. Essa construção foi um dos principais fatores do desenvolvimento do povoado Aldeia do Paru.

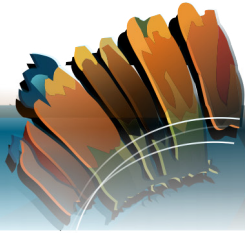
Em 1758, por ato do Governador e Capitão-General, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, adquiriu categoria de Vila, passando a chamar-se Almerim. Entretanto, na época da Independência veio a ser extinta, em virtude da preocupação do Governo da Capitania de alargar os domínios coloniais portugueses, para o Alto Amazonas. Foi elevado à categoria de vila com denominação de Almeirim, em 22 de fevereiro de 1758, sendo desmembrado de Gurupá.

Monte Alegre – Pará (16..)

Inicialmente a aldeia de Gurupatuba, situada à margem do rio do mesmo nome localiza-se a uma latitude 02°00'28" sul e a uma longitude 54°04'09" oeste, estando a uma altitude de 38 metros. Possui uma área de 20066,39 km².

O nome Gurupatuba vem do Tupi güyri-ypy, monte de pedras. Não se sabe com precisão a data da ocupação do núcleo original. Sabe-se que a revista SCIENCE (1996) publicou um artigo de capa com o resultado de uma pesquisa desenvolvida por Anna Roosevelt e sua equipe, na Pedra Pintada e mais 14 sítios arqueológicos, entre 1991 e 1992, na Região de Monte Alegre, na qual revela que o homem americano viveu naquela região há 11.200 anos. As pesquisas avançaram e outras evidências foram recolhidas e estudadas na Serra do Ererê e Paytuna acerca da Tribo da Pedra Pintada, que comprovaram que a tribo viveu em Monte Alegre realmente há 11.200 anos.

Em relatório datado de 1751, do Bacharel João Antônio Diniz da Cruz Pinheiro, que inspecionou as missões da Amazônia, afirmou que àquela localidade foi fundada pelos Capuchos de São José, pertencentes



à mesma ordem Franciscana dos Padres da Piedade, porém, de outra província religiosa. Constituída em 1758 a freguesia de São Francisco de Assis foi elevada à categoria de Vila de Monte Alegre pelo Governador e Capitão-General do Grão Pará, cuja instalação ocorreu no mesmo dia. Segundo expressão de Xavier Fernandes, o topônimo, de origem portuguesa, provavelmente uniu o topônimo tupi que significava monte de pedras, e cunhou a cidade portuguesa de Monte Alegre, formando por encurtamento – Montalegre.

A Vila de Monte Alegre muito se desenvolveu no período colonial, contribuindo, também, com uma olaria que fabricava telhas e tijolos, construída em 1765 pelo Tenente Manoel Lobo de Almada, então Diretor da Vila.

Devido ao bom clima ali existente a comarca de Monte Alegre foi criada em 1873, e, em 1880 a sede do município adquiriu categoria de cidade.

Alenquer – Pará (16..)

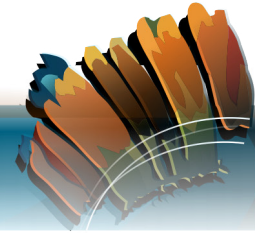
Localiza-se a uma latitude 01°56'30" sul e a uma longitude 54°44'18" oeste, estando a uma altitude de 52 metros. Possui uma área de 22.282 km².

Os registros da formação do povoado que originou o atual município de Alenquer datam da primeira metade do século XVIII, quando a ordem Franciscana dos Padres da Piedade estabeleceu a sede da catequese no Rio Curuá. Ali trabalharam na conversão dos índios nômades Arabés que desciam o rio (MACHADO, 1990). Naquele local, enfrentaram uma série de doenças tropicais que os levaram até o Rio Surubiú, onde permaneceram. O Topônimo Curuá, vem curuá, cipó-imbé. Surubiú, variação de surubi nome de um peixe de rio.

Em 1775, o então governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, subiu o Rio Amazonas dando nomes portugueses as antigas missões religiosas. Assim o Surubiú passou a se chamar Alenquer, e elevando à categoria de Vila através da Carta Régia, de 06 de julho de 1775. Depois disso, por um breve período, a partir de 1833, a Vila de Alenquer passou a ser anexada a Santarém, conquistando sua autonomia definitiva em 23 de julho de 1848. Somente em 10 de julho de 1881 foi elevada a categoria de cidade.

Santarém - Pará (1661)

Santarém é o segundo município mais importante do Estado do Pará. Pertence à Mesorregião do Baixo Amazonas, à microrregião homô-



nima. Situa-se à margem direita do Rio Tapajós na confluência do rios Amazonas e Tapajós. Está localizado à meia distância das principais capitais da Amazônia (Belém e Manaus). Possui uma área de 22.887,080 km², sendo que 77 km² estão em perímetro urbano.

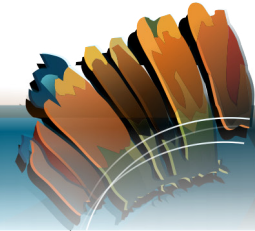
A Primeira referência escrita de que se tem notícia com relação ao contato de brancos civilizados com os índios Tupaius ou Tapajós, foi em 1542, onde se relata que Francisco Orellana saqueou as plantações de roça e milho desses índios (FONSECA, 1996).

Em 1626, o Capitão Português Pedro Teixeira partiu de Belém chegando à taba dos Tupaius com o objetivo de comprar silvícolas prisioneiros de guerra de outras tribos, para depois escravizá-los. No entanto, os Tupaius não aceitavam esse tipo de negócio, cabendo ao Capitão adquirir esteiras e outras curiosidades, além de manter um ótimo relacionamento (REIS, 1966).

Em 1639, Bento Maciel o Sargento-mor da Capitania do Cabo Norte investiu de surpresa sobre a aldeia dos índios Tapajós, dizimando grande número de índios. Os sertanistas, partindo de Belém, Gurupá e Cametá, foram adentrando o oeste do Brasil em viagens ousadas para buscar ouro, caçar índios e coletar drogas do sertão. Portugal havia solicitado atuação dos missionários na Amazônia para catequizar, civilizar e pacificar os índios (REIS, 1966). Os missionários religiosos eram funcionários da Coroa Portuguesa, e recebiam pagamento pelos serviços prestados. Em 1659 chegou à região o Padre Antônio Vieira, o primeiro jesuíta que veio expressamente ao Tapajós. Assim, diversas ordens religiosas vieram para a Amazônia, e coube à Companhia de Jesus as terras que ficassem ao sul do Rio Amazonas, ou seja, aquelas da margem direita. Em 22 de junho de 1661, o Padre João Felipe Bettendorf instalou uma missão na aldeia dos índios Tapajós.

Com o progresso das missões, Francisco da Mota Falcão iniciou, a construção de uma fortaleza, que com a sua morte foi terminada por seu filho, Manoel da Mota Siqueira em 1697. Essa Fortaleza do Tapajós tinha a forma quadrada, com baluartes nos ângulos, numa colina próxima ao Rio Tapajós, para melhor proteção dos ataques de estrangeiros, formando um pequeno povoado (FONSECA, 1966).

Depois de 1757 com a extinção das Missões Religiosas o pequeno povoado encontrava-se em total abandono. A antiga Aldeia dos Tapajós foi elevada à categoria de vila, em 14 de março de 1758, pelo governador da província do Grão Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, rece-



bendo o nome de Santarém, uma homenagem dos portugueses, à cidade lusitana de mesmo nome, em homenagem à Santa Irene de Portugal.

Em 1762, estando em ruínas, a Fortaleza do Tapajós foi reconstruída, passando daí por diversos reparos. Hoje nada mais existe.

A partir de 1819, diversas expedições científicas visitaram a Vila de Santarém entre eles a dos cientistas europeus Carlos Frederico Von Martius e Johann Baptist Von Spix,

Somente em 24 de outubro de 1848 a Vila de Santarém foi elevada à categoria de Cidade pela Lei nº 145.

Óbidos – Pará

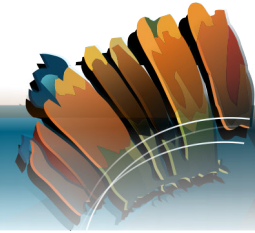
A antiga Aldeia dos Pauxis fica localizada na margem esquerda do Rio Amazonas, distante 1.100 quilômetros de Belém por via fluvial, em um trecho onde as margens do rio tornam-se mais estreitas e o seu canal mais profundo, formando, como se diz na região, a “garganta do rio Amazonas”, ou a “fivela do rio”, como preferem outros. Nesse ponto a largura do rio é de cerca de 1.890 metros em seu leito normal. Localiza-se na mesorregião do Baixo Amazonas.

O valor da posição estratégica da Aldeia dos Pauxis foi determinado desde a expedição do Capitão-mor da Capitania do Grão-Pará e Cabo, Pedro Teixeira (1637-1639):

“O maior estreito, onde este rio recolhe [as] suas águas, é de pouco mais de um quarto de légua, na altura de 2º 40’, lugar que, sem dúvida, destinou a Divina Providência, estreitando ali este dilatado mar doce, para que ali se construísse uma fortaleza para impedir a passagem a qualquer armada inimiga, por maiores forças que traga, entrando pela principal boca deste grande rio, porquanto, entrando pelo rio Negro, ali deveria ser posta a defesa.” (ACUÑA, 1865)

Em 1697 por determinação do Governador e Capitão-general do Estado do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1685-1690), foi erguido no local da aldeia o Forte de Santo Antônio dos Pauxis de Óbidos. Ele foi um dos quatro fortes (Forte do Paru de Almeirim, Forte de São José da Barra do Rio Negro, e Forte dos Tapajós de Santarém) erguidos pelo maranhense Capitão Francisco da Mota Falcão às próprias expensas nos sítios que lhe fossem indicados, em troca da mercê do governo vitalício de uma delas. Com a morte do Capitão Francisco da Mota Falcão, as obras foram concluídas por seu filho Manoel da Mota Sequeira em 1698 (BARRETTO, 1958, p.47).

O forte foi construído em taipa de pilão, artilhado com quatro peças de pequeno calibre e guarnecido por um destacamento. Posteriormente foi denominado Presídio dos Pauxis, nome da nação indígena que ha-



bitava a área, descida pelos frades franciscanos da Piedade juntamente com indígenas do rio Trombetas para a sua construção, e para esse fim ali agora aldeados (aldeia dos Pauxis, ou Aldeinha).

Em 1749, sob o comando do Capitão Balthazar Luiz Carneiro, o forte precisava de reparos urgentes. Na ausência de recursos do Governo, o Capitão Ricardo Antônio da Silva Leitão, comandante da praça, procedeu-lhe reparos, louvados pelo governador e Capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado àquele oficial por Ofício de 9 de março de 1753. Naquele momento, a praça contava apenas com três canhões, sete balas de artilharia, 2 arrobas e 18 libras de pólvora, 20 libras de chumbo, 46 libras de balas de mosquetaria, cinco baionetas, reduzindo-se o efetivo ao capitão comandante, um tenente, um sargento ajudante e seis praças (BARRETO, 1958).

Em 25 de março de 1758 a aldeia dos Pauxis foi elevada à categoria de Vila com o nome de Óbidos, e o forte passou a se chamar Forte de Óbidos. Além de defesa estratégica, essa estrutura funcionou como um Registro, atendendo à fiscalização para cobrança dos dízimos da Coroa Real, das embarcações que percorriam o grande rio, de ou para as Capitania de Mato Grosso ou Capitania de São José do Rio Negro.

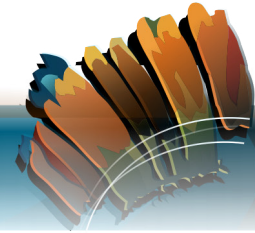
O município de Óbidos tem hoje 26.826 km², segundo o IBGE, 2011.

Manaus – Amazonas

Em 1668, o general Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, primeiro Governador do Maranhão e Grão-Pará, determinou que o capitão Francisco da Mota Falcão erguesse um posto avançado e fortificado, capaz de controlar a circulação de embarcações holandesas ou espanholas junto aos rios Negro, Solimões e Amazonas.

A região onde os portugueses o implantaram correspondeu ao local da antiga Aldeia dos Manaós, e também um dos antigos acampamentos de tropas de resgate, e foi escolhido em função de suas características estratégicas militares: um grande platô de desenho triangular, vastamente irrigado, localizado à margem esquerda do Rio Negro, próximo à confluência com o Rio Solimões (COSTA, 2013).

Em sentido estritamente didático, é possível afirmar que o cateto menor desse triângulo irregular corresponde à linha ribeirinha que se desenvolve da foz do Rio Tarumã-Açu (a oeste) até a curva do Rio Negro (na porção sul); que o cateto mediano desenvolve-se da curva citada à foz do braço do Rio Puraquequara (a leste), já acompanhando o Rio



Amazonas, após o chamado “encontro das águas” dos rios Negro e Solimões; e que o cateto maior corresponde à linha interiorana que une as duas fozes. Desta vasta gleba de terra – hoje praticamente toda ocupada pela cidade de Manaus – uma fração menor foi escolhida para a construção de uma fortificação: um sítio localizado junto ao cateto menor, todo banhado pelo Rio Negro, desta vez delimitado pelos igarapés de São Raimundo e dos Estudantes. Segundo o geógrafo Aziz Nacib Ab’Sáber (AB’SABER, 2004) o sítio onde foi implantado o forte “possui uma situação absolutamente privilegiada em face das extensões amazônicas e do gigantesco quadro de drenagem da bacia hidrográfica regional”.

A Fortaleza de São José da Barra, ou Forte da Barra de São José do Rio Negro, ou Forte de São José, ou Casa Forte, foi erguida – provavelmente em 1669 – em lugar adequado, resguardando o Rio Negro das incursões consideradas inimigas. Era uma porção ribeirinha de um sistema de colinas tabuliformes, à altura de 44,99 metros sobre o nível do mar, aos 003o 8’ 7” de latitude Sul e 060o 61’ 34” de longitude Oeste de Greenwich.

A autoria do projeto (ou do desenho) do Forte da Barra é atribuída ao próprio capitão Francisco da Mota Falcão, ajudado pelo filho Manuel da Mota Siqueira que, segundo o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, era “grande sabedor de assuntos militares” (MONTEIRO, 1994). Uma fortaleza de forma quadrangular foi erguida em taipa de pilão, sem fosso. Em torno dessa construção se agrupavam índios Manáos, Barés, Banibás, Passés, Aroaquis, Juris e de outras tribos; não tardou e começou a se desenvolver o povoado que deu origem à atual cidade de Manaus.

A expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira nos relata que, em 1774 a guarnição ordinária do forte era composta de cem praças e de uma companhia de infantaria auxiliar com o mesmo efetivo.

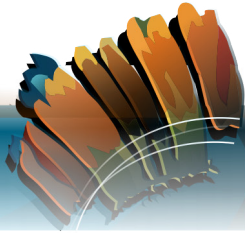
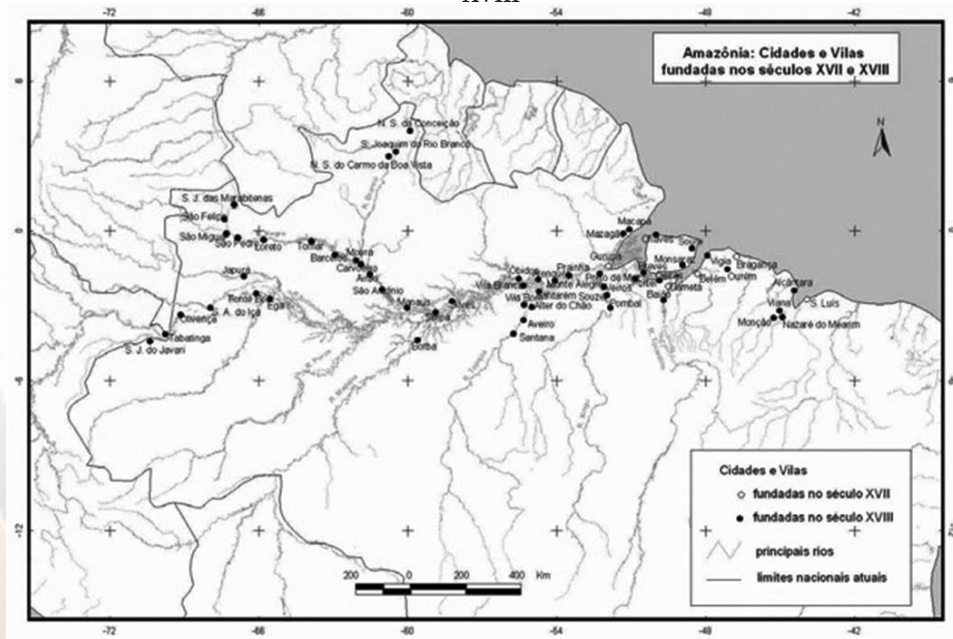
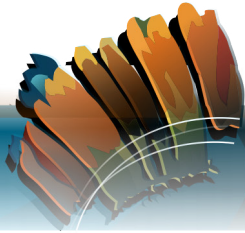


Figura 4 – Mapa de Vilas e Cidades da Amazônia fundadas nos séculos XVII e XVIII



Fonte: ARAÚJO, Renata Malcher de. As cidades da Amazônia no século XVIII, Porto. FAUP, 1992.



CONCLUSÃO

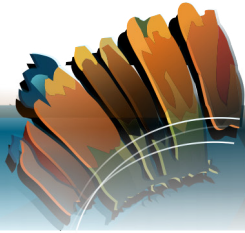
Os estudos empreendidos no Baixo Amazonas revelam que há pelo menos dois sítios arqueológicos que se destacam, já comprovados cientificamente, em Cidade dos Deuses (Alenquer) e o conjunto de cavernas nas Serras do Ererê e Paytuna em Monte Alegre. As pesquisas arqueológicas revelam que o homem americano viveu há 11.200 anos nas cavernas das serras do do Ererê e Paytuna.

A bibliografia consultada concentrou-se na ocupação das cidades da Região do Baixo Amazonas: Belém - Pará (1616), Almeirim - Pará (1685 - 1690), Monte Alegre (16..), Alenquer (16..), Santarém - Pará (1661), Óbidos - Pará (1697), e Manaus - Amazonas (1669) indicam que a definição de uma estratégia portuguesa de ocupação territorial, econômica e política da Amazônia brasileira ocorreu a partir de 1615.

A entrada na região deu-se de leste para oeste, pela calha do Rio Amazonas, e de sul em direção ao norte e ao noroeste, partindo de São Paulo, já em fins do século XVII.

Depois da viagem de Pedro Teixeira em 1637 o espaço amazônico foi sendo desvendado e integrado econômica e politicamente à Portugal numa estratégia que foi: fortificar as terras já ocupadas por seus primitivos habitantes; explorar matérias-primas e drogas do sertão economicamente rentáveis a Portugal; controlar o índio para apossar-se de suas terras, sua força de trabalho, e da procriação da mulher índia. A espinha dorsal da ocupação portuguesa na Amazônia foi o indígena: seu braço, seu cérebro e o ventre da mulher índia. O índio amazônico foi a ponta-de-lança que garantiu a Portugal na época do Tratado de Madri (1750), o maior território possível na Amazônia, e o instrumento para a implementação do plano geopolítico da Coroa Portuguesa em seus enfrentamentos com outros colonizadores europeus.

O imperativo de demarcar os limites setentrionais da colônia levaram Portugal a construir fortalezas militares em locais estratégicos, já anteriormente ocupados pelas missões, na calha do Rio Amazonas, que deu origem, às cidades amazônicas de mesmo nome luso, entre 1612 e 1802.



BIBLIOGRAFIA

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Amazônia do discurso à práxis*. São Paulo: EDUSP, 2004.

ACUÑA, Cristóvão d'. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. 1641. RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XXVIII, Vol. XXX, Parte I, 2º Trim/1865.

ADONIAS, Isa. *A cartografia da região amazônica – Catálogo descritivo (1500-1961)*. Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Rio de Janeiro, 1963. 1º Volume, p.499.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará*. Lisboa: 1901.
BARRETO, Aníbal (Cel.). *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

CARVAJAL, Frei Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo capitão Francisco de Orellana*. São Paulo: Scritta, 1992.

CINTRA, JP, In: *Região amazônica: perspectivas de uma cartografia comparada*, 1º SLBCH, Paraty-RJ, 2011.

COSTA, Graciete Guerra da. *MANAUS: Um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2013.

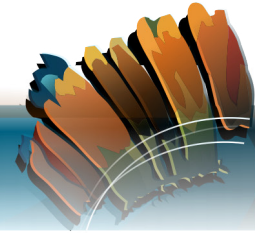
FONSECA, Wilde Dias da. *Santarém: Momentos Históricos*, 1996.

GARCIA, Etelvina. *Amazonas, notícias da História: período colonial*. 2ª ed. rev. Manaus: Norma Ed., 2006.

MACHADO, José de Paula. *Tapajós: o baixo amazonas*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

MARTIUS, Carl Friedrich e Spix, Johan Baptist Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1975, Tomo 3.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.



MENDONÇA, Marcos Carneiro de. ***A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de mendonça Furtado: 1751-1759.*** 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

MIRANDA, Elis. ***Cametá: marcas da presença portuguesa na Amazônia.*** In: I Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro, 2005.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. Fundação de Manaus. ***Manaus: Metro Cúbico, 1994.*** pp.16-19.

OLIVEIRA, José Lopes de (Cel.). “Fortificações da Amazônia”. in: ROQUE, Carlos (org.). ***Grande Enciclopédia da Amazônia (6 v.)***. Belém do Pará, Amazônia Editora Ltda, 1968.

PONTES FILHO, Raimundo P. ***Estudos de História do Amazonas. Manaus: Valer, 2000.***

PROCÓPIO, Argemiro. ***Subdesenvolvimento Sustentável.*** Curitiba: Juruá, 2008.

REIS, Arthur César Ferreira. ***A Amazônia e a cobiça internacional.*** 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. (Coleção Retratos do Brasil; v.161)

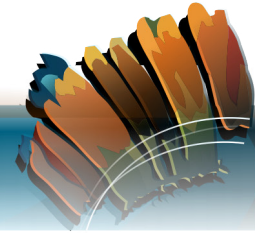
REIS, Arthur César Ferreira. ***A Amazônia e a integridade do Brasil.*** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

REIS, Arthur César Ferreira. ***Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia.*** Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

REIS, Arthur César Ferreira. ***História do Amazonas.*** Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. – (Coleção reconquista do Brasil. 2ª série; v. 145)

RIBEIRO, Berta G. ***Amazônia urgente: 5 séculos de história e ecologia.*** Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1990.

Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império / Organização Antonio Gilberto Costa – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.



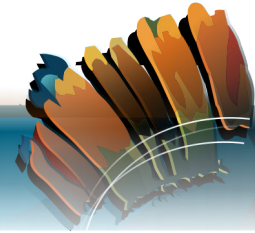
SAMPAIO, Ribeiro de. 1825 - ***Diário da viagem que em visitaçõ e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro, fez o ouvidor e intendente-geral da mesma, nos anos 1774 e 1775***. Lisboa: Typ. da Academia. In: MONTEIRO, Mário Ypiranga. Fundação de Manaus. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994.

SCIENCE. 19 de abril de 1996. Vol. 272. Pages 321-452.

SOUSA, Augusto Fausto de. ***Fortificações no Brazil***. RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140.

TIME-LIFE Books B.V. ***A AMAZÔNIA: As Regiões Selvagens do Mundo***. Time-Life Books (Nederland) B.V, 1981.

TOCANTINS Leandro. ***Santa Maria de Belém do Grão Pará***. Rio de Janeiro: 2ª Edição. Editora Civilização Brasileira, 1976.



HOMENS E MULHERES DE BARRO: FIGURAÇÕES ANTROPOMORFAS DE GÊNERO NA AMAZÔNIA PRÉ-COLONIAL

*Brena Caroline Barros de Souza Miranda*²

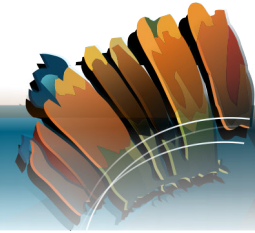
“Hacer una figurina antropomorfa es encajar la humanidad en una forma y apariencia preferidas” (Bailey, 1996)

RESUMO

O presente artigo objetiva descrever sinteticamente as discussões a respeito do antropomorfismo e as relações de gênero e poder na cerâmica indígena amazônica a partir das teorias do corpo em arqueologia.

Palavras-chave: Estatuetas; antropomorfismo; gênero; Amazônia.

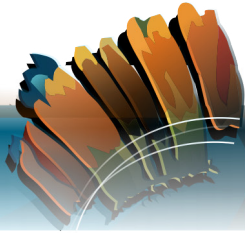
2 Bacharelada em Arqueologia - Universidade Federal de Rondônia



RESUMEN

El presente artículo objetiva describir sintéticamente las discusiones con respecto al antropomorfismo y las relaciones de género y poder en la cerámica indígena amazónica a través de las teorías del cuerpo en arqueología.

Palabras-clave: Estatuetas; antropomorfismo; género; Amazonia.



INTRODUÇÃO

O surgimento da cerâmica foi um passo tecnológico essencial na história da humanidade. Da argila dos barreiros, mãos obedientes a códigos culturais específicos trabalharam ao longo dos milênios formas utilitárias com múltiplas representações estéticas cada qual possuidora de uma rica linguagem simbólica. E em meio aos mais variados tipos de expressões em cerâmica se encontram modelados corpos femininos, masculinos e assexuados que manifestam através de seus traços sólidos, um emaranhado de universos cosmológicos, noções sociopolíticas e identidades de gênero.

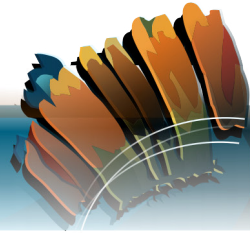
Cronologicamente situadas no Paleolítico Superior europeu, as mais famosas reproduções portáteis do corpo humano foram chamadas de Vênus do Paleolítico e consistem em figuras femininas de formas voluptuosas trabalhadas em matérias-primas diversificadas cujas medidas oscilam entre 4 e 25cm (Sanchidrián apud Villalonga, 2009).

O termo Vênus atribuído a estes artefatos está imbricado na noção ainda vigente de que as características ressaltadas nos artefatos constituíam um ideal de beleza entre os grupos produtores (Gamble apud Villalonga, 2009). Os seios fartos, as pernas roliças, os pés diminutos, o órgão sexual marcado e a ausência de braços e rosto são os atributos estéticos principais dessas representações, subdivididas por Henri Delporte (1982) em 5 variantes regionais: Renano-danubiana; Russa; Pirineu-aquitana e Siberiana.

A partir do século XIX em face da abundância de achados de morfologia semelhante em uma grande extensão geográfica, os arqueólogos tentaram buscar alguma explicação generalizante ao fenômeno que até então se compreendia ser de escala mundial. A ideia de que as imagens seriam objetos ritualísticos associadas ao culto a uma deusa-mãe pan europeia obteve ampla aceitação entre os estudiosos do início do século (Schaan, 2011).

Entretanto, de acordo com Antczak e Antczak (in Villalonga, 2009), os arqueólogos europeus “han estudiado las figurinas desde la perspectiva etic sin intentos de penetrar las capas profundas del significado y función a partir de la información contextual”.

Ainda segundo Antczak e Antczak, as explanações generalistas que se fizeram a partir destas peças geraram modelos transculturais que conformaram em uma única chave interpretativa os mais distintos contextos espaciais, temporais, políticos e históricos.



E as interpretações realizadas foram numerosas. As estatuetas foram enxergadas desde símbolos de fertilidade e representações de ancestrais a deusas imemoriais, Interpretações essas que oscilavam entre diferentes momentos de produção de conhecimento e percepções de realidade.

Flinders Petrie considerou as imagens do Egito pré-dinástico como objetos lúdicos. Peter Ucko por sua vez, propôs a hipótese universalista de que tais peças se tratavam de concubinas para os mortos. Rice (1982; in Villalonga, 2009: 33) apostou nas representações de feminilidade para o Paleolítico Superior eurásico, ao passo que Bahn e Verhut ao se defrontarem com as mesmas figuras chegaram a conclusão de que seriam objetos eróticos. Jean-Marie Desprez avaliou que as peças antropomorfas faziam parte de uma “arte de las cavernas” visão esta compartilhada também por André Leroi-Gourhan. Goodison e Morris (1998; op.cit.) questionaram o caráter de todas as proposições, chamando atenção para a necessidade de uma exaustiva análise contextual que não desviasse o foco dos referenciais espaciais e temporais a fim de serem travadas inferências de maior respaldo às interpretações. Ainda no ritmo de Goodison e Morris e dentro do viés de gênero, Marcia-Anne Dobres argumentou contra as tentativas de “naturalizar los intereses heterosexuales específicos de la sociedad industrial occidental para imponerlos a objetos que tienen una antigüedad de 30.000 años”.

O Novo Mundo também produziu uma quantidade significativa de figuras antropomorfas estando, a priori, as datações mais recuadas localizadas na região dos Andes e na Mesomérica. Donald Lathrap obteve a mais antiga datação relacionada a esses exemplares da arte móvel junto à fase Valdívia, cerca de 2900 AC (Antczak e Antczak apud Villalonga, 2009: 35).

Matthew Looper (2003) em uma análise contextual, inter-relaciona a posição corporal dos ícones tairona com as formas da arquitetura cerimonial de Pueblito na Colômbia e o movimento dos astros, sobretudo do sol, aludindo à uma possível conjunção carnal simbólica do astro rei com as imagens antropomorfas dentro de espaços cerimoniais.

José Alcina (1962) tendo em vista as estatuetas femininas sentadas com pernas abertas, sugeriu que essas características pressupunham “*por una parte, su función sexual y erótica, y por otra, su función de gestación y maternidad*”.

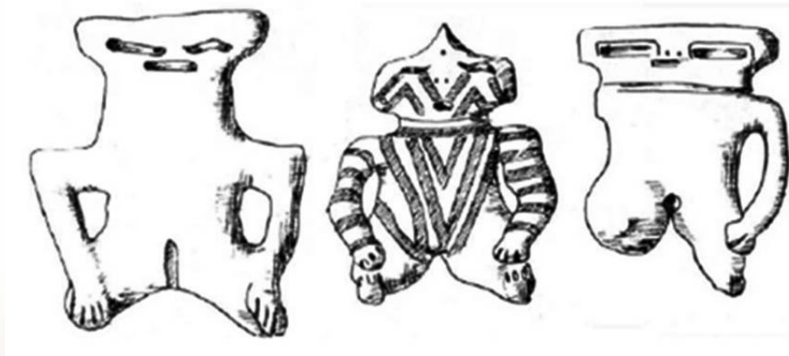
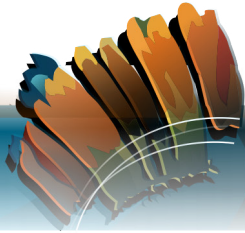


Figura 1 - Ex. de estatuetas antropomorfas de pernas abertas.
Fonte: Monografia de C. Villalonga.

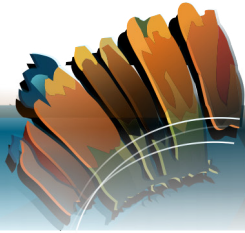
No altiplano andino, Adriana Von Hagen interpretou as cabeças esculpidas em cerâmica como retratos. Segundo ela:

(...) son tan notables y tan individuales que propiamente se puede llamar retratos. Hay cabezas con rostros pintados y tocados; hay ancianos con rostros tatuados (...) tantas otras tan individuales que nos hacen llegar a la conclusión de que estaban concebidas como retratos de personajes de toda índole y condición” (Von Hagen 1976: 89 in Villalonga, 2009: 59)

Deste modo a autora concebe as figuras antropomorfas como retratos do cotidiano e dos tipos humanos mochicas. O capuchinho Miguel Ángel Cabodevilla traz a mesma concepção para as figuras antropomorfas nas urnas da fase Napo, do Equador. Valendo-se de uma abordagem etnoarqueológica, afirma que devido ao fato de que nas cosmologias das populações ocupantes do rio Napo os ossos e não a carne serem considerados “recipientes del espíritu de la vida” (Cabodevilla, 1998 apud Villalonga, 2009:38), nos enterros secundários as urnas eram tidas como uma nova pele e por isso eram pintadas e adornadas de modo a aproximar-se da representação de corpos individuais. Tais cuidados dispensados ao recipiente mortuário produziam, segundo este autor “retratos humanos de hombres y mujeres concretos”.

Essa mesma visão de reprodução realística é compartilhada por Saint-Periér (apud Cohen 2000: 22) que também se utiliza de analogia etnográfica ao descrever pela primeira vez a Vênus de Lespugne descoberta em 1922 na gruta de Rideaux, França:

La tête malgré sa stylisation est incontestablement petite. Le sommet du crâne et le menton se terminent en pointe, comme chez les Bushmen. Les cheveux indiqués par des traits parallèles assez distants les



uns des autres, sont comparables aux cheveux de femmes des populations modernes, qui sont insérés en touffes sépararées. Il est ainsi des Hottentouts et des Thongos. (...) Les seins rappelles ceux de certaines races africaines, surtout les Boshimans, les proportions des membres inférieurs accusent la même ressemblance.

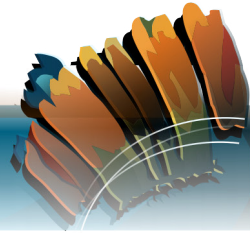
O autor conclui seu estudo associando características anatômicas das estatuetas aos Bosquímanos, então considerados os mais primitivos dentre as populações atuais.

Outras pesquisas no campo da etnologia trouxeram interessantes contribuições para a discussão. Reichel-Dolmadoff (1961 apud Schaan, 2011) observou que entre os índios Cuna e Chocó na costa da Colômbia, os xamãs costumavam esculpir pequenos e diversificados tipos de estatuetas antropomorfas em madeira para serem usadas em rituais de cura. As imagens eram perfiladas junto ao doente e algumas vezes o xamã o tocava com elas. Sagradas, as estatuetas eram tidas como personificações de espíritos auxiliaadores do processo de cura e tão logo terminava-se o ritual eram logo descartadas (Schaan, 2011:16). Reichel-Dolmadoff ainda discute a importância da analogia etnográfica na interpretação do registro arqueológico. A oquidão de algumas estatuetas poderia sugerir o seu utilizo como chocalho, como alguns dos exemplares Cuna e Chocó. De modo idêntico ao realizado por Goodison e Morris no continente europeu, o autor critica a hipótese dos ícones de fertilidade, pois enxerga haver nessas proposições a projeção de conceitos contemporâneos às sociedades do passado (Schaan, 2011:17).

Segundo Roosevelt (apud Schaan, 2011:17) as mulheres teriam gozado de grande prestígio no seio de sociedades agricultoras já que teriam exercido um papel significativo no cultivo da terra. Para a autora, as mulheres possuíam um status privilegiado e provavelmente uma genealogia matrilinear lhes teria dado o suporte social necessário para a manutenção de suas posições. Porém, como acrescenta Schaan (op. cit), esse enfoque “*promove uma visão essencialista da mulher em sociedades agricultoras que não leva em conta as diferenças em termos de posse ou bens materiais, idade e etnicidade*”

Schaan também argumenta que em sociedades hierárquicas, algumas mulheres podem ocupar posições estratégicas de poder, mas apenas se fizerem parte de uma linhagem de chefia. E isso não implica no fortalecimento das mulheres enquanto categoria e tampouco que haja um sustentáculo matrilinear.

No entanto, para Roosevelt, em um contexto bélico o poder feminino seria alavancado pelo controle da reprodução. As estatuetas antro-



pomorfas seriam representativas de uma “ideologia populacionista” e estariam ligadas a um culto doméstico à sexualidade e a gravidez. Tais hipóteses são desestruturadas, contudo, pela analogia etnográfica que revela os inúmeros métodos contraceptivos utilizados pelos índios amazônicos bem como as práticas do aborto e do infanticídio.

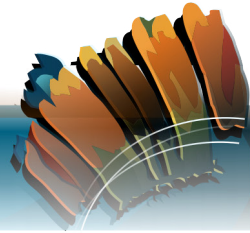
As discussões acima apresentadas expõem um quadro elementar do histórico de estudos e das abordagens empregadas na investigação de estatuetas antropomorfas. A seguir, discorreremos de modo um pouco mais amplo sobre as concepções de gênero, principalmente nas que concernem ao tecido social amazônico, até concluirmos em uma exposição mais abrangente, porém sintética, sobre a produção cultural antropomórfica nas terras baixas sul-americanas, em especial da região Amazônica e as propostas interpretativas realizadas até então a partir da abordagem de gênero em arqueologia.

O CORPO NA ARQUEOLOGIA E AS CONCEPÇÕES DE GÊNERO NA AMAZÔNIA

Contrapondo ao empirismo hegemônico do Processualismo, surge na arqueologia um posicionamento crítico em relação ao engessamento epistemológico em voga e que trouxe uma bagagem de novas propostas interpretativas. O Pós-Processualismo emergente abriu trilha para vários tipos de enfoques que bebiam, por sua vez, de vertentes multidisciplinares.

E em meio a essa gama de novas matrizes de interpretação, nasce a Arqueologia do Corpo, “*influenciada por la fenomenología, teorías feministas y los trabajos de Foucault*” (Joyce apud Villalonga, 2012: 3). Considera-se a aplicação de modelos afins ao Pós-Estruturalismo factível a uma aproximação objetiva dos níveis mais profundos da subjetividade humana, partindo do pressuposto de que a estrutura que rege uma determinada cultura mantém uma estreita ligação com a produção material que dela proceda (Moragón, 2010); (Romero, 2009). O primeiro interessado pela análise da pessoa, da identidade individual e do sentido do próprio corpo foi Marcel Mauss (1872-1950). A partir de seu trabalho e do desenvolvimento das “*techniques du corps*”, nada do relacionado com o corpo pode voltar a ser entendido como “natural” ou inato, e sim social e culturalmente aprendido em um contexto histórico determinado (Mauss apud Moragón, 2010: 475).

Passada uma primeira etapa de desenvolvimento nas mãos de autores como Lucien Lebre (1878-1956), Marc Bloch (1886-1944) ou Lévi-Strauss (1908-2009), a ideia de corpo começou a se fazer mais complexa: terminou por converter-se em um acúmulo inesgotável de



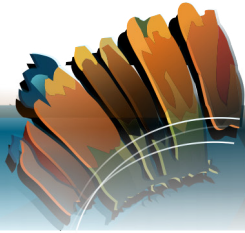
metáforas sociais prontas para o consumo de sociólogos e antropólogos (Moragón, op. cit). Mary Douglas estabelece uma relação recíproca entre o corpo físico (biológico) e o corpo social (a sociedade) contra o construcionismo da sociologia clássica para com o corpo. Neste caso, o segundo formaria parte do primeiro como parte constituinte dentro de uma estrutura maior, do mesmo modo que o corpo físico reagiria por sua vez produzindo regras e normas sociais que o determinam (Moragón, 2010: 477)

A arqueologia seguiu rigorosamente muitos dos argumentos sociológicos e antropológicos. Segundo Lucía Moragón, a partir dos trabalhos de Thomas Csordas é fácil sintetizar toda uma “historiografia corporal” através de duas aproximações fundamentais: uma que parte da concepção puramente textual e semiótica do corpo (a partir de fora) na sociedade e portanto identificável como um “objeto” que reproduz os princípios que estruturam o âmbito social, cultural e político por meio da prática; e outra que, baseada em princípios da fenomenologia e da hermenêutica, trata de entender o corpo como uma entidade em si mesma (a partir de dentro) como um “terceiro termo” entre sujeito e objeto, consciente de sua própria corporeidade (Ahmed; Crossley *apud* Moragón, 2010: 478).

Ainda segundo Moragón, a crise do positivismo mostrou que no estudo das Ciências Humanas não cabem juízos explicativos e sim a interpretação; com a carga de relatividade que isso porta é necessário limitar a prática hermenêutica na medida do possível para que o resultado não seja o barulho de múltiplas vozes, cada qual com as suas próprias inferências subjetivas. Um primeiro passo para frear essa tendência está primeiramente em estar consciente “*del horizonte espacial-temporal-subjetivo*” no qual a Arqueologia se move e com que limites o pesquisador se deparará durante a interpretação.

As reflexões no âmbito da arqueologia do corpo partem de três classes de evidências materiais: restos físicos humanos, arquitetura, paisagens e imagens figurativas antropomorfas (Villalonga, 2005) por isso se deve ter em conta que a experiência corporal se constitui de diferentes tipos de experiência, como aponta Meskell (*apud* Moragón, 2008). Em função de como se entenda o dito corpo, se levarão a cabo toda uma série de representações coerentes com o universo de crenças e atitudes de cada comunidade (Moragón, 2008).

E essas representações de corpos masculinos, femininos e assexuados que são também encontradas em grande profusão na Amazônia dialogam largamente sobre seus papéis sociais e suas identidades de gênero.



Margarita Díaz-Andreu (2005:13) define identidade de gênero como o reconhecimento do próprio indivíduo e o reconhecimento que os outros fazem dele ou dela a partir de uma ou várias categorias de gênero específicas sobre a base da diferença sexual *socialmente percebida*.³

Agora, a respeito da dinâmica das relações de gênero entre os povos amazônicos, é importante levar em conta que a reprodução paralela ocupa um espaço importante em seu pensamento e sua prática, nos lembra Belaunde (2005). De um ponto de vista, mulheres e homens desempenham atividades paralelas e reproduzem-se a si mesmos. De outro, homens e mulheres são um só e se reproduzem cruzando-se e contribuindo cada qual com suas habilidades para uma vida comum.

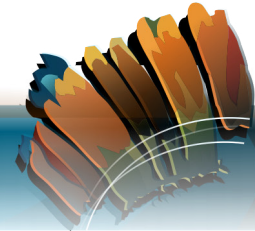
Cada persona construye significados y toma sus propias decisiones a partir de referencias culturales, en la medida en que es un sujeto en un mundo intersubjetivo y vivencial, en el que ser mujer y ser hombre son pautas de acción, de identidad y de alteridad, tanto en el ámbito personal como en el colectivo (Belaunde, 2005:18).

De acordo com essa autora, as duas concepções de gênero, cruzada e paralela, fazem parte do tecido social amazônico, segundo o contexto e o momento do ciclo de vida da pessoa; uma passa a ser plano de fundo, enquanto a outra toma o centro de maneira dinâmica, pelo qual é possível, continua Belaunde, fazer uma leitura das relações de homens e mulheres intermescladas.

Muitas etnografias, segundo ela, mostram que os procedimentos econômicos, políticos e rituais nos quais homens e mulheres se diferenciam e se entrecruzam de modo complementar, podem ser complexos e flexíveis, enfatizando o companheirismo e a semelhança por cima das diferenciações de gênero e fazendo da relação do casal, uma engrenagem dinâmica (a este princípio de complementaridade, a autora evoca a relação de irmãos de sexo oposto, que quando crianças travam relações de reciprocidade laboral como se fossem um casal).

Belaunde cita o estudo de Joanna Overing entre os Piaroa do Orinoco venezuelano, que constatou a presença de profundos laços de generosidade e sociabilidade entre meninos e meninas. Para este povo, ambos os gêneros incorporam em seus corpos poderes e conhecimentos divinos por meio de “lições de magia” (*maripa teau*) a fim de desenvol-

³ A este respeito a autora afirma que esta identidade tida por *socialmente percebida* está, *por necessidade, cultural e historicamente determinada*. Não há um significado universal para “homem” e “mulher”.



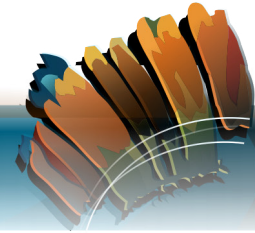
verem suas próprias capacidades de pensamento e se tornarem trabalhadores hábeis. Concebe-se que no processo de construção da pessoa através da criação, os poderes exógenos dos deuses, que são venenosos, são absorvidos moderadamente. O grande acúmulo destes poderes ou conhecimentos é fatal pois induz ao descontrole e ao envenenamento pela loucura e gera a destruição do entorno.

Belaunde (2005:31) continua a descrição expondo que para Overing um dos principais desafios é compreender o pensamento amazônico sobre “o que é ser igual e diferente” uma questão que não se limita as relações de gênero e que se estende a todos os âmbitos, sustentando uma concepção do princípio de reciprocidade de intercambio entre casais em termos de “una relación tanto de igualdad como de diferencia” (Overing *apud* Belaunde, 2005:31). Para os Piaroa, como vimos, para se produzir seres humanos é necessário incorporar controladamente os poderes exógenos e venenosos dos deuses e gerar a diferença entre homens e mulheres, sem que isso signifique que um seja superior ao outro. A alteridade dos gêneros é necessária para produzir a igualdade de maneira processual. Overing sugere que subjacente a diversidade de grupos culturais, existe um princípio metafísico comum ao pensamento amazônico: “*El universo existe, la vida existe, la sociedad existe solamente mientras haya contacto y mezcla adecuada entre cosas que son diferentes entre sí*” (Overing [Kaplan] *apud* Belaunde, 2005: 32)

Entre os Kashinawá, Cecilia McCallum (*apud* Belaunde 2005: 37) coloca que não há um corpo pré-existente ao gênero. Pelo contrário, “o gênero é conhecimento feito corpo”. O gênero é “agência”, um conceito que se refere às capacidades de ação que constituem a pessoa inscrita, feita e atuante em um mundo de interações, de produção, depredação, intercâmbio e consumo.

Las relaciones de género ponen en movimiento El proceso de producción de los conocimientos hechos cuerpo. La dualidad cartesiana cuerpo/mente de la filosofía moderna occidental no pertenece al pensamiento amazónico: las sustancias, los pensamientos, los afectos, los deseos, los espíritus y los productos del trabajo se interconstituyen (Belaunde 2005: 38).

A concepção essencialista sugere que biologicamente homens e mulheres nascem prontos para desempenharem funções sociais pré-estabelecidas por classificação de gênero. A concepção relacional, no entanto, sustenta que o ser mulher ou ser homem advém de processos de interação social. O que poderia encaminhar para uma interpretação essencialista e binária homem/mulher se termos em vista que repro-



dução paralela é tão importante no tecido social amazônico. *Porém isso está incorreto, já que a ideia de um corpo biológico, físico, pré-existente a sua fabricação social e cultural é alheia à corporalidade amazônica* (Be-launde, op.cit.)

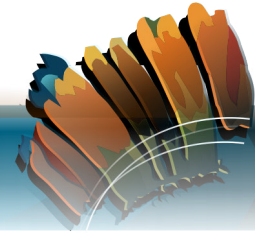
Feita essa introdução aos estudos de gênero na Amazônia, passemos a um levantamento mais abrangente dos corpos de barro em contextos arqueológicos nas terras baixas sul americanas, dando especial atenção às peças oriundas da região amazônica e seus respectivos róis interpretativos.

ESTATUETAS EM SEUS CONTEXTOS

Stahl (*apud* Villalonga, 2012a) associa a figuração antropomorfa antiga de Valdívia como objetos rituais associados a momentos de transe e comunicação com além por parte dos Xamãs através do uso de alucinógenos. Mediante analogias etnográficas, associa as peças decapitadas ou desmembradas, como refugio de atos cerimoniais onde a figura servia de repositório do espírito ou dos espíritos que o Xamã atraía do além e uma vez terminada a prática cerimonial, a peça era quebrada já que perdia a sua utilidade. Discute ainda que podem ter servido como elementos de cura ou como uma expressão artística produto de alucinações causadas por substâncias consumidas. A visão de Stahl generaliza esta ideia da relação *figura-alucinógeno-curativo-Xamã* (Villalonga, op. cit.) não só para a fase inicial de Valdívia como para englobar a América do Sul.

Mariella García Caputi realiza uma exaustiva classificação das figuras antropomorfas, tanto líticas como cerâmicas, do sítio Real Alto em Valdívia com a finalidade de verificar se há uma correlação entre as mudanças estéticas das peças e as mudanças na organização social na zona. A partir deste trabalho, propõe que ditas mudanças na estética estão relacionadas a uma progressiva mudança na organização social. Também, que as figuras eram de manufatura doméstica. Por último, devido ao fato de que muitas se encontram descartadas em áreas de rejeitos, a autora propõe que pudessem ser parte de rituais de cura.

Denise Schaan analisando a iconografia de urnas Marajoara, propõe que as formas geométricas de seus motivos decorativos pintados eram realizados por Xamãs sob efeito de psicotrópicos. Essas formas geométricas muitas vezes são também representações zoomorfas e antropomorfas que a autora interpreta como seres mitológicos. Inclusive



mediante algumas delas “na prática de alguns ritos em certas sociedades amazônicas, os Xamãs podem invocar serpentes e escorpiões como ajudantes” (Schaan apud Villalonga, 2012b:28).

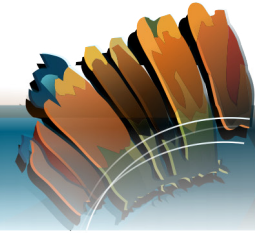
Um ícone importante na cerâmica Marajoara são as *tangas*, as quais são interpretadas por Schaan como reflexo das usadas por meninas durante ritos de puberdade baseada em uma analogia etnográfica com as tribos Panoan do Alto Ucayali. A autora entende a pintura decorativa nas peças como o reflexo da pintura corporal utilizada pelos indivíduos em certos momentos da sua vida e rituais de passagem, assim como marcadores de identidade. Também propõe a possível representação da deformação craniana cultural pela forma da cabeça dessas figuras, as quais, em geral, são quase todas femininas.

Néanmoins, si la représentation de la déformation fronto-occipitale est courante dans l'art marajoara, elle se limite au champ des figurines féminines” (Roosevelt apud Hiriart, 2011: 62).

Por último, em relação às estatuetas encontradas nos contextos funerários, quase todas elas apresentam características sexuais femininas, havendo contudo dentre elas, combinações de traços masculinos e femininos. Schaan observa que as estatuetas estão frequentemente quebradas e que pequeninas pedras podem ser encontradas em seu interior, estando estas fraturadas na altura do pescoço (Hiriart, 2011:62).

Sáenz (apud Villalonga, 2010) realiza uma tipologia da figuração humana dentre as produções cerâmicas de Montelíbano, Colômbia. Dentro de um aperspectiva de gênero, a autora interpreta essas peças como a representação do importante papel da mulher dentro desta sociedade e da “alta categoria que podiam ocupar”, ideia que se apoia em revisões de crônicas que falam de mulheres como chefes e a parafernália que acompanha as peças, comparando-as com a que acompanha os enterros. Dentro das peças se encontram algumas figuras femininas sentadas em bancos que a autora interpreta como um elemento relacionado aos processos de aprendizagem mediante a analogia etnográfica com alguns grupos atuais sul americanos.

Alexandra Yépez (op.cit.) trabalha com peças figurativas antropomorfas da cerâmica equatoriana, realizando um estudo que realça o papel do homem e da mulher dentro das diferentes organizações sociopolíticas das sociedades “ancestrais” do equador. Com um esquema “evolutivo” vai desde as sociedade caçadoras-coletoras, às sociedades extrativistas até as sociedades de produção intensiva centralizada.



Yépez não faz uma interpretação explícita da figuração antropomorfa equatoriana, mas Villalonga (2010) supõe que ela as compreende como um documento cerâmico que mostra divisão sexual de papéis no período pré-hispânico do Equador.

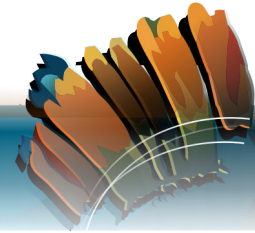
Roosevelt (*apud* Villalonga, 2009) integrou o estudo iconográfico com a ecologia humana, a demografia e os processos históricos na busca de similitudes entre as figuras em vasta regiões das terras baixas tropicais da América. Estas “...similitudes em El ‘arte’ son producto de La adaptación humana a situaciones ambientales similares y concluyo que los complejos similares de figurinas se encunetran em uma etapa similar de evolución biocultural” (Antczak y Antczak 2006 in Villalonga 2009: 30)

Salas (*apud* Villalonga, op. Cit.) realiza uma crítica ao trabalho de Sáenz dizendo que “*acerca de las crônicas españolas del siglo XVI habría que preguntarse qué aplicabilidad tiene estas con las figurinas*” devido ao fato de estas não terem sido relacionadas a nenhuma cronologia.

No entanto, a autora realiza uma interpretação um pouco mais ariscada mediante a comparação dos peitorais das figuras e seus motivos pintados com a forma que tem os sistemas agrícolas do tipo *camellones* e *Riegos*. A autora vê as figuras como um reflexo da importância que tinha a mulher nas atividades agrícolas e sua relação com a fertilidade.

Gomes (*apud* Villalonga, 2012) identifica as peças figurativas Santarém, tanto femininas como masculinas com indivíduos de alta estirpe. Essas ideias partem dos ornamentos que acompanham essas peças: cocares, pinturas corporais, braceletes, lóbulos deformados das orelhas e demais objetos que identificariam a classe social do indivíduo. Esses atributos não são mutuamente excludentes em relação ao gênero da peça. Algo interessante neste artigo é que para a autora as figuras femininas representam jovens, ao passo que as masculinas representam a maiores, possivelmente líderes ou Xamãs. Igualmente, as femininas são representadas como figuras completamente fechadas, já as masculinas são contenedoras, o que segundo a autora, poderia ser para alguma bebida ritual.

Em uma ordem de ideias similar em relação a decoração das figuras antropomorfas, Guapindaia (2001) afirma que a ornamentação iconográfica nas urnas Maracá pode corresponder as categorias sociais do indivíduo representado ou, inclusive, o seu pertencimento a um status social, grupo etário ou clã. Guapindaia nota que nestas urnas, que repre-



sentam seres humanos sentados em bancos com as mãos repousando nos joelhos, o sexo representado na figuração concorda com o dos ossos selecionados para serem colocados na urna. Em referencia ao banco que acompanha as figuras, a autora duvida que só fossem utilizados por indivíduos homens com uma certa categoria ou função, devido a se apresentarem tanto em urnas com figuração masculina como femininas.

De igual modo, McEwan (*apud* Villalonga, 2012) discute que as figurações antropomorfas sentadas em bancos nas urnas amazônicas podem representar a função e o poder dos indivíduos que o utilizavam, o qual outorga aos Xamãs e ao consumo de alucinógenos em rituais. O autor também interpreta as figuras humanas acompanhadas de algum animal como a representação do momento de posseção por parte desse espírito ou deidade no corpo do Xamã.

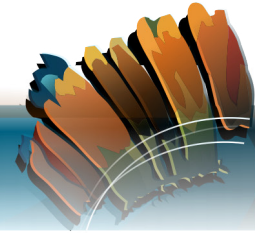
Na cosmologia dos índios Karitiana do sudoeste amazônico, figura a lenda de duas bonecas criadas pelo ser sobrenatural *Botyj* para zelar pelos Karitianas em meio a maldade do mundo. Durante o processo de criação, a esposa de *Botyj*, *Tomboto*, é morta por uma das bonecas como punição por entrar no recinto e observar o ato. A divindade *Botyj* então interrompe sua atividade criativa sem concluí-la e por essa razão um das bonecas não fala, emitindo apenas ruídos. No entanto, a própria boneca traz a jovem *Tomboto* de volta a vida. Os cantos de regozijo entoados por *Tomboto* após sua ressurreição inspiraram todos os cantos de cura entre os Karitiana (Lucio *apud* Vassoler, 2013)

Após a partida de *Botyj* para o céu, as bonecas são incumbidas de chefiar os Karitiana. A boneca muda, após um episódio bélico que implicou no seu sequestro, retorna à aldeia com a ajuda do guerreiro *Pãri* e estabelece certos tabus alimentares.

Vassoler (2013) evocando os relatos dos cronistas coloca que a ideia de chefes-bonecas não é incomum nas narrativas Tupis:

“Entre os Araweté chocalhos denominados aray, que não se confundiam de nenhuma forma com outros chocalhos (marakai), eram utilizados em manifestações místicas (...) Entre os Asurini do Xingu a decoração de vasilhames e cestarias utilizam-se de um motivo geométrico semelhante à grega, denominado por eles de tayngava. Tayngava também é a representação de uma figura antropomorfa ligada ao sobrenatural presente em diversos outros tipos de decoração além de ser um boneco feito de taquara com funções xamanísticas.”

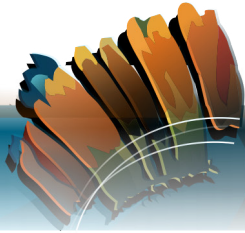
O autor conclui aludindo ao fato de que



Sendo as estatuetas marajoaras fabricadas expressando os códigos de um ciclo mitológico semelhante ao de Pomomo entre os karitianas, o que se pode levantar e inferir a partir dessas informações é que as funções de cura e de proteção são reafirmadas neste sentido. As idéias de que essas estatuetas estariam ligadas à agricultura não procedem, pois as bonecas karitiana não comem mandioca nem milho (Vassoler 2013: 7).

As figuras antropomorfas puderam cumprir um importante papel na divulgação de uma mensagem política, ideológica, cerimonial e, provavelmente estética, em relação a construção do ser social, assim como na sociedade moderna as bonecas ocupam uma função de aprendizado (inconsciente) em crianças bem como em adultos a respeito de relações de gênero, hierarquias sociais, estéticas e práticas socialmente aceitas.

De fato, como constituinte na definição individual da pessoa social, as bonecas e bonecos conformam sem o menor esforço uma imagem previamente determinada, por exemplo, a roupa ou o comportamento sexual socialmente apropriado (Bailey *apud* Villalonga, 2012). Não obstante as apresentadas divergências teóricas e metodológicas na interpretação das figuras antropomorfas, um ponto comum observado dentre todas as hipóteses levantadas é o reconhecimento das figuras como formas de expressão e contemplação de identidades socialmente promulgadas e aceitas pelas sociedades produtoras e utilizadoras, por isso a importância da miniaturização do corpo socializado. Essas figuras representavam, e ainda representam, microcosmos simbólicos, estéticos e ideológicos, possuindo a capacidade de se abrirem a complexas e extensas redes de relações de onde brotam narrativas ininterruptas, que de uma outra maneira não seriam acessíveis.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELAUNDE, L. “El Recuerdo de Luna: Género, sangre y memoria entre los pueblos amazónicos”. Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Lima: 2005.

COHEN, C. “Les corps Préhistoriques: Objet ou sujet?” in **Desvelando el Cuerpo: Perspectivas desde las Ciencias Sociales y Humanas**. Org: **MARTÍ, J; AIXELÀ, Y.** Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Institución Milá y Fontanals. Espanha: 2007.

DÍAZ-ANDREU, M. “Género y Arqueología: Una nueva síntesis”. Revista Primera Vista. 13-51. Editorial Universidad de Granada. Granada: 2005.

HIRIART, M. “La Culture Marajoara et la Mort: Les Pratiques funéraires sur l’île de Marajó”. Dissertação. Université Paris I Panthéon – Sorbonne. Paris: 2011.

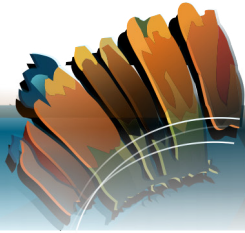
MORAGÓN, L. M. “Metamorfosis de los cuerpos: El papel del cuerpo bajo diferentes modelos de identidad y su atención desde la Arqueología” in org. **MARTÍ, J; AIXELÀ, Y.** “Desvelando el Cuerpo: Perspectivas desde las Ciencias Sociales y Humanas”. Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Institución Milá y Fontanals. España: 2007.

_____. “Aproximación Teórica a una Arqueología del Cuerpo”. Actas de las I Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica: Dialogando con la cultura material. Tomo II. 473-478. Madrid: 2008.

_____. “El cuerpo y la persona. Una propuesta arqueológica”. *Working Paper* da comunicação apresentada no XVII Congresso Nacional de Arqueologia Argentina. Mendoza: outubro de 2010. Laboratorio de Patrimonio. **CSIC**.

ROMERO, M. S. “Cuerpos de Mujeres: la construcción de la identidad y su manifestación durante la edad del Bronce”. Arenal: Revista de historia de mujeres. 15(1). Universidad de Granada. 2008.

SCHAAN, D. P. “Estatuetas antropomorfas Marajoaras: O simbolismo de identidades de gênero em uma sociedade complexa amazônica”. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, sér. Antropol., 17(2). 2011.



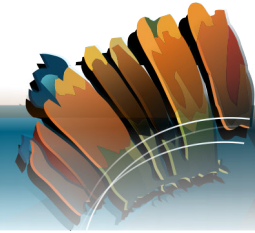
VASSOLER, O. J. P. “No Tempo em que as bonecas chefiavam: Funções Políticas para um artefato cerâmico antropomorfo no Sudoeste amazônico”. 2013.

VILLALONGA, C. E. “Los Cuerpos de Barro: Análisis estilístico-estético-comparativo de la figuración antropomorfa en la cerámica prehispánica de Venezuela”. Monografía. Universidad Central de Venezuela. Caracas, 2009.

_____ **“Transmutación Corpórea. Las figuras antropomorfas del Orinoco como expresión de la relación entre el hombre, la naturaleza y la cultura”. Revista Amazônica. 4(1). 2012a.**

_____ **”¿Masculino y Femenino? Representaciones del género y del poder en los Andes venezolanos.”. Revista Cuba Arqueológica. 5(1). 2012b.**

_____ **“¿Fértiles Andinas y Venus Valencianas? Documentos em cerâmica: Figuraciones antropomorfas del gênero y El poder em la Venezuela prehispánica”. Revista Venezolana de Estudios de la Mujer. 15(34). 2010.**



LEITURA NO ENSINO FUNDAMENTAL: ATIVIDADE OU FAZ DE CONTA?⁴

Maria Francisca da Silva⁵

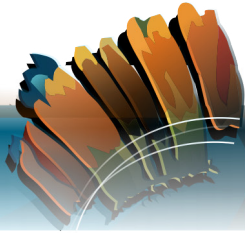
RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os processos de leitura aplicados aos alunos do Ensino Fundamental, observando a relevância das atividades desenvolvidas e sua implicação no processo de aprendizagem significativa. Para atingir a tal objetivo, seguirá as seguintes etapas: perceber as práticas de leituras realizadas pelos alunos no Ensino Fundamental; realizar um estudo das questões aplicadas como requisito de verificação da compreensão leitora no final de bimestre; e analisar as atividades aplicadas, relacionando-os com os aspectos expostos por teóricos que pesquisam sobre as práticas de leitura significativa. O quadro teórico usado sobre leitura e texto foram os autores Kleiman (2002), Kato (1997; 2010), Coracini (2002), sobre análise do discurso e gêneros textuais Charaudeau (2009), Marcuschi (2002) e Pauliukonis (2002).

Palavras-Chaves: Leitura, Texto, Análise do Discurso e Gêneros Textuais

4 Monografia de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, referente à Disciplina Tópicos em Análises do Discurso e Linguística Textual. Orientadora: Prof^a Dr^a. Maria Aparecida Lino Pauliukonis.

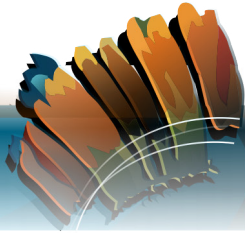
5 Formada em Letras/Espanhol pela UFRR, Pós-Graduada em Língua Portuguesa - Literatura e Gestão do Trabalho Pedagógico pelo IBPEX. Mestre em Neolatinas - Espanhol na UFRJ/UFRR com ênfase nos Estudos Linguísticos com viés Literário. Professora da Rede Pública Estadual e dos Programas de Formação de Professores PARFORR e EAD do IFRR.



RESUMEN

En este artículo se pretende analizar los procesos de lectura aplicada a los estudiantes de primaria, teniendo en cuenta la relevancia de las actividades y su participación en el proceso de aprendizaje, de manera significativa. Para lograr este objetivo, seguir los siguientes pasos: 1º entender las prácticas de la lectura realizada por los estudiantes en la escuela primaria; realizar un estudio de los problemas que se aplican como requisito para la verificación de la comprensión de lectura al final del bimestre; y analizar las actividades, relacionándolas con las cuestiones planteadas por la investigación teórica sobre las prácticas de lectura significativa. El marco teórico utilizado sobre la lectura y el texto los autores Kleiman (2002), Kato (1997, 2010), Coracini (2002) sobre el análisis del discurso textual y géneros textuales Charaudeau (2009), Marcuschi (2002) y Pauliukonis (2002).

Palabras Clave: Lectura, Análisis del Discurso y Géneros Textuales



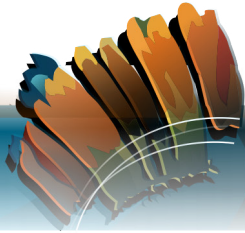
INTRODUÇÃO

O ponto de partida, desta pesquisa, surge na medida em que busco entender os processos de ensino e aprendizagem de língua, a partir de um trabalho de leitura que explora a compreensão textual. Essa temática é recorrente no ensino tanto da língua materna quanto de língua estrangeira, pois, compreender as relações intrínsecas de atividades envolvidas no processo de aquisição e ensino de línguas proporciona reflexões sobre como se procede de modo mais eficiente a interação entre professor/aluno/leitura/aprendizagem de línguas.

Neste contexto, a presente pesquisa destacará uma abordagem sobre o conceito de leitura e de compreensão textual, com um viés teórico – prático que suscite práticas reflexivas sobre a questão. Outra constante, é a possibilidade de se construir modelo didático de leitura e compreensão, que possa auxiliar os docentes na prática da sala de aula de línguas.

A preocupação, que se coloca, atinge diretamente a prática docente e o reflexo dessa ação no processo de ensino e aprendizagem. Em se tratando de ensino, é notório a importância dada à relação entre o aprendido, seja no Ensino Fundamental seja no Ensino Médio e/ou Superior, principalmente no que se refere à leitura e a compreensão. Diante desses pressupostos, surgem os seguintes questionamentos: A atividade de leitura na escola é relevante para aprendizagem dos alunos? Como proporcionar atividades de leitura que construam significados?

Para elucidar os questionamentos, apresento inicialmente, alguns conceitos constantes no aporte teórico que fundamenta esta análise. Em seguida, destaco as interpretações de recortes da atividade de leitura e compreensão aplicadas numa escola pública de Alto Alegre/RR, durante processo avaliativo bimestral denominado – Simuladinho, tomado como corpus desta pesquisa.



JUSTIFICATIVA

O fazer pedagógico no ensino de línguas subtende várias questões na postura do professor, suas convicções e, principalmente, o posicionamento frente à necessidade de motivar a leitura, que reafirma ou não suas ações frente ao grupo de aprendizes. Destaca-se assim, a relevância e ênfase dada ao processo de leitura realizado pelo professor (a).

Assim, a presente pesquisa surge pela necessidade de se analisar os processos de leitura aplicados aos alunos do Ensino Fundamental, procurando entender a relevância das atividades desenvolvidas e sua implicação no processo de aprendizagem significativa. Outro foco da pesquisa é a proposição de atividades que suscite uma aprendizagem leitora, a partir dos exercícios analisados nos recortes deste trabalho.

No corpus de análise se utilizará das atividades de leitura realizadas nas turmas de Ensino Fundamental, como atividade de avaliação bimestral. As atividades são frequentes na dinâmica da instituição de ensino, pois se prioriza, segundo os docentes, a interpretação e compreensão leitora nas séries iniciais.

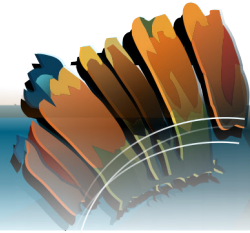
METODOLOGIA

A pesquisa se utilizou de conceitos de leitura, texto, análise do discurso e gêneros textuais relacionado às práticas de leitura vivenciadas pelos alunos no Ensino Fundamental. Alguns desses conceitos serão apresentados no quadro teórico transcritos abaixo.

QUADRO TEÓRICO

As pesquisas de Kleiman (2002), Kato (1997; 2010), Moita Lopes (2002), Coracini (2002), Serrani (2005) têm contribuído para ampliação do conceito de linguagem, por conseguinte, de leitura no Brasil. Inicialmente, faço um breve histórico sobre as concepções de leituras ora apresentadas situando a abordagem interacional como aporte teórico utilizado na atividade didática desta pesquisa.

Na sequência serão apresentados os pressupostos sobre análise do discurso, texto e gêneros textuais abordados por pesquisadores como Charaudeau (2009), Pauliukonis (2002).



Concepções de leitura

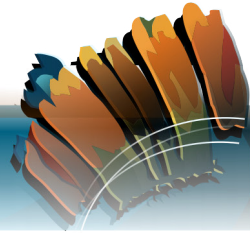
a) Leitura com foco no texto

A leitura entendida como processo instantâneo de decodificação, advém da visão estruturalista e mecanicista da linguagem, o texto é definido como fonte única de sentido. Essa concepção é apresentada por Kato (1997) quando afirma que nesse processo, a leitura é compreendida somente como leitura oral da palavra, decodificação de letras em sons e a associação destes com o significado da palavra.

Essa postura teórica defende que o texto detém a informação, sendo portador de um sentido único e, conseqüentemente, de interpretação invariável (KATO, 1997) e que o leitor a extrai durante a leitura, a partir de um processo de decodificação. Assim, ocorre um processamento bottom-up ou ascendente da informação no qual, esta flui do texto para o leitor, que constrói o significado através da análise e síntese do significado das partes menores e sequenciais que o compõem como os grafemas e as palavras (KATO, 1997). Parti-se de elementos menores para significação de elementos maiores, processo indutivo.

Esse processamento das informações visuais e linguísticas, através da leitura linear, representada por um movimento uniforme dos olhos, processa o texto da esquerda para a direita e de cima para baixo objetivando atingir níveis superiores da frase e do texto. A partir da decodificação, identifica-se e se une o significado de cada unidade (letras, palavras, frases, parágrafos) para que a soma dessas, resulte na decifração do significado global do texto. Dessa forma, o sentido está intrinsecamente relacionado à forma e o acesso ao significado lexical ocorreria por intermédio do sistema fonológico da língua, ou seja, para compreender o que lê o leitor necessita pronunciar, seja mentalmente ou não, cada palavra. A prática da leitura em voz alta nas aulas baseia-se nessa concepção.

Nessa perspectiva, a língua é considerada um código, um instrumento de comunicação com função informacional, um sistema de estruturas fonológicas, sintáticas e lexicais, um sistema de representação de idéias, transparente, que não considera a história nem o contexto social. O texto ganha existência própria (CORACINI, 2002, p.14) independente do sujeito leitor e da situação de enunciação: o leitor seria um receptor de um saber contido no texto. Kato (2010), ao realizar um panorama dos modelos de leitura, relata que essa perspectiva concebe o texto como um intermediário entre o leitor e o conteúdo, devendo ser maneira mais clara possível o conteúdo. Nesse contexto, como o grau de compreensão



obtido pelo leitor depende das características textuais (Kato, 2010, p), tenta-se adaptar o texto ao leitor de maneira a respeitar suas limitações relacionadas à proficiência em leitura possibilitando um processamento completo do texto.

b) Leitura com foco no leitor

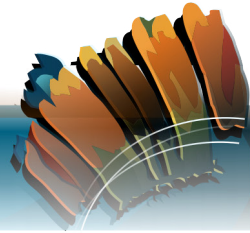
Com o surgimento da concepção cognitivista, no qual se estabelece a abordagem descendente (top-down) de leitura, a ênfase passou do texto para o leitor. No final da década de 70 e início da década de 80, desenvolvem-se muitos estudos sobre leitura com base nas teorias da cognição, nos quais surgem a partir da Psicolinguística que busca descrever os processos de compreensão que ocorrem com a leitura e identificar como se dá a aprendizagem da leitura.

No Brasil, estas abordagens se evidenciam a partir de pesquisas sobre dificuldades de leitura instrumental em língua estrangeira. Como sugere Kato (1997), as dificuldades de leitura em segunda língua não têm como causa a falta de domínio da língua estrangeira, mas dificuldades de leitura que também ocorrem na leitura em língua materna. Partiu-se daí, para pesquisas dos processos que atuam na compreensão textual a fim de contribuir para a formação de leitores proficientes.

Essa abordagem do texto é considerada assimétrica, já que faz uso intensivo e dedutivo de informações não – visuais, cuja direção é do macro para microestrutura (KATO, 2007, p.50) e da função para forma. Nessa perspectiva, o leitor consegue apreender facilmente as ideias gerais do texto, através de um processo de leitura fluente e veloz, mas utiliza de muitas adivinhações, como se o significado fosse construído na relação hipótese/verdade sem procurar confirmar ou refutar tais possibilidades, com uso de uma leitura mais detalhada ou ascendente. Observo que é bastante explorado o uso do conhecimento prévio adquirido no contexto de práticas sociais, do que pela análise dos elementos existentes no próprio texto.

c) Leitura com foco interacional

Em confronto com essa concepção, surge o conceito de leitura relacionado à interação entre os componentes do ato da comunicação escrita. O leitor, portador de esquemas (mentais) socialmente adquiridos acionaria seus conhecimentos prévios e os confrontaria com os dados do texto, elaborando o sentido. Nessa concepção, o bom leitor é aquele que é capaz de percorrer as marcas deixadas pelo autor para chegar à formulação de suas ideias e intenções. "A leitura se processa na interação texto-leitor ou numa vertente mais recente, autor-texto-leitor." (CORACINI, 2002, p.13).



Diante desse pressuposto interacional, Kleiman (1992) argumenta sobre os direcionamentos dados aos conhecimentos necessários para compreensão do texto, isto é, a ativação do conhecimento prévio “o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe, o conhecimento adquirido ao longo de sua vida.” (1992, p.13).

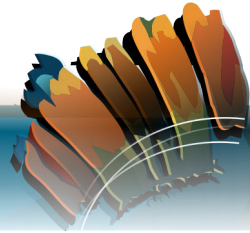
Nesse sentido, a leitura é considerada interativa, pressupondo que sem o uso do conhecimento prévio não haverá compreensão textual. O conhecimento linguístico refere-se ao conhecimento implícito, já incorporado pelo indivíduo durante seu processo de formação. Essas estruturas são desde a pronúncia, o vocabulário, as regras da língua e principalmente o uso do português nas diversas situações comunicativas.

Esse conhecimento linguístico desempenha um papel central no processamento do texto, na qual, o processamento corresponde ao agrupamento das palavras em unidades significativas constituindo frases. O processo de segmentação está relacionado à organização que o leitor faz ao associar sujeito e verbos descontínuos construindo a compreensão do texto. Assim como o conhecimento linguístico, o conhecimento textual também faz parte do conhecimento prévio necessário à compreensão textual. O conhecimento textual perpassa pela identificação dos diversos tipos de textos, e de formas de discurso; nessa caracterização, encontra-se os textos narrativos, expositivos, descritivos. (KLEIMAN, 1992)

Conforme Koch (2006), o conceito de língua, na concepção interacional, destaca a importância dos sujeitos que interagem no ato de linguagem e suas implicações no momento da construção da rede de sentidos

Na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos. A produção de linguagem constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédico), mas a sua reconstrução – e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal. (KOCH, 2006)

No processo de leitura e interpretação, Kleiman (1992) aborda a importância dos *objetivos e expectativas de leituras* suscitadas no leitor de modo a promover seu envolvimento no processo de leitura e compre-



ensão. Os objetivos e expectativas direcionam para as necessidades individuais do leitor, promovendo o esforço para recriar o sentido do texto, através da coerência textual. Esse trabalho de recorrência aos objetivos significa a prática de leitura, orientando os educandos na real atividade a ser desenvolvida.

Alguns dos objetivos de leituras são os processos de “scanning” ou avistada pelo texto, “skimming” ou desnatamento através da leitura seletiva de parágrafos. A capacidade de estabelecimento de objetivos é conhecida por estratégia *metacognitiva* – controle e regulamento do conhecimento, assim como, propiciam a formulação de hipóteses sobre o texto como vias a testá-las e comprová-las. (KLEIMAN, 1992).

Outro destaque, direciona para as estratégias usadas no momento do processamento do texto. Diante dessa questão, Kleiman (1992) expressa às estratégias de processamento do texto adquiridas tanto pelos elementos extralinguísticos quanto intralinguísticos. Os aspectos intralinguísticos referem-se à coesão e a estrutura do texto – aspectos formais referentes à estrutura textual. As estratégias cognitivas regem os comportamentos automáticos, inconscientes do leitor.

Ancorada nesse conceito de cognição, a leitura é apresentada em seu processo de interação a distancia entre o leitor e autor através do texto. Essa interação é propiciada pelas marcas deixadas pelo autor como marcação temática, quadro referencial (modalização textual), à ideia e opinião (adjetivação, nominalização). Observa-se que no processo de leitura, o leitor proficiente sabe como buscar as marcas deixadas pelo autor.

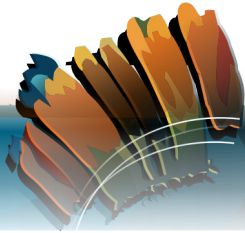
De acordo com essa abordagem da leitura, o texto literário e não-literário se constitui como unidades de significação no momento da leitura, não se relacionando como uma atividade de mera decodificação pelo leitor, conceito este que permeia muitas das aulas de ensino de língua.

Concepções de discurso, texto e gêneros textuais

O texto como um ato de discurso é postulado através da Teoria Semiolinguística do discurso de Patrick Charaudeau (2009), no qual, se propõe que a relação entre pessoas ocorre através de um “ato de comunicação”⁶, processado por meio de um “contrato comunicativo”⁷

6 Combina DIZER e o FAZER, estratégias de significação e seres psicossociais em ritos sócio-linguageiros. (CHARAUDEAU, 2009)

7 É o que rege as expectativas mútuas dos sujeitos (comunicante/enunciador - desti-



. Essa teoria sobre o discurso perpassa pelo viés do desdobramento de sujeitos que participam no processo de encenação da linguagem.

Nesse contexto, o texto como forma de interação obedece a certas condições como a identidade dos participantes, a intenção comunicativa, de modo a definir e identificar as intenções comunicativas dos enunciadores no processo de significação do texto. É o sujeito que constrói uma interpretação, em função do ponto de vista que tem sobre as circunstâncias de discurso, assim, interpretar é sempre instaurar em processo para apurar as intenções do EU. (CHARAUDEAU, 2009)

O significado do texto é construído na integração de dois processos, segundo Pauliukonis (2008):

1. Compreensão – reconhecimento das categorias e da organização sintática e semântica dos elementos;

2. Interpretação – reconhecimento das estratégias textuais utilizadas durante o processo de produção.

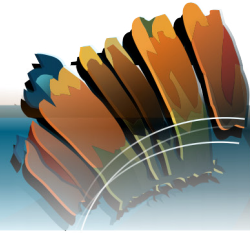
Essa postura requer do leitor a captação do universo textual, reconhecendo as estratégias e operações discursivas básicas aplicando-as nos vários conjuntos de textos.

No tocante ao discurso, há que se observar o processo de inscrição do sujeito nesse processo. Sobre esse tema, Charaudeau (2009) afirma que analisar um ato de linguagem é dar conta dos possíveis interpretativos que surgem no ponto de encontro dos dois processos de produção e interpretação. Diante disso, observar as marcas deixadas pelos docentes nas atividades propostas é relevante, para compreensão do processo de leitura dos alunos.

Abordar questões de texto remete a dois macros processos relacionados nas operações linguísticas, citando Pauliukonis, que são os de seleção linguística e o segundo de modos de organização discursivas dos textos.

No processo de seleção linguística são utilizados as operações de identificação/nomeação, qualificação/adjetivação, representações de fatos e ações/verbalizações, explicações/modalizações e relação/hierarquização entre os elementos que compõe o texto em sua integra.

natário/interpretante) do ato de linguagem. (CHARAUDEAU, 2009)



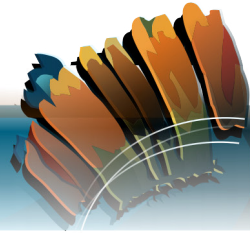
Quanto ao modo de organização discursiva dos textos, utilizei como aporte teórico, os modos de organização discursiva, propostos por Maingueneau (2004) que apresenta os modos descritivo, narrativo e argumentativo.

No modo de organização narrativo, têm uma visão dinâmica dos fatos, através da sequenciação cronológica, ações lógicas envolvendo personagens direcionando para uma finalidade. O modo descritivo apresenta uma visão estática, reconstruindo a realidade através de enumerações de detalhes de forma descontínua e aspectual do objeto ou cena recortado. Quanto ao modo argumentativo, surge uma proposição dialética do texto, no qual a partir do tema o enunciador organiza uma tese subsidiada por elementos que justificam e afirmam a proposição defendida.

A partir dos modos de organização textuais, várias são as propostas de classificação propostos por pesquisadores como Marcuschi (2002), Maingueneau (2004) sobre os gêneros textuais e/ou discursivos. Os pesquisadores convergem no ponto em que os gêneros representam diversas formas de organizar os discursos tipologicamente, tanto na oralidade quanto na escrita. Maingueneau (2004) propôs uma divisão dos gêneros, em três grandes conjuntos partindo do seu *regime de genericidade*:

- Gêneros autorais: mantêm um caráter de autoria pelos traços de estilo. Situam-se na literatura, no jornalismo, na filosofia;
- Gêneros rotineiros: comuns no dia-a-dia. Realizam-se em entrevistas radiofônicas, consultas, entre outros. Não mudam muito de situação para situação e suas marcas autorais se manifestam menos;
- Gêneros conversacionais: gêneros de menor estabilidade e sem organização temática previsível como as conversações.

Diante dessas classificações, é evidente a rede de significações em que se inscreve a temática dos gêneros e do ensino de línguas. Há gêneros, mais adequados à leitura do que outros e, há outros, que são mais adequados à produção, pois em determinados momentos os leitores são confrontados apenas com um consumo receptivo do texto e, em outros casos, o leitor necessita ler para construir esquemas mentais e produzir textos. Outro tema, é que há muito mais gêneros na escrita do que na fala, devido ao papel que a escrita desempenha em nossa sociedade: nas tarefas do cotidiano, no comércio, na indústria e, principalmente, na



produção do conhecimento. Tudo isso, tende a diversificar de maneira acentuada as formas textuais utilizadas em sala de aula.

Técnica

Optei por uma análise de atividades de leituras e compreensão, aplicados aos alunos de Ensino Fundamental de 3ª e 4ª séries de uma escola pública do município de Alto Alegre-RR, por trata-se de material impresso e de divulgação pública.

Este estudo contou ao final com a sugestão de possíveis questões que suscitem atividades de aprendizagem de leitura nos alunos.

Método

Inicialmente, se utilizei recortes das atividades propostas pelos professores das respectivas turmas. Para procedimento de análise, utilizei a dialética entre os conceitos expostos no quadro teórico, com um viés prático, na sugestão de atividades que podem ser aplicadas em sala de aula.

ANÁLISE DOS DADOS

O texto, citado abaixo, foi um dos textos aplicados a três turmas de 4ª série do Ensino Fundamental matutino e vespertino, como requisito para verificação de conhecimentos linguísticos em Língua portuguesa no ano de 2010, habilitando-os para cursarem a quinta série. Das cinco questões existentes na atividade, quatro apresentavam texto ou trecho de textos, mas, nenhuma das questões que suscitasse a leitura de modo efetivo, somente abordavam questões gramaticais.

1. Leio o texto:

BENTO

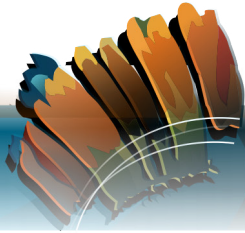
Bento, o camundongo manco calçou seu par de tamancos.

Amarrou o pandeiro na cintura e **subiu** ao monte, a fim de cantar para a anta candura.

Tropeçou no tronco e **levou** um solavanco. E era uma vez um pandeiro e um par de tamancos.

Graça Batitu

O texto apresenta certa musicalidade ,através das escolhas lexicais



que caracterizam o processo de seleção linguística identificação ou de nomeação e de qualificação, citando Pauliukonis(2008). Isso pode ser verificado, na seguinte sequência dos nomes e adjetivos relacionados: Bento, camundongo, manco, tamancos, pandeiro, monte, anta, candura, tronco, solavanco. A seguir, apresento a primeira questão, proposta pelos professores das respectivas turmas:

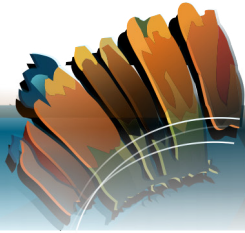
Os verbos destacados no texto estão conjugados em qual tempo verbal:

- A. () Presente
- B. () Nublado
- C. () Passado
- D. () Futuro
- E. () NDA.

No excerto proposto pelos professores, não há motivação de rede de significados nem de leitura para construção de sentido. O questionamento enfoca somente aspecto gramatical relacionado à conjugação verbal, que por si, não suscita uma observação mais detalhada do texto.

Esta atividade solicitada aos alunos, não atende aos objetivos de compreensão leitora exigida na série, destitui-se também de concepções sobre leitura, citando os processos de leitura: com o foco no texto - o texto ganha existência própria (CORACINI, 2002, p.14) independente do sujeito leitor e da situação de enunciação: o leitor seria um receptor de um saber contido no texto; com foco no leitor - no qual leitor consegue apreender facilmente as ideias gerais do texto, através de um processo de leitura fluente e veloz, mas utiliza de muitas adivinhações, como se o significado fosse construído na relação hipótese/verdade sem procurar confirmar ou refutar tais possibilidades; e com foco interacional - o bom leitor é aquele que é capaz de percorrer as marcas deixadas pelo autor para chegar à formulação de suas ideias e intenções. "A leitura se processa na interação texto-leitor ou numa vertente mais recente, autor - texto - leitor." (CORACINI, 2002, p.13).

A proposição, possível, seria sobre o processo de interpretação que suscitasse a construção de sentido destacando os aspectos de caracterização do personagem título do texto e seu modo de organização, conforme questões a seguir, privilegiando a interação entre *autor - texto - leitor*:



1. O texto que você leu apresenta uma narrativa, com alguém contando uma ação com tempo, personagem e localização determinado através do espaço. Apresente justificativa, para essa afirmativa.

2. O texto oferece ao leitor, informações sobre a personagem. Quais são essas informações?

3. As narrativas apresentam em vários textos situações de harmonia, que é seguida por momentos de desarmonias. Que situação apresenta desarmonia no conto.

4. Existem aspectos no texto que humaniza a personagem. Apresente esses aspectos.

O segundo texto, foi aplicado aos alunos das turmas de 3ª série do Ensino Fundamental matutino, também como requisito para verificação de leitura e compreensão textual dos alunos. Das cinco questões apresentadas na atividade, somente duas foram aplicadas para compreensão textual.

O macaco e o camelo

Numa reunião de bichos, o macaco se levantou e dançou.

Fez grande sucesso:

Como é engraçado!

Como dança bem!

E todos aplaudiram. Um camelo, com inveja, quis ganhar os mesmos elogios.

Levantou-se e foi dançar.

Não tinha o menor jeito. Embrulhou as quatro patas de tal maneira que os bichos morreram de rir:

Mas que exibido!

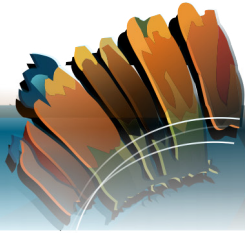
Por que nos ocupa com essas bobagens?

E como o camelo insistia, perderam a paciência e acabaram por expulsá-lo da reunião.

Moral: É perda de tempo invejar as qualidades dos outros. Cada um tem as suas.

12 fábulas de Esopo, de Hans Gärtner e Lisbeth Zwerger, Ática.

Segundo os modos de organização do discurso, o texto *O macaco e o camelo* é narrativo, de gênero textual fábula. Esse tipo de texto é muito comum no Ensino Fundamental e traz em sua estrutura aspectos relevantes, que podem ser explorados no momento da aplicação em sala de aula, já que é uma narrativa curta de caráter moralizante.



Nas proposições, apresentadas pelos docentes, foram privilegiados aspectos de leitura com foco no texto, no qual as respostas estavam tão óbvias que não necessitavam de esforços de interpretação para que fossem resolvidas, conforme se constata nas proposições abaixo:

1. O que o camelo sentiu ao ouvir o que os outros animais falaram sobre o macaco?

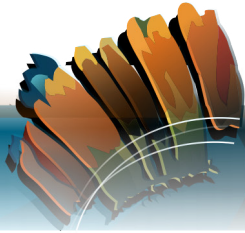
- A. () pânico
- B. () inveja
- C. () amor e compaixão
- D. () ficou feliz pelo amigo.
- E. () não sentiu nada.

2. Ao ver o camelo dançando de modo desajeitado, os bichos:

- A. () morreram de sorrir
- B. () morreram de tossir
- C. () morreram de rir
- D. () morreram de felicidade
- E. () ficaram quietos pois ninguém gostou.

Na primeira questão, a resposta estava a seguir do nome do camelo, não proporcionando situação de construção de sentido por parte do leitor “*Um camelo, com inveja, quis...*”. Quanto à segunda questão, a mesma situação se repete, a resposta está na sequência da questão sem que se tenha de ler o texto na íntegra para responder a questão “*Embrulhou as quatro patas de tal maneira que os bichos morreram de rir*”. As marcas linguísticas dos questionamentos denotam a postura dos docentes frente aos seus próprios conceitos de leitura e compreensão, que pelo visto, deveriam ser repensados, em se tratando, principalmente, numa mudança de postura frente ao processo de compreensão leitora proficiente, na qual, a escola tem a obrigação de propiciar aos seus educandos.

Para que haja um processo de leitura e interpretação, citando Kleiman (1992) ao abordar sobre a importância dos *objetivos e expectativas de leituras* suscitadas no leitor de modo a promover seu envolvimento no processo de leitura e compreensão, sugiro as seguintes atividades, com viés interpretativo:



a) Processo de identificação, qualificação

1. O texto que você leu apresenta uma narrativa, com alguém contando uma ação (enredo), com personagem e localização determinado através de tempo e espaço. Apresente quais elementos desses não foram apresentados, justificando a razão de não existir no texto.

2. O texto apresenta informações sobre a personagem. Quais seriam essas informações?

3. De acordo com o texto lido, por que é relevante que os animais da história sejam representados por um camelo e um macaco? Comente.

b) Processo de representação de fatos e ações

1. O autor utilizou tempos verbais diferentes durante a narrativa. Observe os efeitos de sentido provocado na narrativa com o uso da mudança de presente e passado, expondo-os.

2. As ações do texto identificam as mudanças nas relações entre as personagens. Elabore uma sequência de fatos, que foram mobilizados durante o enredo da narrativa.

c) Modalização

1. Na sequência “grande sucesso” e “dança bem” encontra-se em oposição à “menor jeito” e “morreram de rir”. Comente as razões da ênfase dada durante a caracterização das personagens. Essa postura reforça qual sentido no texto?

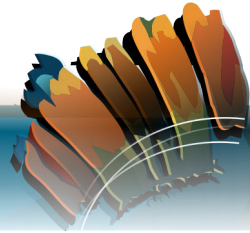
d) Modo de organização e gênero

1. Que fato provoca a desarmonia no texto e o que o narrador fez para resolver a situação?

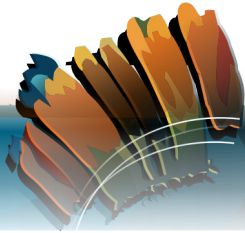
2. Observe os aspectos que confere a fábula um texto que humaniza animais. Qual o processo que o autor usou para humanizar as personagens?

3. Comente a moral da história aplicada à vida humana. Faz sentido ou somente é válida num texto narrativo?

Diante destas propostas, os processos de questionamentos dirigidos aos alunos assumem uma postura distinta da aplicada pelos docentes, no processo avaliativo. Utilizei o processo de identificação, qualificação para situar o leitor na narrativa; o processo de representação de fatos e ações para mobilizar as interligações entre os fatos e a progressão narrativa; o processo de modalização para que o leitor verifique a



tomada de sentidos das palavras na construção de significação na narrativa; e, por fim, o processo sobre o modo de organização e gênero por tratar dos aspectos estruturais do texto e sua inscrição num determinado gênero discurso em uso pela sociedade.

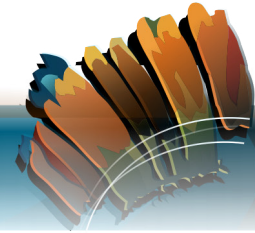


CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto, nos excertos analisados acima, constatei a fragilidade do sujeito que atua com alunos em qualquer nível de ensino e a constante necessidade de revisão dos conceitos e atividades realizadas em sala. Pois, nem sempre, as atividades propostas trazem os resultados previstos para aqueles alunos. Constatei que o processo de leitura se constrói com vários aspectos a serem privilegiados, no momento da abordagem do texto. Assim, a questão que se coloca ao final são as concepções que se têm sobre o próprio fazer pedagógico na aula de leitura e como esses conceitos são abordados nas atividades aplicadas em sala de aula.

A escolha dos textos e das questões que serão usadas para medir a compreensão leitora depende diretamente das concepções de leitura do docente e de suas experiências. Daí, a importância do professor (a) e da coordenação da escola de acompanhar se os objetivos propostos no processo de construção de sentido através do texto estão sendo postos em prática ou somente são cobrados aspectos gramaticais, que não privilegiando essa dimensão de compreensão leitora tão importante no processo de formação do indivíduo crítico e atuante no meio social em que vive.

Outra reflexão, é a tomada de posição que o professor assume frente aos desafios de aprender e ensinar práticas de leitura. Lidar com a motivação para leitura e com o desenvolvimento de habilidades de interpretação textual é, também, exercitar as próprias práticas enquanto professor-leitor e mobilizador de espaços de aprendizagem e, principalmente, de leitura como produção de sentido para os alunos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Agostinho Dias. **Uma sinopse de uma gramática textual**. In: PAULIUKONIS, Maria A. L. Da língua ao discurso: reflexões para o ensino. Editora Lucerna, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. [coordenação de equipe de tradução Ângela M. S. Côrrea & Ida Lúcia Machado]. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria (Org.). **O jogo discursivo na aula de leitura**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2002.

KATO, Mary A. **No mundo da escrita – Uma perspectiva psicológica**. 7ªed., São Paulo: Ática, 2010.

_____. **O aprendizado da leitura**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KLEIMAN, Angela. **Oficina de textos**. 12ª. ed., São Paulo: Pontes, 2008.

_____. **TEXTO E LEITOR: Aspectos Cognitivos da Leitura**. 2ª. ed., São Paulo: Pontes, 1992.

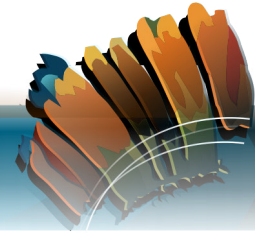
KOCH, Ingedore G.Villaça. **Linguística Textual hoje: questões e perspectivas**. In: SILVA, Denise Elena Garcia da (Org.). Língua, Gramática e Discurso. Cênone Editorial, 2006.p. 21-42.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. (Tradução Sírio Possenti) São Paulo: Ed. Parábola, 2008.

_____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: Dionísio, A. P. et.al (Org.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MOITA LOPES, L. P. da., BASTOS, L. C. (orgs.). (2002). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas, SP: Mercado de Letras.

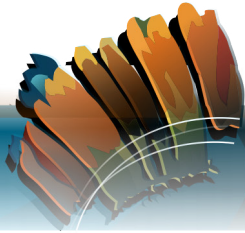


MOITA LOPES, L. P. da. (2002a). **Identidades Fragmentadas. A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade na escola.** Campinas: Mercado de Letras.

PAULIUKONIS, Maria A. L. Operações discursivas na enunciação. In: LARA, Gláucia Muniz. et. al.(Orgs.) **Análises do discurso, hoje.** Ed. Lucerna, RJ, 2008.

SERRANI, Silvani. **Discurso e cultura na aula de língua / currículo – leitura – escrita.** Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Formações discursivas e processos identitários na aquisição de línguas.** DELTA, São Paulo, v. 13, n. 1, fev. 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244501997000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 maio de 2011.



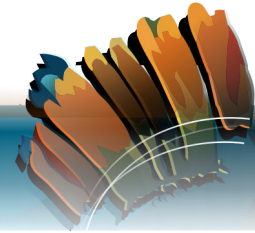
O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O DIREITO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

*João Carlos Jarochinski Silva⁸
Tainan Henrique Siqueira⁹*

Temas como Sociedade Civil e Direitos Humanos desencadeiam longos debates no plano do direito internacional, seja ele de abrangência regional como o caso do MERCOSUL, continental como a OEA ou mundial, a exemplo da ONU. Tais debates tentam corrigir ou minimizar problemas comuns, existentes em diversos países por meio de Convenções e Acordos que, ao serem ratificados, criam decretos que são a confirmação de suas validades no plano jurídico interno. No entanto, a simples adesão ou ratificação de um decreto internacional não significa que ele é, em todos os casos, levado em conta; eis a questão da legitimação normativa. Por isso, a preocupação do artigo é averiguar se os Decretos que envolvem os temas citados são de fato aplicados pelo STF em sua jurisprudência, de forma que promova efeitos internos ou não.

8 Professor da Universidade Federal de Roraima, doutorando em Ciências Sociais – ênfase em Relações Internacionais pela PUC-SP, mestre em Direito Internacional, orientador de Iniciação Científica.

9 Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Santos, orientando de Iniciação Científica



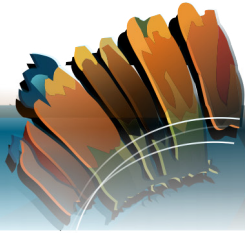
A PROCESSUALÍSTICA DE INCORPORAÇÃO DE TRATADOS E SEU RECONHECIMENTO

São duas as teorias que regulam as relações entre o direito interno dos países e o direito internacional, a teoria monista e a teoria dualista. A teoria monista prega que tanto o Direito Interno quanto o Internacional, constituem o mesmo sistema jurídico, ou seja, existe apenas uma única ordem jurídica que dá origem às normas internacionais e nacionais, tendo o reconhecimento mútuo nas duas esferas sem qualquer burocracia. Seguindo esta mesma linha de pensamento, podemos citar um trecho da obra “Teoria Pura do Direito” do jurista austríaco Hans Kelsen:

“Se o Direito internacional e o Direito estadual formam um sistema unitário, então a relação entre eles tem de ajustar-se a uma das duas formas expostas. O Direito internacional tem de ser concebido, ou como uma ordem jurídica delegada pela ordem jurídica estadual e, por conseguinte, como incorporada nesta, ou como uma ordem jurídica total que delega nas ordens jurídicas estaduais, supra-ordenada a estas e abrangendo-as a todas como ordens jurídicas parciais. Ambas estas interpretações da relação que intercede entre o Direito internacional e o Direito estadual representam uma construção monista. A primeira significa o primado da ordem jurídica de cada Estado, a segunda traduz o primado da ordem jurídica internacional.” (KELSEN, HANS. 1999. p 233.)

Em contrapartida a corrente teórica dualista defende que existe uma clara distinção entre o ordenamento jurídico interno e o internacional, sendo a ordem jurídica interna compreendida pela Constituição e demais normas específicas de cada país reconhecidas no seu âmbito doméstico, enquanto a ordem internacional regida por tratados e acordos, seria reconhecida apenas na esfera internacional coordenando as relações entre Estados, só podendo ser levada em conta na esfera doméstica após sua recepção normativa do país signatário. O que, na opinião de Kelsen, não passa de um debate normativo improdutivo para as duas esferas do Direito, que em vez de se alinharem, acabam se ignorando.

“Na medida em que fosse este o significado de uma teoria que crê ter de aceitar a existência de conflitos insolúveis entre Direito internacional e Direito estadual e considera o Direito internacional, não como Direito, mas apenas como uma espécie de Moral internacional, nada haveria a opor-lhe do ponto de vista da lógica. Mas a generalidade dos representantes da teoria dualista vê-se forçada a considerar o Direito internacional e o Direito estadual como ordens jurídicas com vigência simultânea que são independentes uma da outra nessa



sua vigência e podem entrar em conflito uma com a outra. Esta doutrina é insustentável.”(KELSEN, HANS. 1999. p 231.)

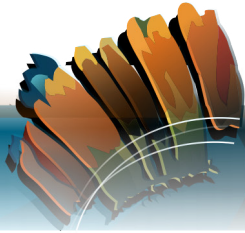
No caso do Brasil, suas relações estabelecidas entre o direito interno e o direito internacional são baseadas na teoria dualista ou dualista moderada, segundo o entendimento da maioria dos doutrinadores brasileiros, conforme o procedimento de recepção de tratados estabelecido na Carta Magna.

De acordo com o art.84, VIII da CF/88, compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional. No entanto, o parágrafo único do mesmo artigo permite que esta ação seja delegada ao plenipotenciário, através da carta de plenos poderes. Assim, o ato de assinar ou negociar pode ser delegado para pessoas específicas como os Chefes de Missões Diplomáticas, sob a responsabilidade do Ministro das Relações Exteriores, poupando o Chefe de Estado deste tipo de atividade corriqueira. Em seguida, a aplicação do art.49, I da CF/88 irá solicitar a aprovação do Congresso Nacional, dispondo que “é da competência exclusiva do Congresso Nacional: I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.”

Aprovado no Congresso Nacional, o tratado deverá ser promulgado pelo Presidente da República. Neste sentido vale salientar a decisão do Ministro Celso de Mello:

“O iter procedimental de incorporação dos tratados internacionais — superadas as fases prévias da celebração da convenção internacional, de sua aprovação congressional e da ratificação pelo Chefe de Estado — conclui-se com a expedição, pelo Presidente da República, de decreto, de cuja edição derivam três efeitos básicos que lhe são inerentes: (a) a promulgação do tratado internacional; (b) a publicação oficial de seu texto; e (c) a executoriedade do ato internacional, que passa, então, e somente então, a vincular e a obrigar no plano do direito positivo interno. Precedentes.”(ADI 1.480-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 4-9-97, DJ de 18-5-01).

Portanto, após todo esse trâmite, os tratados são incorporados na ordem interna brasileira adquirindo o status de lei federal ou de Emenda Constitucional, essa última hipótese exclusiva para Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos. Essas modalidades de internalização asseguram a obrigatoriedade da aplicação em todas as esferas do Estado brasileiro do contido nos tratados.



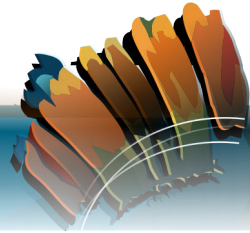
A hipótese de recepção dos tratados como Emenda Constitucional foi desenvolvida após a Emenda Constitucional 45, o que motivou um interessante debate sobre os tratados anteriores que versavam sobre Direitos Humanos.

Nesse sentido, Flávia Piovesan (2010. p. 71 e 72.) explica que em face de um debate doutrinário e jurisprudencial polêmico que discutia a hierarquia dos tratados após sua recepção, no dia 8 de dezembro de 2004 aprovou-se no Congresso Nacional a emenda constitucional 45, que introduziu ao artigo 5º da Constituição Federal um terceiro parágrafo, viabilizando, assim, a possibilidade, por meio de votação no Congresso Nacional, de tratados que versarem sobre Direitos Humanos, receberem status de Emenda Constitucional, caso fosse aprovado “em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros”. E caso contrário, receberiam apenas o reconhecimento de status de lei federal como os outros tratados de direitos humanos já ratificados, pois não teriam obtido o quórum qualificado de três quintos, demandado pelo aludido parágrafo. No entanto, Piovesan argumenta que os tratados de direitos humanos ratificados anteriormente à Emenda Constitucional n. 45/2004 também contaram com ampla maioria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, excedendo o quórum dos três quintos dos membros em cada Casa, apesar de não serem aprovados em dois turnos de votação, mas em um turno em cada Casa, uma vez que o procedimento de dois turnos não era tampouco previsto. Portanto, dessa forma, poderiam ser reconhecidos, pois, por força do art.5º, § 2º, todos os tratados de direitos humanos, independente do quórum de sua aprovação, são materialmente constitucionais.

Ainda em relação a recepção na ordem interna de normas internacionais, outro interessante ponto é a aceitação ou não da existência de um Direito Comunitário, com característica Supranacional. Nesse caso, a participação do Brasil no MERCOSUL poderia ensejar a ideia de que o Brasil seria parte de um sistema Supranacional, exigindo o reconhecimento automático da efetividade das normas produzidas pelo MERCOSUL no Brasil.

Em se tratando deste tema, cabe aqui ainda citar uma decisão do STF na qual o Tribunal, por votação unânime, negou provimento ao recurso de agravo regimental por razões de ordem circunstancial, ou seja, pelo fato do ato internacional ainda não ter sido reconhecido oficialmente pelo ordenamento jurídico interno, deixando claro que:

“A Constituição brasileira não consagrou, em tema de convenções



internacionais ou de tratados de integração, nem o princípio do efeito direto, nem o postulado da aplicabilidade imediata. Isso significa, de *jure constituto*, que, enquanto não se concluir o ciclo de sua transposição, para o direito interno, os tratados internacionais e os acordos de integração, além de não poderem ser invocados, desde logo, pelos particulares, no que se refere aos direitos e obrigações neles fundados (princípio do efeito direto), também não poderão ser aplicados, imediatamente, no âmbito doméstico do Estado brasileiro (postulado da aplicabilidade imediata).” (CR-AgR 8279 / AT – Argentina, de 17/6/1998).

Ainda nesta decisão, o eminente Relator e Ministro Celso de Mello reconhece que a forma de recepção de tratados executada pelo Brasil necessita ser revista, pelo menos no que se refere aos acordos regionais, como no caso do MERCOSUL:

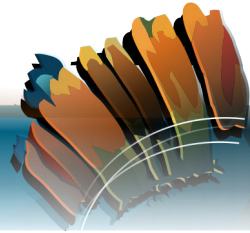
“Embora desejável a adoção de mecanismos constitucionais diferenciados, cuja instituição privilegie o processo de recepção dos atos, acordos, protocolos ou tratados celebrados pelo Brasil no âmbito do MERCOSUL, esse é um tema que depende, essencialmente, quanto à sua solução, de reforma do texto da Constituição brasileira, reclamando, em consequência, modificações de *jure constituendo*. Enquanto não sobrevier essa necessária reforma constitucional, a questão da vigência doméstica dos acordos celebrados sob a égide do MERCOSUL continuará sujeita ao mesmo tratamento normativo que a Constituição brasileira dispensa aos tratados internacionais em geral.” (ADI 1.480-DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO.)

Em uma pesquisa feita por Deisy Ventura, Janaina Onuki e Marcelo Medeiros (2012. p.91), na qual se questionou a forma e critérios adotados por órgãos do governo que fazem parte da decisão de incorporação das normas internacionais que versam sobre o MERCOSUL, concluiu-se que

a ausência de controle centralizado compromete o conhecimento, até mesmo dentro do governo federal, sobre o estado de incorporação de certas normas, os gravames que ela pode implicar e os critérios para a adoção de uma ou de outra modalidade normativa, ou para a dispensa de incorporação. Isto significa que a transparência pode ter efeitos diretos sobre a eficiência.

Ainda, de acordo com a pesquisa (2012, p. 92)

dentre essas dificuldades, as mais comuns decorrem da não-observância do artigo 7º da Dec. CMC (Comissão do Mercado Comum) Nº 20/02, que estabelece a obrigatoriedade de incorporação das



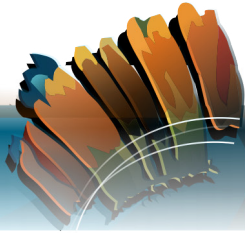
normas emanadas dos órgãos decisórios do bloco aos ordenamentos jurídicos nacionais em seu texto integral a partir de 30 de maio de 2003. Há casos, ainda, em que a incorporação é realizada de forma correta, mas a entrada em vigência é prejudicada pela falta de comunicação entre os órgãos do Executivo competentes pela incorporação e o MRE (Ministério das Relações Exteriores). A este último cabe, na função de Coordenação Nacional do GMC (Grupo do Mercado Comum), enviar notificação à SM informando que uma norma do MERCOSUL foi incorporada ao ordenamento jurídico nacional.”

Por fim, visando solucionar tal entrave, a pesquisa sugere que o Brasil atribua à Casa Civil a tarefa de concentrar a informação sobre o procedimento de incorporação de normas do MERCOSUL, pois o órgão já possui tanto as competências para coordenação e integração do governo, como as de controle de legalidade e de mérito dos projetos de norma que são objeto de mensagem ou decreto presidencial.

No que tange ainda à celebração de acordos efetuados pelo Brasil, não há distinção de tratativa, independentemente se o tratado é proferido entre membros do mesmo bloco econômico ou em matéria relacionada a Direitos Humanos, todos passarão pelo mesmo processo já mencionado anteriormente.

“A recepção de acordos celebrados pelo Brasil no âmbito do MERCOSUL está sujeita à mesma disciplina constitucional que rege o processo de incorporação, à ordem positiva interna brasileira, dos tratados ou convenções internacionais em geral. É, pois, na Constituição da República, e não em instrumentos normativos de caráter internacional, que reside a definição do iter procedimental pertinente à transposição, para o plano do direito positivo interno do Brasil, dos tratados, convenções ou acordos - inclusive daqueles celebrados no contexto regional do MERCOSUL - concluídos pelo Estado brasileiro.” (CR-AgR 8279 / AT – Argentina, de 17/6/1998.)

É de se notar, já nestas argumentações do Supremo, um pouco do seu próprio perfil jurisprudencial, o qual procura manter a soberania normativa interna, apesar de haver certa inclinação para o reconhecimento mais dinâmico e eficaz dos acordos que atingem um grau maior de relevância, como destacou o Ministro Celso de Mello. Até porque é natural que tal entendimento tome força nos próximos anos, pois o Direito Internacional está tendo cada vez mais importância nas agendas dos Estados que antes fingiam não enxergar sua eficácia e o noção de um Direito Comunitário se fortaleceu muito com os avanços assistidos com o avanço da Integração em nível europeu. É claro que ainda há muito a se desenvolver sobre o tema, mas o entendimento dos importantes pesquisadores ainda não é o adotado pelo STF.



A HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS NO ORDENAMENTO INTERNO

Pelo pesquisado, podemos afirmar que o tema mais impactante em termos de recepção de tratados pelo STF ainda é a hierarquia dos tratados no Ordenamento interno, opinião essa que se corrobora ao se pesquisar a jurisprudência em importantes decisões.

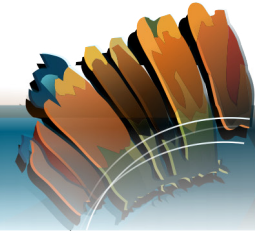
Muito se discute sobre a hierarquia dos tratados ao serem incorporados no ordenamento jurídico interno, principalmente, em se tratando dos direitos fundamentais da pessoa humana, como pôde ser notado no esclarecimento de Flávia Piovesan, porém, a questão surge anteriormente, com o Pacto de São José da Costa Rica.

Com a assinatura desse Pacto em 22 de novembro de 1969, e ratificação brasileira apenas em setembro de 1992, tendo sido tal documento baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que compreende o ideal do ser humano livre, isento do temor e da miséria e sob condições que lhe permitam gozar dos seus direitos econômicos, sociais e culturais, bem como dos seus direitos civis e políticos, houve, em termos concretos e de contraposição ao previamente previsto no Brasil, a vedação da possibilidade de prisão do depositário infiel, admitida pela Constituição de 1988.

O inciso VII da Convenção Americana de Direitos Humanos preconiza: “Ninguém deve ser detido por dívida. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.” Com isso, houve uma contradição com o contido no art. 5º, inciso LXVII da Constituição estabeleceu que: “Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentar e a do depositário infiel.”

Alberto do Amaral Junior (2008, p. 481) destaca a decisão que o STF proferiu sobre o Habeas Corpus 72.131, por maioria de votos, considerando lícita a prisão do depositário infiel. A tese vitoriosa foi:

“O Pacto de São José da Costa Rica, por tratar-se de norma infraconstitucional, não pode se contrapor à permissão do art. 5º inciso LXVII da Carta Magna no que diz respeito à prisão do depositário infiel. Ademais, o referido pacto constitui norma de caráter geral que não derroga as normas infraconstitucionais especiais sobre o tema da prisão civil do



depositário infiel.”

Em outra decisão destacada pelo autor, a Segunda Turma do STF, por maioria de votos no julgamento do Habeas Corpus 74.383, exibiu entendimento diverso. O então Ministro Francisco Rezek, cujos argumentos prevaleceram, afirmou no seu voto que o art. 5º, inciso LXVII, da Constituição “permite que o legislador ordinário discipline a prisão do alimentante omissivo e do depositário infiel. Permite, não obriga. O constituinte não diz: prendo-se o depositário infiel. Ela diz é possível legislar nesse sentido.”(IDEM)

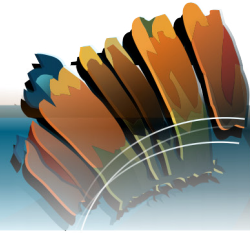
O primeiro julgamento destacado sobre o HC 72.131 foi proferido na Sessão Plenária de 22/11/95, servindo de argumento para outras diversas decisões no mesmo sentido. Portanto, nota-se aqui um entendimento do STF diferente do que foi dito anteriormente, sobre supralegalidade dos tratados que versam sobre os Direitos Humanos que, pelo visto, não foi reconhecida. Mas, mesmo que essa distinção tenha sido esclarecida apenas em 2004, com Emenda Constitucional 45, vale lembrar que o Brasil se comprometeu, no plano internacional, a respeitar e a cumprir a totalidade da Convenção Americana de Direitos Humanos, que constitui um corpo de regras destinado a oferecer ampla proteção ao indivíduo.

Segundo Alberto Amaral Júnior (2008, p. 482),

a única declaração feita no momento em que a vinculação do país se processava assinalou que “o Governo do Brasil entende que os arts. 43 e 48, alínea d não incluem o direito automático de visitas e inspeções in loco da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, as quais dependerão de anuência prévia do Estado”. Declaração, que mais uma vez, ressalta o não comprometimento absoluto do Pacto ratificado, fragilizando o acordo de maneira a permitir a existência da arbitrariedade interna sobre a internacional, o que não faz nenhum sentido.

Para José Carlos de Magalhães e Alberto do Amaral Júnior, o STF não tem competência para apreciar a matéria, por entenderem que a competência para decidir o conflito entre tratado e lei federal pertence ao Superior Tribunal de Justiça e não ao STF, conforme os arts. 102, inciso III e 105, inciso III. (In: AMARALJUNIOR, Alberto, 2008. p. 482.)

Recentemente, firmou-se uma nova orientação jurisprudencial, divergente daquela que tradicionalmente predominou no STF. Em 2000, o Supremo Tribunal de Justiça, através de corte especial, deu provimento



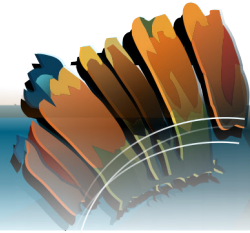
ao Embargo de Divergência 149518/GO, relatado pelo Ministro Ruy Rosado de Aguiar, considerando que “não cabe a prisão civil do devedor que descumpre contrato garantido por alienação fiduciária.”

No entanto, a nova orientação jurisprudencial do STJ tardou um pouco para ser aplicada pelo STF, pois ainda persistiram, nos anos decorrentes, decisões fundamentadas no preceito de que o tratado seria infraconstitucional e que, portanto, não poderia alterar dispositivo constitucional.

“Esta Corte, por seu Plenário (HC 72131), firmou o entendimento de que, em face da Carta Magna de 1988, persiste a constitucionalidade da prisão civil do depositário infiel em se tratando de alienação fiduciária, bem como de que o Pacto de São José da Costa Rica, além de não poder contrapor-se à permissão do artigo 5º, LXVII, da mesma Constituição, não derogou, por ser norma infraconstitucional geral, as normas infraconstitucionais especiais sobre prisão civil do depositário infiel. - Esse entendimento voltou a ser reafirmado recentemente, em 27.05.98, também por decisão do Plenário, quando do julgamento do RE 206.482. Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido. - Inconstitucionalidade da interpretação dada ao artigo 7º, item 7, do Pacto de São José da Costa Rica no sentido de derogar o Decreto-Lei 911/69 no tocante à admissibilidade da prisão civil por infidelidade do depositário em alienação fiduciária em garantia. - É de observar-se, por fim, que o § 2º do artigo 5º da Constituição não se aplica aos tratados internacionais sobre direitos e garantias fundamentais que ingressaram em nosso ordenamento jurídico após a promulgação da Constituição de 1988, e isso porque ainda não se admite tratado internacional com força de emenda constitucional. Recurso extraordinário conhecido e provido.” (STF. RE 253.071 / GO - Goiás, de 29/5/2001).

A mudança desse posicionamento só ocorre com a Emenda Constitucional 45, que permitiu o reconhecimento dos tratados de Direitos Humanos como constitucionais é que o STF iniciou sua nova orientação jurisprudencial, pois é o que se nota na decisão a seguir:

“A subscrição pelo Brasil do Pacto de São José da Costa Rica, limitando a prisão civil por dívida ao descumprimento inescusável de prestação alimentícia, implicou a derrogação das normas estritamente legais referentes à prisão do depositário infiel.”(STF. Habeas Corpus nº 87.585, de 19/12/2005).



No voto que proferiu no julgamento do RE 466.343, em 22 de novembro de 2006, o Ministro Gilmar Mendes mostrou-se favorável à mudança da orientação tradicional do STF. Propôs o retorno da jurisprudência da Suprema Corte ao entendimento que predominou nas décadas de 40 e 50, segundo o qual os tratados internacionais gozam de status infraconstitucional, porém supralegal.

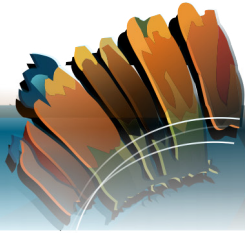
‘É preciso lembrar, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, por longo tempo, adotou a tese do primado do direito internacional sobre o direito interno infraconstitucional. Cito, a título exemplificativo, os julgamentos das Apelações Cíveis 9.587 de 1951, relator Orozimbo Nonato, e 7.872, de 1943, relator Philadelpho Azevedo. [...] Assim, a premente necessidade de se dar efetividade à proteção dos direitos humanos nos planos internos e internacionais tornou imperiosa uma mudança de posição quanto ao papel dos tratados internacionais sobre direitos na ordem jurídica nacional. [...]

Enfim, desde a adesão do Brasil, no ano de 1992, ao Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos (art.11) e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica (art.7º, 7), não há base legal para aplicação da parte final do art. 5º, LXVII, da Constituição, ou seja, para a prisão civil do depositário infiel.

Esse entendimento, delineado em voto por mim proferido em Sessão Plenária de 22-11-2006, no Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do RE 466.343/SP, relator Cezar Peluso, e do RE 349.703, relator originário Ilmar Galvão, foi também acolhido pelos Ministros Cezar Peluso, Carmem Lúcia, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Carlos Britto e Marco Aurélio. O julgamento foi suspenso em virtude de vista do Ministro Celso de Mello.” (AMARAL JUNIOR, Alberto. 2008, p. 484.)

No voto proferido em 12/03/2008, no referido julgamento, o Ministro Celso de Mello concordou com a maioria já constituída, atribuindo força constitucional aos tratados internacionais sobre direitos humanos.

“Tenho para mim, desse modo, Senhora Presidente, que uma abordagem hermenêutica fundada em premissas axiológicas que dão significativo realce e expressão ao valor ético-jurídico – constitucionalmente



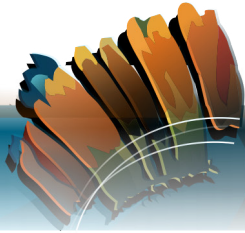
consagrado (CF, art.4º, II) – da ‘prevalência dos direitos humanos’ permitirá, a esta Suprema Corte, rever a sua posição jurisprudencial quanto ao relevantíssimo papel, à influência e à eficácia (derrogatória e inibitória) das convenções internacionais sobre direitos humanos no plano doméstico e infraconstitucional do ordenamento positivo do Estado brasileiro.

Com essa nova percepção do caráter subordinante dos tratados internacionais em matéria de direitos humanos, dar-se-á consequência e atribuir-se-á efetivamente ao sistema de proteção dos direitos básicos da pessoa humana, reconhecendo-se, com essa evolução do pensamento jurisprudencial desta Suprema Corte, o indiscutível primado que devem ostentar, sobre o direito brasileiro, as convenções internacionais de direitos humanos, ajustando-se, desse modo, a visão deste Tribunal às concepções que hoje prevalecem, no cenário internacional – consideradas as realidades destes emergentes -, em torno da necessidade de amparo e defesa da integridade dos direitos da pessoa humana.

Nesse contexto, e sob essa perspectiva hermenêutica, valorizar-se-á o sistema de proteção aos direitos humanos, mediante atribuição, a tais atos de direito internacional público, de caráter hierarquicamente superior ao da legislação comum, em ordem a outorgar-lhes, sempre que se cuida de tratados internacionais de direitos humanos, supremacia e precedência em face de nosso ordenamento doméstico, de natureza meramente legal.” (In: AMARAL JUNIOR, Alberto. 2008, p. 485.)

Ainda em se tratando de hierarquia dos tratados, o avanço no posicionamento do STF faz com que esse tribunal, finalmente, se adeque aos ensinamentos de renomados juristas conhecidos por seu posicionamento favorável aos direitos humanos. Celso Lafer (2005, p. 17), por exemplo, esclarece que os tratados internacionais de direitos humanos anteriores à Constituição de 1988, aos quais o Brasil aderiu e que foram validamente promulgados, inserindo-se na ordem jurídica interna, têm a hierarquia de normas constitucionais, pois foram como tais recepcionados pelo § 2º do art. 5º não só pela referência nele contida aos tratados, como também pelo dispositivo que afirma que os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ele adotados.

Em caso de um eventual conflito entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito interno, Flávia Piovesan (2010, p.105) explica que se adota o critério de prevalência das normas mais favoráveis à vítima. Em outras palavras, a primazia é da norma que melhor projeta, em cada caso, o direito da pessoa humana, com base no art. 29 da



Convenção Americana de Direitos Humanos, a qual versa que “nenhuma disposição da Convenção pode ser interpretada no sentido de limitar o gozo e exercício de qualquer direito ou liberdade que possam ser reconhecidos em virtude de leis de qualquer dos Estados-partes ou em virtude de Convenções em que seja parte um dos referidos Estados”.

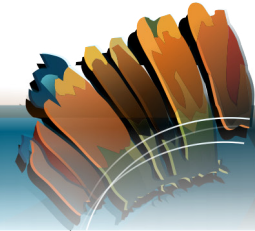
O HISTÓRICO OSCILANTE

Levando em conta as diversas decisões do Supremo Tribunal Federal juntamente com o enriquecimento argumentativo dos vários autores citados, foi possível identificar oscilações na jurisprudência utilizada pelo Supremo ao longo dos anos. Pois, até o final da década de 70, o reconhecimento do STF para com as normas incorporadas era quase que imediato, ou seja, havia uma ampla adesão e aplicação do Direito Internacional na esfera interna.

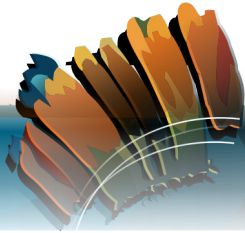
De acordo com Flavia Piovesan, há diversos acórdãos consagrando o Direito Internacional, como é o caso da União Federal vs. Cia. Rádio Internacional do Brasil(1951), em que o Supremo Tribunal Federal decidiu unanimemente que um tratado revogava as leis anteriores (Apelação Cível 9.587). (PIOVESAN, Flávia. 2010, p. 62.)

Porém, a partir de 1977 ocorre uma mudança de interpretação, inicia-se um retrocesso do ponto de vista hierárquico normativo enfatizado por Celso D. Albuquerque Mello: “A tendência mais recente no Brasil é a de um verdadeiro retrocesso nesta matéria. No recurso extraordinário n. 80.004, decidido em 1977, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu que uma lei revoga o tratado anterior. Esta decisão viola também a Convenção de Viena sobre Direitos dos Tratados (1969) que não admite o término de tratado por mudança de direito superveniente”. (MELLO, Celso Albuquerque. 1979, p. 70.)

No entanto, no início dos anos 2000, o STF passou a repensar o assunto, revendo a jurisprudência aplicada até então por seus pares, apesar de uma forma um tanto quanto tímida, pois ainda persistiam decisões alicerçadas na interpretação que mantém a norma interna como prioritária. Mas, com a implementação da Emenda Constitucional 45 houve uma mudança de posicionamento surtindo efeito na jurisprudência aplicada, como foi possível analisar em uma decisão recente proferida em 31 de março de 2011 pelo Min. Ayres Brito, em que rejeitou-se a possibilidade de prisão do depositário infiel no RE 477373, pois, em relação à reclusão do inadimplente, “somente é admissível a prisão civil



por dívida nas hipóteses de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e de depositário infiel (CF, art. 5º LXVII).” Ademais, “O Decreto Legislativo nº 226/91 incorporou ao ordenamento jurídico pátrio o Pacto de São José da Costa Rica, que veda taxativamente a prisão civil por descumprimento de obrigação contratual, derogando o art. 1287 do Código Civil.” (STF. RE477373/ SC - Santa Catarina de 31/03/2001).



CONCLUSÃO

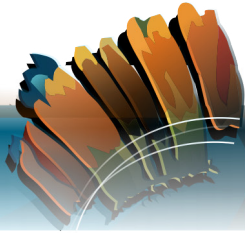
Vimos que há um certo receio para a aplicação das normas internacionais que acaba por se materializar num processo de incorporação um tanto quanto burocrático, mesmo em relação a temas aos quais a rápida incorporação deveria ser o norte, como os relativos as normas do MERCOSUL.

Tal burocracia agrava o não reconhecimento de normas que poderiam atualizar a justiça brasileira. Entende-se que o ordenamento internacional, em forma de tratados, pactos ou convenções, por estes conterem teor específico e maduro, desenvolvido em conjunto por diversos países que buscam os mesmos objetivos: aprimorar o provimento da justiça para todas as partes pactuantes, garantir os direitos fundamentais da pessoa humana, aproximar as sociedades através do compromisso jurídico. Em outras palavras, o Direito Internacional busca criar um vínculo normativo comum que beneficie a relação social humana.

Lembremos que o processo de criação de uma norma internacional é árduo e exige a adesão de países. Não se trata apenas da jurisdição de um país em especial. Por esse aspecto, a norma internacional se torna, em alguns casos, mais aprimorada e melhor desenvolvida. É claro que isso não significa que sua aplicabilidade ocorra de fato, mas é considerado um grande avanço quando se consegue compartilhar um conteúdo normativo a nível regional, continental ou mundial.

Portanto, ainda estamos aquém do alinhamento que poderia ser praticado entre o ordenamento interno e o internacional. Até porque não depende apenas do STF para que se efetue efetiva incorporação normativa e sim da sua aplicação, envolvendo inclusive, o Poder Legislativo, pois existe um longo processo antes que a norma entre em nosso ordenamento jurídico, no qual, inclusive, diversos órgãos ministeriais estão envolvidos.

Por outro lado, pudemos perceber que o posicionamento mais tradicional e fortalecedor das normas internas do STF perdeu força, dando espaço a novas interpretações que, inclusive, retomam certas posições adotadas anteriormente pela justiça pátria. A diferença é que, hoje, a incorporação de normas é bem maior e necessita de mais atenção do corpo jurídico. A pressão internacional atual e a participação do Brasil internacionalmente também são maiores, o que, de certa forma, influencia na jurisprudência do Supremo, até porque utiliza-se bastante das de-



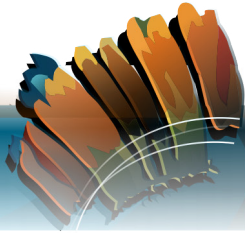
cisões formuladas em outros países e em tribunais internacionais para fundamentar decisões internas.

Em linhas gerais, o STF apresentou épocas de alinhamento de fortalecimento do Direito Internacional, depois o enfraqueceu, e agora está se abrindo novamente com o intuito de reforçar os compromissos jurídicos internacionais assumidos pelo Brasil.

Parece ser essa tendência do tribunal daqui para a frente, levar cada vez mais em consideração as produções internacionais que entrem em vigor internamente, tratando-os, é claro, da maneira que for classificado pelo Congresso Nacional, mesmo que sua orientação normativa seja diversa em outros países, como foi o caso dos tratados relacionados a direitos humanos até 2004.

Talvez a relação entre o âmbito interno e internacional mude daqui a algumas décadas, a ponto de se tornar monista constitucionalista, como já foi em alguns julgamentos até o final da década de 70, antes de se tornar predominantemente dualista moderado como o é; ou talvez, possa se tornar até mesmo monista internacionalista, no qual o Direito Internacional tem influência direta na Constituição, mudando-a apenas com a ratificação de um tratado, por exemplo.

Cabem algumas especulações, mas já podemos dizer que o Supremo utiliza e utilizará, com mais frequência, as normas internacionais para formular suas decisões, quando for necessário.



BIBLIOGRAFIA

AMARAL JUNIOR, Alberto do. **Introdução ao direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas S.A. 2008.

KELSEN, HANS. **Teoria pura do direito**. Trad. João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAFER, Celso. **A Internacionalização dos Direitos Humanos: constituição, racismo e relações internacionais**. São Paulo: Manole, 2005.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1979.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 11. ed. São Paulo:Saraiva, 2010.

SISTEMA CONSULAR INTEGRADO. STF.ADI 1.480-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 4-9-97, DJ de 18-5-01. Disponível em <<http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/teste>>Acesso em 10 out. 2013.

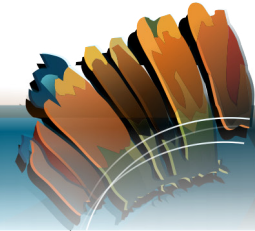
SISTEMA CONSULAR INTEGRADO. STF.CR-AgR 8279 / AT – Argentina, de 17/6/1998. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/teste>>Acesso em 10 out. 2013.

SISTEMA CONSULAR INTEGRADO. STF.ADI 1.480-DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/teste>>Acesso em 10 out. 2013.

SISTEMA CONSULAR INTEGRADO. STF.CR-AgR 8279 / AT – Argentina, de 17/6/1998. <<http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/teste>>Acesso em 10 out. 2013.

SISTEMA CONSULAR INTERGRADO.STF. RE 253.071 / GO - Goiás, de 29/5/2001. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/teste>>Acesso em 17 out. 2013.

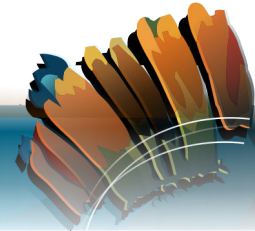
SISTEMA CONSULAR INTEGRADO. STF. Habeas Corpus nº 87.585, de 19/12/2005. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/teste>>Acesso em 25 out. 2013.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Art. 103-A da CF/88. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfInstitucional>> Acesso em 09 set. 2013.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF. RE477373/ SC - Santa Catarina de 31/03/2001. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia>> Acesso em 06 nov. 2013.

VENTURA, Deisy; ONUKI, Janina; MEDEIROS, Marcelo et alli. **Internalização das normas do MERCOSUL**. Série Pensando o Direito, vol. 45. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.



REALIDADE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE NORMANDIA - RORAIMA

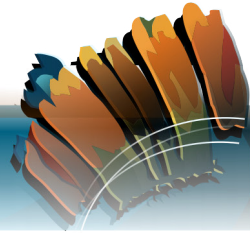
*Fábio Rodrigues Martinez*¹⁰

RESUMO

O artigo a seguir tem como objetivo mostrar de forma simples e direta um pouco mais sobre a realidade econômica do município de Normandia / Roraima, para tanto iniciarei com uma breve explicação sobre o Estado de Roraima e seus aspectos econômicos, para logo em seguida detalhar sobre a economia de Normandia utilizando dados estatísticos oficiais mais recentes, como os dados do Produto Interno Bruto e produção agrícola municipal. Demonstrando assim, os pontos fortes e fracos da economia do município.

Palavras-chave: Normandia; Roraima; Economia Regional.

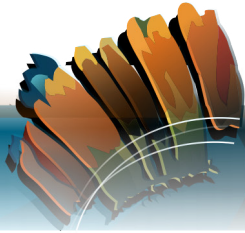
¹⁰ Email: martinezfabio@hotmail.com, telefone para contato: (95) 9959-8740, currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1843805911466594>, Economista (UFRR); especialista em Controle da Gestão Pública (UFSC); mestrando em Desenvolvimento Regional da Amazônia (UFRR/NECAR)



ABSTRACT

The following article aims to show in a simple and direct a little more about the economic reality of the city of Normandy / Roraima, for it'll start with a brief explanation about the state of Roraima and its economic aspects, to then drill down on the economy of Normandy using the most recent official statistics, as the data of Gross Domestic Product and municipal agricultural production. Thus demonstrating the strengths and weaknesses of the town's economy.

Keyword: Normandia; Roraima; Regional Economics



O VALOR DA INFORMAÇÃO

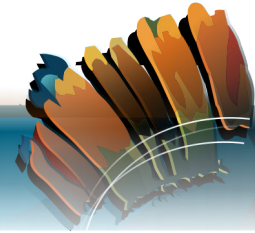
A busca por conhecimentos faz com que conheçamos melhor a nossa sociedade e a nós mesmos, essa busca por conhecimento não é uma coisa nova, mas aparenta estar mais evidenciada atualmente, quem hoje em dia nunca ouviu a expressão “conhecimento é poder”, Robert Kurz trata sobre isso da seguinte maneira:

Conhecimento é poder, trata-se de um velho lema da filosofia burguesa moderna, que foi utilizado pelo movimento dos operários europeus do século 19. Antigamente conhecimento era visto como algo sagrado. Desde sempre homens se esforçaram para acumular e transmitir conhecimentos. Toda sociedade é definida, afinal de contas, pelo tipo de conhecimento de que dispõe. Isso vale tanto para o conhecimento natural quanto para o religioso ou para a reflexão teórico-social. Na modernidade o conhecimento é representado, por um lado, pelo saber oficial, marcado pelas ciências naturais, e, por outro, pela “inteligência livre-flutuante” (Karl Mannheim) da crítica social teórica. Desde o século 18 predominam essas formas de conhecimento (KURZ, 2001. p. 01).

O conhecimento, por sua vez é derivado de um conjunto de informações disponíveis que nos propiciam uma reflexão e uma interpretação com maior qualidade sobre pessoas, objetos ou eventos (MECHELN; GALLON, 2008).

Sendo assim a posse de informações, desde que as mesmas sejam fidedignas, completas e precisas, é fundamental no apoio a planejamentos estratégicos e processos de tomada de decisão, tanto no setor privado quanto no público (MECHELN; GALLON, 2008).

É neste intuito de gerar conhecimentos sobre a realidade econômica atual do município de Normandia / Roraima, que explano a seguir alguns indicadores econômicos que servem como balizadores para entendermos melhor o quadro do município, mas antes descreverei um pouco sobre a economia de Roraima.



UM POUCO DE INFORMAÇÕES SOBRE RORAIMA

Roraima é um dos estados mais jovens da federação, foi criado em 1943 através do desmembrado do Estado Amazonas e passou a ser denominado Território Federal do Rio Branco, em 1962 seu nome foi alterado para Território Federal de Roraima e com a Constituição de 1988 foi elevado à categoria de Estado. O Estado de Roraima localiza-se no extremo norte do país, fazendo fronteira com os Estados do Amazonas e Pará e com os países Venezuela e Guiana, conforme pode ser observado na figura 1.

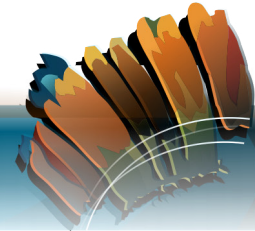
Figura 1 – Mapa político de Roraima



Fonte: Elaboração do autor.

Em comparação com as outras unidades da federação, Roraima é a menor unidade em termos populacionais, segundo dados do Censo Demográfico de 2010 a população residente de Roraima é de 450.479, o que representa 0,24% do total da população brasileira.

Essa realidade também se reflete em termos econômicos, se analisarmos os dados do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, que pode se conceituado como a soma de todos os bens e serviços produzidos num período em uma determinada região, e expresso em valores monetários.



Segundo os dados do PIB de 2009, Roraima encontrava-se na última posição dentre os Estados brasileiro, com uma participação 0,17% do PIB do Brasil. (RORAIMA, 2012).

Apesar de ter o menor PIB dentre os 27 Unidades da Federação, o seu PIB per capita, valor do PIB total do Estado dividido por sua população, é o 3º maior da Região Norte e o 14º do Brasil. O valor do PIB *per capita* em 2009 era de R\$ 13.270, sendo 25% maior do que a média da Região Norte, que no mesmo período foi de R\$ 10.626, e 22% menor do que o PIB *per capita* do Brasil que foi de R\$ 16.918.

A utilização do PIB *per capita* para analisar a economia é mais precisa do que a utilização apenas do valor total do PIB, pois esta se relativizando a produção total de uma região levando em conta sua população, já que é de se esperar que, quanto maior for a população, maior também seja a magnitude do produto (PAULINI, BRAGA; 2007)

Um fator marcante na economia de Roraima é a sua alta dependência do setor público, segundo Roraima (2012), em 2009 o setor público representava 47,8% do PIB do Estado, o segundo maior valor dentre as Unidades da Federação, estando atrás apenas do Distrito Federal.

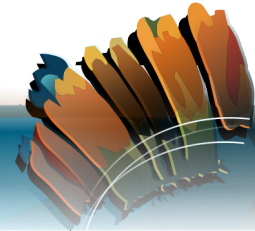
Tabela 1 – Cinco Unidades da Federação com maior participação da Administração Pública no Valor Adicionado Bruto - 2009

Unidades da Federação	%
Distrito Federal	55,3
Roraima	47,8
Amapá	46,2
Acre	33,5
Rondônia	28,0

Fonte: SEPLAN - Produto Interno Bruto Estadual e Municipal 2009

Essa dependência do setor público, reflete-se também na relação do pessoal ocupado, segundo dados do Ministério do Trabalho em 2010 o quantitativo de pessoal ocupado na Administração Pública era de 49% (RAIS, 2010) do total da mão-de-obra com carteira assinada no Estado. Em comparação com o ano anterior houve uma redução nesse percentual, que em 2009 era de 54% (RAIS, 2009).

O que se destaca em relação a atividades econômicas, retirando a administração pública, são os serviços prestados tanto para ao Setor Público quanto para os seus funcionários, com destaque para o comércio varejista e serviços prestados a família no Setor Terciário.



No Setor Primário não é diferente, a maior parte da produção agrícola é para consumo interno, excetuasse neste quesito a produção de arroz, que é comercializado também com outras Unidades da Federação. A soja também se enquadra dentro dos produzidos em Roraima que são comercializados fora do Estado, inclusive para outros países.

Esse quadro reflete também no Setor Secundário, levado pela construção civil e indústria de transformação voltada para o consumo interno, com exceção das madeireiras, que além de abastecer o mercado Amazonense também exporta para outros países principalmente para a Venezuela, sendo a madeira beneficiada o principal produto de exportação do Estado.

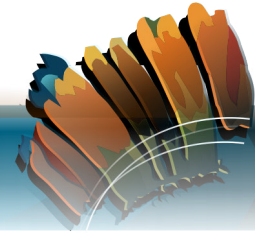
Com relação às receitas do governo estadual, nota-se que Roraima é altamente dependente de repasses federais, segundo dados do Balanço do Estado de Roraima de 2010, as Transferências Correntes oriundas do Governo Federal representam 70% das Receitas Correntes do Estado. As receitas tributárias, receitas derivadas da arrecadação de impostos estaduais e taxas, somaram em 2010 R\$ 510 milhões ou 23% do total da arrecadação do Estado no período, sendo o Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS) a principal fonte de arrecadação tributária de Roraima.

O estado de Roraima é também o que possui a menor quantidade de municípios, contando apenas com 15, um a menos do que o estado do Amapá possui. Apesar da quantidade pequena de municípios, a população e a economia do Estado são altamente concentradas na capital, Boa Vista, que detém 63% da população em 2010 e 73% PIB estadual em 2009, conforma tabela 3.

Tabela 3 – População e PIB dos municípios de Roraima

Município	População 2010	PIB 2009 em R\$ mil
Amajari	9.327	71.165
Alto Alegre	16.448	141.954
Boa Vista	284.313	4.090.497
Bonfim	10.943	111.137
Cantá	13.902	146.091
Caracaraí	18.398	170.841
Caroebe	8.114	77.312
Iracema	8.696	71.115
Mucajai	14.792	146.580
Normandia	8.940	74.609
Pacaraima	10.433	93.443
Rorainópolis	24.279	231.527
São João da Baliza	6.769	59.372
São Luiz	6.750	54.417
Uiramutã	8.375	53.429
Roraima	450.479	5.593.489

Fonte: Elaborado pelo autor, através dos dados coletados no IBGE.



A ECONOMIA DE NORMANDIA

O município de Normandia é um dos 14 municípios do interior de Roraima, estando localizado em uma posição estratégica no noroeste do Estado, fazendo fronteira com a República Cooperativa da Guiana, o que propicia uma vantagem no comércio exterior com o país vizinho. Sua criação deu-se em julho de 1982 pela Lei Federal 7.009, com terras desmembradas do município de Boa Vista.

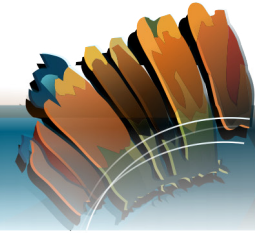
Normandia recebeu este nome em homenagem à região de Normandie, na França, terra do famoso fugitivo René Belbenoit, mas conhecido como Pappillon, devido a uma tatuagem de uma borboleta no peito que o mesmo tinha. (ARANTES, 2002)

Condenado na França por assalto, Pappillon foi enviado em 1922 para a colônia penal de segurança máxima na ilha do diabo, localizada na Guiana Francesa. Entretanto, em 1935 elaborou e comandou uma fuga em grupo da ilha, poucos conseguiram sobreviver a essa fuga. Estes sobreviventes caminharam por terra firme e se estabeleceram na Guiana Inglesa, e em 1940 decidiram vir no nordeste de Roraima, onde hoje se situa o município de Normandia, Pappillon permaneceu no Estado até a sua morte em 1978 com 73 anos. (ARANTES, 2002)

Segundo dados do Censo 2010, o município conta com 8.940 habitantes, sendo que sua maioria (74%) reside na zona rural no município. No município existem mais homens do que mulheres sendo uma relação de 1,10 homens para cada mulher, essa diferença se acentua um pouco mais na zona rural que chega a 1,13 homens para cada mulher.

Mais da metade (57%) da população residente no município declarou-se indígena no último Censo, tornando assim Normandia o segundo município do Estado de Roraima com maior participação de população indígena na população total, estando atrás apenas do município de Uiramutã, e em relação ao Brasil ocupa 7ª posição. Se analisarmos apenas a população rural do município, o percentual de indígenas na população residente do município chega a 73%.

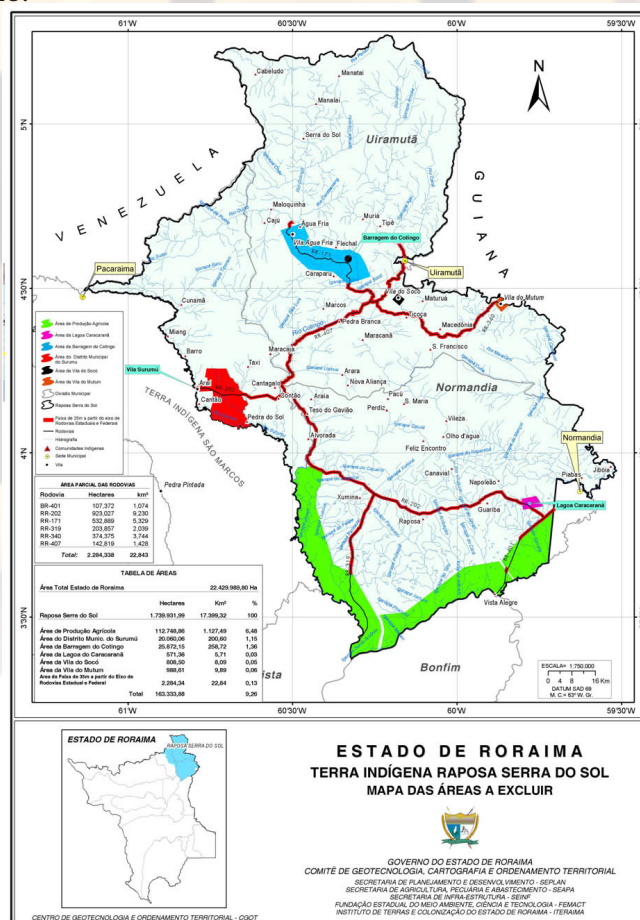
Normandia, assim como os municípios de Uiramutã e Pacaraima tem localizado em seu território a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que em Normandia abrange uma área total de 6.717 km², o que corresponde a 96% do total das terras do município. Segundo a FUNAI, localizam-se 49 aldeias indígenas no município composta basicamente pelas etnias Macuxi e Wapixana (RORAIMA, 2011).



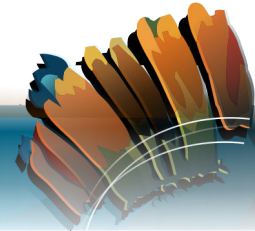
A demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol foi a mais recente do Estado, sua homologação foi feita no ano de 2005, porém segundo Silva (2008), desde 1977 já havia reconhecimento oficial da necessidade da demarcação desta terra indígena. A regularização judicial final se deu com a aprovação de da área total da terra indígena de forma continua pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2009.

A maior discussão sobre a demarcação da terra indígena era justamente o modo como deveria ser feita, se em área continua, como defendia a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ou em áreas descontínuas, excluindo da terra indígena as áreas de plantio de arroz, rodovias, vilas e o lago do Caracaranã, famoso ponto turístico do Estado e a área destinado a barragem da possível hidrelétrica do rio Contigo, como pode ser observado na figura 2. Com a determinação do STF em manter área demarcada de forma continua, foi determinado que todos os não-índios que residissem na terra indígena fossem retirados.

Figura 2 – Terra Indígena Raposa Serra do Sol, áreas propostas para exclusão.



Fonte: SEPLAN – Centro de Geotecnologia e Ordenamento Territorial (CGOT)



No contexto econômico, o município de Normandia possui, em relação a valor monetário, a 10ª maior economia do Estado, com um valor de pouco mais de R\$ 74 milhões em 2009, esse valor representa 1,33% do PIB total de Roraima.

Na Microrregião¹¹ Nordeste, a qual Normandia faz parte juntamente com os municípios de Uiramutã, Bonfim e Cantá, o seu PIB é o segundo menor, representando 19% do PIB total desta microrregião, sendo superior apenas ao PIB do município de Uiramutã.

O PIB per capita de Normandia foi calculado para o ano de 2009 em R\$ 9.912, deve-se lembrar que esse valor refere ao total o PIB por pessoa em um ano, e não mensal como alguns imaginam. Com o resultado apresentado em 2009 de seu PIB per capita, Normandia esta na 9ª posição no ranking dos municípios roraimenses. Seu PIB *per capita* ficou 25% abaixo da média do Estado que foi de R\$ 13.270.

Os valores registrados no PIB total do município e o no seu PIB *per capita* para o ano de 2009, mostram em ambos os casos, que a economia de Normandia figura abaixo da média do Estado. E se compararmos com o ano de 2008, o PIB do município foi o único que encolheu, tanto o seu valor total (-3,8%), quando no valor *per capita* (-5,3%), sendo que neste último Normandia passou da segunda posição dentre os municípios de Roraima no ano de 2008 para a nona posição em 2009.

Uma característica marcante na economia de Normandia é a sua alta dependência do setor público, principalmente dos recursos advindos da esfera federal e estadual, sendo que a da Administração Pública representa mais da metade (57,7%) do Valor Adicionado¹² do município.

Esse quadro de alta dependência em relação ao setor público não é uma exclusividade do município de Normandia, essa realidade não difere da dos demais municípios de Roraima, como pode ser visto na tabela 4, dos 15 municípios do Estado, apenas dois possuem uma participação da Administração Pública no valor adicionado bruto menor que 50%, sendo eles os municípios de Cantá e Boa Vista, porém mesmo não chegando à metade do valor adicionado, o percentual apresentado se aproxima muito deste patamar, ficando em 49,29% em Cantá e 42,97% em Boa Vista.

11 O estado de Roraima é dividido, segundo o IBGE, em duas Mesorregiões, a Norte e a Sul, a Mesorregião Norte é subdividida em duas Microrregiões a Boa Vista e a Nordeste, já a Mesorregião Sul é dividida em Microrregião Caracará e Sudeste.

12 O PIB no âmbito municipal é calculado segundo a ótica da produção, no qual o PIB corresponde à soma dos valores adicionados dos setores primário, secundário e terciário da economia, mais os impostos indiretos, mais a depreciação do capital, menos os subsídios governamentais. Esse valor adicionado é, portanto, a diferença entre o valor total da produção menos o consumo intermediário.

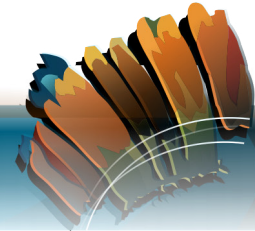


Tabela 4 – Participação da Administração Pública no Valor Adicionado Bruto dos Municípios - 2009

Município	%
Uiramutã	80,58
Caracaraí	67,85
Amajari	64,87
São Luiz	64,34
Rorainópolis	63,89
São João da Baliza	62,93
Alto Alegre	58,40
Caroebe	57,81
Normandia	57,66
Pacaraima	57,62
Bonfim	57,43
Iracema	55,06
Mucajá	51,94
Cantá	49,24
Boa Vista	42,97

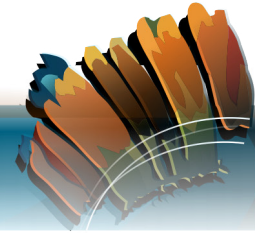
Fonte: CGEES – SEPLAN/IBGE

A dependência da administração municipal em relação às transferências oriundas do Estado e União podem ser explicitadas ao analisar as receitas do município, disponibilizado pela Tesouro Nacional, para o ano de 2010. Neste ano as receitas de Normandia referente às Transferências Correntes somam R\$ 9.795.747,89, o que equivale a 98% das Receitas Correntes do município.

A arrecadação própria do município representa, em 2010, apenas 2% das Receitas Correntes, tendo destaque para a arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) que somou R\$ 124.620,00 representando 59% da arrecadação tributária do município.

Utilizando os dados que evidenciam a dependência da economia de Normandia em relação a administração pública, como dito anteriormente aproximadamente 58% do seu valor adicionado total é gerado no setor público, em combinação com a informação do pequeno poder de financiamento do município para custear suas despesas, já que apenas 2% das receitas são provenientes de tributos, mostra que a economia de Normandia é financiada por uma força externa (exógena).

A dependência de um ente externo, no caso de Normandia essa dependência se da em relação ao Estado e a União, caracterizam claramente que o modelo econômico/desenvolvimentista predominante no mu-



nicípio é de caráter exógeno, pelo menos, e de forma mais evidenciada, no que tange ao seu financiamento.

Como ressaltado por Barquero (2002), esse tipo de modelo de desenvolvimento financiado por um ente exógeno muitas vezes não geram processos de desenvolvimento auto-sustentados, na medida em que o não é aproveitado o potencial local para o desenvolvimento, deixando de auferir ao processo uma estratégia para a ação de desenvolvimento local-regional sustentável.

Ainda analisando a economia municipal, a segunda atividade econômica com maior destaque em Normandia é a agricultura, dados do PIB municipal, mostram que em 2009 a atividade agrícola gerou no município R\$ 16,7 milhões entre o plantio de culturas temporárias e permanentes, o que representa 22,7% do Valor Adicionado naquele ano.

Ao analisar apenas o cultivo de cereais¹³, no enfoque do valor adicionado da agricultura, Normandia aparece com o segundo maior valor, com cerca de 20% do valor adicionado de cultivo de grãos do Estado, seu valor é menor apenas do que o registrado pelo município de Bonfim.

O principal produto agrícola do município é o arroz, que sozinho representa 80% do total da produção agrícola no ano de 2010, e abrange 77% da área total plantada no município. Esse plantio eleva Normandia ao posto de segundo maior produtor de arroz no Estado de Roraima.

A produção de arroz expressiva deve-se ao alto rendimento obtido nas terras do município, para o ano de 2010 foi obtido um rendimento médio da produção de arroz por hectare de 8.065 quilos, sendo esse o segundo maior rendimento médio no Estado, abaixo apenas ao apresentado no município de Pacaraima que foi no mesmo período de 8.540 quilos. No âmbito nacional o município de Normandia também ficou bem posicionado, tendo seu rendimento médio alcançado a 19ª posição entre todos os municípios do Brasil.

Além do arroz, destaca-se no município o plantio de mandioca, com uma produção de cerca de 3 mil toneladas, e melancia com produção de um pouco mais mil toneladas (ver tabela 5), neste produto o município é o segundo maior produtor do Estado.

13 Informações elaboradas através dos dados extraídos do livro Produto Interno Bruto, disponibilizado no site SEPLAN/RR

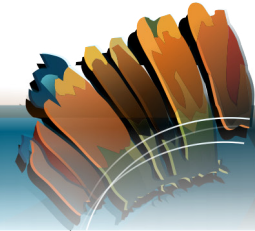


Tabela 5 – Produção agrícola de Normandia por cultura - 2010

Tipo de cultura	Área plantada em hectares	Quantidade produzida em toneladas
Arroz (em casca)	2.300	18.551
Mandioca	255	2.873
Melancia	202	1.347
Milho (em grão)	100	190
Tomate	8	80
Feijão (em grão)	95	62
Cana-de-açúcar	10	17

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal 2010 (PAM)

Em relação à pecuária no município, ela pode ser considerada incipiente e pequena em comparação com os demais municípios de Roraima. O rebanho bovino de Normandia é o segundo menor do estado, sendo que no ano de 2010 foram registradas segundo o IBGE, 14.900 cabeças de gado o que equivale a 3% do rebanho bovino do Estado. Como pode ser observado na tabela 6, além do gado criam-se no município aves, suínos, eqüinos e caprinos.

Tabela 6 – Rebanho de Normandia por tipo - 2010

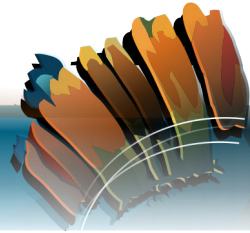
Tipo de Rebanho	Cabeças
Bovino	14.900
Equino	2.350
Suíno	3.300
Caprino	500
Galos, frangas, frangos e pintos	13.500
Galinhas	11.000

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal 2010 (PPM)

Outro setor de pouco destaque em Normandia é o industrial, tendo um peso no valor adicionado total do município de apenas 5,8%, o que equivale a pouco mais de R\$ 4 milhões no ano de 2009, esse foi o segundo menor valor entre os municípios roraimenses.

O setor industrial local é composto basicamente pela construção civil, que representa 86,0% do setor industrial do município, a produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana representou 8,4%, a indústria de transformação 5,3% e a indústria extrativa mineral apenas 0,4%.

Em relação à remuneração média dos residentes em Normandia, para o ano de 2010, em média eles recebiam R\$ 264,79 por mês, sendo esse o 4º menor rendimento médio mensal dentre os municípios de Roraima, ficando acima apenas dos municípios de Alto Alegre, Uiramutã e Amajari.



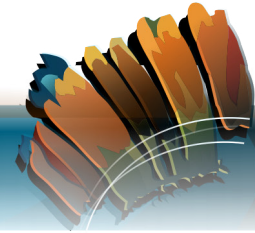
Comparando com o rendimento médio mensal por pessoa do Estado, que é R\$ 634,11, o valor registrado para Normandia esta 58% abaixo do que a média de Roraima. Esse rendimento é ainda menor, se detalharmos esse rendimento por sexo e raça, sendo que as mulheres indígenas são as que têm o menor rendimento mensal, de apenas R\$ 137,64, no enquanto os homens brancos recebem bem mais do que isso, tendo uma média de R\$ 853,58 por mês.

Na distribuição por classes de rendimento nominal mensal em salários mínimos, 64,8% das pessoas de 10 anos ou mais não tem rendimento, se somarmos esse percentual ao de pessoas que recebem até 1 salário mínimo chega a um total de 86,4% da população, enquanto que 1,3% recebem mais de 5 salários mínimos.

Para o ano de 2010 o IBGE delimitou uma chamada linha de pobreza, para tanto delimitou que os domicílios cujo rendimento *per capita* médio mensal por igual ou inferior a R\$ 70,00 estaria enquadrados dentro desta linha de pobreza.

Deve-se ressaltar que o valor de até R\$ 70,00 não é referente ao rendimento total do domicílio e sim relação entre o rendimento total daquele domicílio, incluindo benefícios sociais, dividido pelo número de ocupantes do domicílio.

No município de Normandia, 695 domicílios recebiam até R\$ 70,00 *per capita* por mês, o que representa que 41% dos domicílios do município se enquadravam dentro da linha de pobreza. Esse valor só é inferior ao registrado em outros três municípios de Roraima (Alto Alegre, Amajari e Uiramutã) e esta bem acima da média do estado que é de 15%.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode verificar através das informações apresentadas, o município de Normandia possui uma economia abaixo da média do estado de Roraima, figurando na décima posição em relação ao PIB.

Sua economia caracteriza-se pela alta dependência dos gastos públicos, que representa mais da metade de tudo o que é produzido no município. A administração pública municipal por sua vez depende quase que exclusivamente de repasses oriundos do Estado e da União.

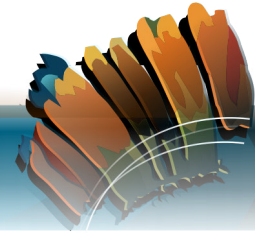
Este quadro econômico do município se mostra insustentável, na medida em que o financiamento da maior parte da economia local deriva de recursos externos, cujos agentes locais possuem pouco poder de interferência em seu montante e destinação.

Além da dependência externa, observa-se que dois quintos dos domicílios de Normandia estão na chamada linha de pobreza, e mais da metade da população em idade ativa não possui rendimento algum.

Deve-se levar em conta, no entanto, que a maioria da população do município é indígena, e a necessidade de se possuir uma renda mensal não é algo comum a todos os indígenas, sendo que parte desta população sobrevive, historicamente, da coleta, caça e de plantações para subsistência.

O ponto forte do município esta na sua produção agrícola, principalmente na produção de arroz. Como demonstrado, as terras de Normandia apresentam uma alta produtividade média no cultivo de arroz, estando inclusive entre os 20 municípios do Brasil com os maiores rendimentos médios por hectare.

É certo que após a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, área disponível para o plantio de arroz pelos não-índios foi drasticamente reduzido, mas ainda existem locais propícios para a produção. E não se pode descartar a possibilidade, apesar de parecer improvável, de uma eventual produção de arroz pelos próprios índios nas antigas terras produtoras que hoje se encontram dentro da reserva.



REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Platão. **Papillon: o homem que enganou o mundo**. São Paulo: agBook, 2002

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS - Relação Anual de Informações Sociais ano base 2009**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS - Relação Anual de Informações Sociais ano base 2010**. Brasília, 2011.

KURZ, Robert. **A ignorância da sociedade do conhecimento**. São Paulo: Folha, 2011.

MECHELN, Pedro José Von; GALLON, Alessandra. **Controle de Sistemas de Informação**. Florianópolis: UFSC, 2008.

PAULINI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia. 3ª edição**. São Paulo: Saraiva, 2007.

RORAIMA. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. **Anuário Estatístico 2012**. Boa Vista, 2012.

RORAIMA. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. **Informações Socioeconômicas do Município de Normandia - RR**. Boa Vista, 2011.

RORAIMA. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. **Produto Interno Bruto do Estado e Municípios**. Boa Vista, 2012.

SILVA, Ana Zuleide Barroso da. Sustentabilidade no espaço protegido do Raposa Serra do Sol. **Amazônia: discursos e realidades**, Boa Vista: UFRR, 2008.